

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
***CAMPUS* DE CAMPO MOURÃO**
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO - PPGSeD

ALBANO DIAS MALUNDO

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM LUANDA/ANGOLA:
ABORDAGEM AOS BAIRROS INFORMAIS CRÍTICOS
ATRAVÉS DO BAIRRO MAYOMBE

CAMPO MOURÃO – PR
2026

ALBANO DIAS MALUNDO

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM LUANDA/ANGOLA:
ABORDAGEM AOS BAIRROS INFORMAIS CRÍTICOS
ATRAVÉS DO BAIRRO MAYOMBE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Formação humana, políticas públicas e produção do espaço

Orientadora: Prof^ª Dra. Ana Paula Colavite

Coorientador: Prof. Dr. Fred Maciel

**CAMPO MOURÃO – PR
2026**

Malundo, Albano Dias
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM
LUANDA/ANGOLA: ABORDAGEM AOS BAIRROS INFORMAIS
CRÍTICOS ATRAVÉS DO BAIRRO MAYOMBE / Malundo Albano Dias –
Campo Mourão-PR, 2026.
109f.: il.

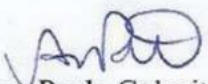
Orientador: Colavite, Ana Paula
Coorientador: Maciel, Fred
Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação Mestrado
Acadêmico Interdisciplinar “Sociedade e Desenvolvimento”) – Universidade
Estadual do Paraná, 2026.

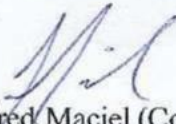
1. PRODUÇÃO DO ESPAÇO 2. LUANDA 3. BAIRRO
INFORMAL 4. MAYOMBE 5. COLAVITE, Ana Paula (orientador). II.
Maciel, Fred. III. A produção do espaço urbano em Luanda/Angola:
abordagem aos bairros informais críticos através do bairro Mayombe.

ALBANO DIAS MALUNDO

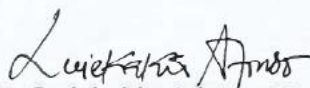
**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM LUANDA/ANGOLA: ABORDAGEM
SOBRE OS BAIRROS INFORMAIS CRÍTICOS ATRAVÉS DO BAIRRO MAYOMBE**

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Ana Paula Colavite (Orientadora)


Prof. Dr. Fred Maciel (Coorientador)


Prof.^a Dr.^a Valéria Barreiro Postali-Santana (UEM)


Prof. Dr. Luiekakio Afonso (Universidade Agostinho Neto - Angola)

Data de Aprovação

26/03/2026

Campo Mourão - PR

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação em memória aos meus irmãos Simão Dias Malundo e Rosário Pinto Muinga. Com eterna gratidão, dedico este trabalho em vossa memória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelo amor e apoio incondicional. Sem vocês, acredito que nem a vinda para o Brasil seria possível, vocês foram o combustível que sempre precisarei. Gostaria, também, de expressar minha gratidão aos meus orientadores Ana Paula Colavite, por quem tenho grande admiração pela maneira atenciosa e dedicada com que me auxiliou ao longo dessa trajetória, contribuindo significativamente para minha formação e Fred Macial, que, além de orientador, foi um professor que me incentivou a questionar criticamente e buscar novas perspectivas. A ambos, agradeço pelos ensinamentos, pela disponibilidade e pelas contribuições fundamentais para a realização deste trabalho e para o meu crescimento acadêmico e pessoal. A minha parceira, Edvania de Oliveira Ferreira, pela força que sempre deu e pelo apoio no momento mais difícil que enfrentei aqui no Brasil, ao amado professor Nzuzi Alberto, por estar sempre disposto a nos ouvir, ao professor Doutor Luiekakio Afonso, por ter aceitado o nosso convite, e ao George Pedro Joaquim Gilberto, um irmão da vida e para a vida, eterna gratidão.

Agradeço à coordenação do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, pela forma como nos acolheu, enquanto estudantes internacionais e, de igual modo, agradecemos a CAPES pelo financiamento da pesquisa. Sem esse apoio financeiro, o desenvolvimento desta pesquisa não seria possível.

O processo de urbanização intenso, desordenado e descontrolado levou em muitos países, entre eles Angola, à proliferação de espaços de construção informal e à geração de quantitativos elevados de população excluída dos modos de vida urbana modernos, desempregada e profissionalmente desqualificada.

Ramos at all; in Desafios e oportunidades da gestão das Cidades – o caso de Angola, 2004, p. 203

MALUNDO, Albano Dias. **A produção do espaço urbano em Luanda/Angola:** abordagem aos bairros informais críticos através do bairro Mayombe. 109f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de Campo Mourão, Campo Mourão, 2026.

RESUMO

Os estudos sobre a produção do espaço, atualmente, são indispensáveis na compreensão dos processos e práticas modernas de produzir o espaço. No contexto do capitalismo neoliberal, o espaço passou a ser visto como uma mercadoria, por meio dessa lógica, o capital orienta e organiza as cidades. Esse processo, tem gerado profundas desigualdades no acesso à habitação formal e permitindo práticas informais na produção com a produção de novos espaços socialmente críticos. Assim, a dissertação analisa a produção do espaço urbano em Luanda, capital de Angola, com foco aos bairros informais críticos (BICs), tomando o bairro Mayombe como caso de estudo. Entende-se que a urbanização acelerada e desordenada, associada ao crescimento populacional e da fragilidade das políticas habitacionais, tem contribuído para a intensificação na expansão de bairros informais críticos. O trabalho fundamenta-se a partir da teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre e pelo debate sobre o direito à cidade, reforçado pelos pressupostos teóricos da produção capitalista do espaço de David Harvey. A pesquisa buscou compreender os processos de produção do espaço em Luanda, através do bairro Mayombe. Quanto ao enquadramento metodológico, adotou-se uma abordagem mista, isto é, quantitativa e qualitativa, utilizando o inquérito e o guião de entrevista como instrumentos de coleta de dados. Do ponto de vista conceitual, além da pesquisa bibliográfica, articulou-se também às pesquisas exploratória e descritiva. A pesquisa enquadra-se na área de concentração sociedade e desenvolvimento, a partir da linha de pesquisa: formação humana, políticas públicas e produção do espaço, ancorado no programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento. Além disso, Para essa pesquisa, foram mobilizados aportes teóricos e metodológicos de áreas como Geografia, Demografia, Economia, História, Urbanismo e Políticas Públicas para reforçar o carácter interdisciplinar. Essa interação permitiu construir uma leitura mais abrangente da informalidade urbana de Luanda, superando as concepções reducionistas e possibilitou a compreensão dos mecanismos estruturais que contribuem para a produção e reprodução das desigualdades da província, através do recorte espacial. A coleta de dados foi realizada a partir de 100 agregados familiares, tendo obtido uma cobertura de aplicação de 92%, dado que, estatisticamente, assegura uma alta confiabilidade, os dados foram sistematizados com rigor técnico, isso incluía elaboração de mapas a partir de arquivos vetoriais. A análise foi orientada a partir do método indutivo, o que permitiu inferir juízos gerais a partir dos dados empíricos coletados no Mayombe. No entanto, os resultados empíricos expõem a carência generalizada de serviços públicos e equipamentos coletivos, alta taxa de desemprego, estrutura urbana deficitária, vulnerabilidade social e ambiental, o que confirma o seu carácter crítico. Contudo, os bairros informais críticos não se compreendem apenas como espaços marginalizados, mas como expressões estruturais de um modelo de desenvolvimento urbano caótico que, no contexto de Luanda, esses espaços expõem as fragilidades das políticas públicas na melhoria da qualidade de vida e do bem-estar das populações de baixa renda.

Palavras-chave: Produção do espaço, Luanda, bairro informal, Mayombe.

MALUNDO, Albano Dias. **The production of urban space in Luanda/Angola:** an approach to critical informal neighborhoods through the Mayombe neighborhood. 109f. Dissertation (Master) - Society and Development Interdisciplinary Postgraduate Program, State University of Paraná, Campo Mourão Campus, Campo Mourão, 2026.

ABSTRACT

Studies on the production of space are currently essential for understanding modern processes and practices of space production. Within the context of neoliberal capitalism, space has come to be regarded as a commodity, and capital, through this logic, guides and organizes cities. This process has generated profound inequalities in access to formal housing while fostering informal practices of urban production and the emergence of new socially critical spaces. Thus, this dissertation analyzes the production of urban space in Luanda, the capital of Angola, focusing on Critical Informal Neighborhoods (CINs), using the Mayombe neighborhood as a case study. It is argued that rapid and unplanned urbanization, combined with population growth and the weakness of housing policies, has contributed to the accelerated expansion of Critical Informal Neighborhoods. The study is grounded in Henri Lefebvre's theory of the production of space and the debate on the right to the city, further supported by David Harvey's theoretical contributions on the capitalist production of space. The research sought to understand the processes underlying the production of space in Luanda through an examination of the Mayombe neighborhood. Regarding the methodological framework, a mixed-methods approach, combining quantitative and qualitative methods, was adopted. Questionnaires and an interview guide were used as data collection instruments. From a conceptual perspective, in addition to a literature review, the study incorporated exploratory and descriptive research approaches. The research falls within the field of Society and Development, specifically the research line *Human Formation, Public Policies, and the Production of Space*, under the Graduate Program in Society and Development. Furthermore, theoretical and methodological contributions from fields such as Geography, Demography, Economics, History, Urban Planning, and Public Policy were incorporated to strengthen the study's interdisciplinary character. This interaction made it possible to develop a more comprehensive understanding of urban informality in Luanda, moving beyond reductionist interpretations and enabling an examination of the structural mechanisms that contribute to the production and reproduction of inequalities across the province, as observed through the selected spatial unit. Data collection involved 100 households, achieving a survey coverage rate of 92%, which, from a statistical perspective, provides a high level of reliability. The data were systematically processed using rigorous technical procedures, including the preparation of maps based on vector files. The analysis was guided by the inductive method, which made it possible to draw general inferences from the empirical data collected in Mayombe. The empirical findings reveal a widespread lack of public services and collective facilities, a high rate of self-employment, deficient urban infrastructure, and social and environmental vulnerability, confirming the neighborhood's critical character. Nevertheless, Critical Informal Neighborhoods should not be understood merely as marginalized spaces, but rather as structural expressions of a chaotic urban development model. In the context of Luanda, these spaces expose the limitations of public policies in improving the quality of life and well-being of low-income populations.

Keywords: Space production, Luanda, informal neighborhood, Mayombe.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização de Luanda.....	42
Figura 2 - Fortaleza de São Miguel em Luanda, 1960	44
Figura 3 - Assentamento rural, museke, com residência de pau-a-pique e adobe.....	49
Figura 4 - Ilha do Cabo, bairro dos pescadores em Luanda, anos 70 (Musseques de Luanda)	51
Figura 5 - Evolução da população de Luanda 1940 a 2007.....	54
Figura 6 - Aumento da população de Luanda 1960-2050 (em milhares).....	55
Figura 7 - Evolução da mancha urbana de Luanda de 1993 a 2020	58
Figura 8 - Evolução da mancha urbana e da população de Luanda entre 2000-2020	58
Figura 9 - vulnerabilidade social e ambiental em um dos bairros informais de Luanda	67
Figura 10 - Modelo de análise da pesquisa.....	71
Figura 11 - Localização da área de estudo	74
Figura 12 - Evolução histórica do parque habitacional no bairro Mayombe	78
Figura 13 - Exemplo de um chafariz privado no bairro Mayombe	87
Figura 14 - estrutura habitacional do bairro Mayombe	92
Figura 15 - Disbribuição espacial dos serviços e equipamentos coletivos do Mayombe.....	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos inquiridos segundo o género	81
Gráfico 2 - Distribuição dos inquiridos segundo o nível de escolaridade	82
Gráfico 3 - Distribuição dos inquiridos segundo a província de origem	83
Gráfico 4 - Distribuição dos inquiridos segundo o número de ocupante por residência	84
Gráfico 5 - Distribuição dos inquiridos segundo a posse da residência	85
Gráfico 6 - Distribuição dos inquiridos segundo a situação legal da residência	86
Gráfico 7 - Distribuição dos entrevistados segundo a principal fonte de água	87
Gráfico 8 - Distribuição dos entrevistados segundo o acesso a energia elétrica em suas residências	88
Gráfico 9 - Distribuição dos entrevistados segundo a ocupação	89
Gráfico 10 - Distribuição dos entrevistados segundo a percepção da qualidade da infraestrutura	92
Gráfico 11 - Distribuição dos entrevistados segundo a percepção sobre o bairro	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos inquiridos segundo o grupo etário	81
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Desafios que mais incomodam os moradores do bairro.....	90
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO: DO DIREITO À CIDADE À EXCLUSÃO URBANA ...	20
2.1 Agentes sociais e suas estratégias de apropriação e ressignificação do espaço	25
2.2 Construindo distâncias: do direito à cidade à segregação socioespacial	39
3 LUANDA E SEUS DILEMAS URBANOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO CONTEXTO DA NOVA AGENDA URBANA	43
3.1 Processos de crescimento urbano: da ocupação colonial à situação atual	44
3.1.1 Museke: origem e características	48
3.2 Crescimento populacional e suas implicações na expansão urbana	53
3.3 Os bairros informais: uma alternativa para as populações marginalizadas	59
3.4 Instrumentos de ordenamento do território	64
3.5 Desafios e perspectivas da urbanização no contexto da Nova Agenda Urbana	66
4. METODOLOGIA GERAL E CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MAYOMBE	69
4.1 Procedimentos metodológicos.....	70
4.2 Descrição geográfica e cartográfica da área de estudo	71
4.3 Procedimentos para execução da pesquisa empírica.....	74
5. MAYOMBE: POBREZA URBANA, DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS.....	77
5.1 Enquadramento histórico e caracterização do bairro Mayombe	77
5.2 Discussão dos resultados da pesquisa empírica	79
5.3 Análise crítica e descritiva dos resultados da pesquisa empírica	80
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS.....	99
APÊNDICES	106

1 INTRODUÇÃO

A produção do espaço é uma das categorias centrais na geografia e na sociologia urbana, sendo um conceito importante para compreender as dinâmicas territoriais, as relações de poder e os processos sociais que configuram os territórios. Apesar de existir uma variação qualitativa e quantitativa do espaço, é importante enfatizar que em qualquer lugar é formado pelos mesmos elementos: natureza, sociedade, técnica e formas econômicas. (Santos, 2004)

Nesse sentido, os componentes do espaço estão sempre interligados na história. Apesar de o espaço sempre existir, suas características não são estáticas, elas vão sempre mudando conforme o tempo e a inovação das técnicas da sociedade. Por essa razão, o espaço é visto como um processo contínuo de transformações, onde se reflete a conexão entre o tempo, os sujeitos e suas relações.

Logo, as análises sobre esse conceito devem levar em conta que, mais do que uma componente física, o espaço é social e, para o seu estudo, é necessário considerar as especificidades de cada local, isso porque a produção do espaço não é linear, mas sim, um processo apropriado, produzido, vivido e percebido de diferentes formas pelos seus atores.

Na construção da teoria da produção do espaço, Lefebvre (2006), apresenta um pensamento crítico sobre a visão tradicional do espaço. De acordo com o autor, para compreender o conceito de produção do espaço, faz-se necessário criar um distanciamento com a percepção tradicional que via o espaço como realidade unicamente física e neutra da sociedade.

Essa concepção crítica do espaço ganhou forças a partir da década de 1970, quando a ideia de espaço fixo começou a ser profundamente questionada pela vertente crítica, especialmente a corrente marxista, que concebia o espaço como um elemento moldado pelo modo de produção capitalista. Assim, diante das expressivas desigualdades sociais, a geografia não poderia mais entender o espaço apenas como palco estático. O movimento, a dinâmica e a contradição foram inseridas nos argumentos teóricos, estabelecendo as bases para o conceito da produção do espaço. (Costa, 2014)

Com base nisso, ampliam-se os limites da noção do espaço ao reconhecer que ele não se limita apenas na dimensão física, mas também a uma construção social que resulta da transformação da natureza pelo trabalho humano ao longo do tempo. Entretanto, o espaço é histórico, dialético, marcado por relações de produção, contradições e desigualdades. Como apontado por Santos (1978), “[...] o espaço se define como um conjunto de formas

representativas de relações sociais do passado, presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções”. (Santos, 1978, p. 122)

Enquanto realidade social, que conjuga em si sujeitos, relações e ações, o espaço, “não é apenas um reflexo das estruturas econômicas, mas também [...] um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”. (Santos, 1978, p. 22)

Em síntese, o espaço é resultado de uma construção social com formas e funções historicamente definidas e reorganizada como o lugar de vida e moradia dos indivíduos, marcado por processos de apropriação, ressignificação e percepção que expressam as contradições e especificidades de cada grupo social.

Ao pesquisarmos sobre a produção do espaço, evidenciamos a cidade como o foco principal. Esse recorte, concebido inicialmente como palco das trocas comerciais, ações políticas e práticas religiosas, com o surgimento da industrialização, sobretudo, na Europa e América do Norte, transformou-se de tal modo que impactou na sua organização, estrutura demográfica e suas funções.

Na produção do espaço, algo que chama nossa atenção são as desigualdades socioespaciais. A cidade, enquanto reflexo desse processo de produção, frequentemente revela práticas que condicionam determinados grupos do direito à cidade.

Por isso, a compreensão do espaço possibilita uma análise crítica e detalhada das desigualdades espaciais que se manifestam com expressividade nas cidades. Os processos de urbanização desigual, como exemplo, revelam os modos como o capital atua de forma seletiva, dando prioridade para áreas que apresentam maiores possibilidades de valorização, ao mesmo tempo que segrega e marginaliza áreas vistas como periféricas, geralmente ocupadas por populações de baixa renda.

As sociedades estão cada vez mais urbanas. Nas últimas décadas, assistimos um crescimento significativo da população a viver nas cidades em relação ao meio rural. Desde 2007, a quantidade de pessoas vivendo em áreas urbanas superou as que habitam em zonas rurais. Atualmente, segundo os dados da Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de 54% da população vive em zonas urbanas e, com base nas suas projeções, espera-se que mais de 70% da população esteja concentrada em áreas urbanas até 2050. (ONU, 2017)

Dados da UN-HABITAT (2017) estimam que 96% desse aumento se concentra nas cidades do Sul Global. O continente africano poderá registrar o maior aumento da sua população. Diante disso, segundo a Agence Française de Développement (s.d., n.p.), “*un habitant de la planète sur quatre sera africain en 2050*”. Com esse crescimento, o continente poderá passar

de cerca de 1,5 bilhão de habitantes, tamanho populacional atual, para 3 bilhões de pessoas. Diante deste cenário, as cidades africanas poderão se tornar espaços de intensas aglomerações, o que exigirá novas práticas de financiamento, planejamento, governança e gestão para assegurar o direito à moradia digna e à cidade a todos os cidadãos.

Dado o contexto demográfico global, acredita-se que muitas cidades continuarão a registrar intensos fluxos migratórios, tanto do campo, quanto de centros urbanos menores, sem infraestrutura adequada, capaz de atender as necessidades das populações. Assim, se “em 2015 havia cerca de 15 metrópoles com mais de 10 milhões de habitantes [...] estima-se que até 2030, poderá existir 40 metrópoles com população projetada superior a 10 milhões de pessoas”. (Magalhães, 2015, p. 08)

Para o contexto angolano, o último censo revelou que o país tem cerca de 36.6 milhões de habitantes, dos quais cerca de 65,54% desta população reside em áreas urbanas e 34,46% em áreas rurais (INE, 2014). Esse crescimento constitui um dos principais desafios para o Estado, principalmente, no setor habitacional, uma vez que esse processo de urbanização tem ocorrido de forma fragmentada e pouco coordenada, ampliando a demanda por moradia e pressionando o Estado para a oferta dos serviços básicos, como saúde, educação, saneamento básico, transporte e lazer.

No que diz respeito a província de Luanda, os dados apontam que a província tem cerca de 8.8 milhões de habitantes, com uma população maioritariamente jovem e uma taxa de fecundidade elevada (3.1), Luanda assiste, a cada dia, o crescimento desordenado do seu tecido urbano em consequência da produção social da habitação não assistida (INE, 2025). Conforme Alberto (2021), esse processo vem se desenvolvendo de forma desordenada, levando grande parte da população a se instalar em áreas carentes de infraestrutura, onde erguem os seus próprios territórios fora dos padrões mínimos de habitabilidade.

A província é caracterizada por um processo amplamente marcado por expressivas desigualdades socioespaciais, que resultam de dinâmicas históricas atravessadas por fatores políticos, econômicos, demográficos e culturais que moldam as estruturas da sociedade local. Todavia, para que se torne possível o cumprimento dos nossos objetivos, destacamos como categorias de análise: o fator social, econômico, demográfico e ambiental.

Em Luanda, por exemplo, a atuação do Estado na regulação do espaço urbano vem sendo feita através de políticas que apresentam valores opostos. Ora, essas políticas toleram, ora reprimem a ocupação ilegal de terra. A repreensão ocorre, na maioria das vezes, conforme os interesses dos agentes imobiliários que se beneficiam de terras ora ocupados por indivíduos para a prática da agricultura artesanal.

Neste caso, a nossa pesquisa prende-se aos processos de produção do espaço urbano, com foco nos bairros informais críticos (BICs), termo adaptado por Alberto (2021) para referenciar os bairros que apresentam um nível crítico de problemas sociais. No entanto, apesar de existir uma lei da toponímia, que permite a identificação das unidades territoriais, a Lei nº 14/16 de 12 de setembro de 2016, há uma dificuldade na nomeação e no reconhecimento oficial desses espaços.

O interesse em pesquisar sobre os bairros informais críticos além de surgir da vivência ampliou-se quando participamos na elaboração de uma pesquisa de mestrado sobre os bairros da miséria-territórios periféricos esquecidos em Luanda, desenvolvido no bairro Chendovava.

Na qualidade de morador de um dos bairros informais críticos de Luanda, a minha perspectiva acrescenta uma profundidade, uma vez que experimentei as dificuldades ligadas à infraestrutura, mobilidade, acesso limitado a serviços públicos essenciais, segurança, emprego e a qualidade de vida. É com base nessa vivência que trago um olhar mais próximo e detalhado sobre os bairros informais críticos. Os BICs são territórios que não oferecem condições de habitabilidade e, do ponto de vista social, a problematização revisita os principais desafios e necessidades reais enfrentadas diariamente pelos moradores, e permitirá uma colaboração entre o pesquisador-morador, o poder público, privado e a sociedade civil, para que soluções, apresentadas como propostas, sejam mais aplicáveis e eficazes para melhorar a qualidade de vida da população.

Ao falarmos sobre os BICs no contexto angolano, notamos uma insuficiência de pesquisas que abordam tanto a questão da produção do espaço, quanto dos bairros informais críticos e, dos poucos estudos explorados no âmbito desta pesquisa, destacam-se: Bettencourt (2011), Alberto (2021) e Sebastião (2016). Esses autores, ao se basearem sobre os BICs, enxergam esses territórios como o resultado da fragilidade das políticas habitacionais que não conseguem atender a demanda crescente na cidade.

Apesar de o bairro Mayombe atualmente integrar a província do Icolo e Bengo, em razão da Nova divisão Administrativa, amparada pela Lei 14/24 de 5 outubro de 2024, que reestrutura o território de Angola em 21 províncias, Icolo e Bengo integrava, anteriormente a esse marco, a província de Luanda, na condição de município. Assim, considerando o desenvolvimento da pesquisa e a necessidade de coerência analítica para a compreensão dos bairros informais críticos, os dados apresentados nesta pesquisa consideram a extensão territorial anterior a lei 14/24 de 5 de outubro de 2024.

A presente pesquisa tem como objetivo compreender os processos de produção do espaço urbano informal crítico em Luanda através do bairro Mayombe. E, para a concretização

desse objetivo, a pesquisa foi sustentada pelos seguintes objetivos específicos: a) analisar como as dinâmicas urbanas determinam as práticas de negação à cidade para as populações de baixa renda; b) identificar os principais desafios e perspectiva urbanas de Luanda para o cumprimento da Nova Agenda Urbana¹; c) compreender os processos históricos para a formação do Mayombe como um bairro informal crítico; e d) identificar os fatores que concorrem para a classificação do Mayombe como um bairro informal crítico.

Em Angola, os bairros informais críticos são objetos pouco explorados pelos pesquisadores. Por isso, pesquisar sobre essa temática emana uma série de desafios e pressupõe conhecer um pouco da história dos povos que ocuparam esses territórios, suas origens e motivações. A questão do informal e do informal crítico não se trata apenas de uma realidade paralela ou complexa aos modos de produção, é também uma questão estrutural e política. Portanto, esses territórios refletem estruturas sociais desiguais, políticas excludentes e um modelo de desenvolvimento urbano que a cada dia produz, de forma sistemática, espaços marginalizados, o que confirma o caráter estrutural e político na produção do espaço.

Assim, diante do exposto, busca-se responder às seguintes questões: como se compreendem os bairros informais críticos na atual configuração urbana de Luanda? Quais os desafios e perspectivas urbanas de Luanda para o cumprimento da Nova Agenda Urbana? Quais os processos históricos associados à constituição dos bairros informais críticos em Luanda? Pode o Mayombe ser um bairro informal crítico?

Dito isto, essa pesquisa foi desenvolvida a partir de uma metodologia mista, que incorpora dados de natureza qualitativa e quantitativa. A adoção da natureza mista justifica-se pela necessidade de poder compreender o fenómeno a partir do campo com a aplicação do inquérito e da realização das entrevistas. A pesquisa enquadra-se na área de pesquisa sociedade e desenvolvimento, integrando-se pela linha de pesquisa formação humana, políticas públicas e produção do espaço.

Nessa perspectiva, o espaço não pode ser apreendido de forma fragmentada, um vez que ela resulta da relação dialética entre fatores econômicos, políticos, sociais, culturais, ambientais e institucionais. Sendo assim, a investigação dos bairros informais críticos exige uma abordagem interdisciplinar, capaz de mobilizar aportes teóricos, metodológicos e analíticos provenientes de diferentes áreas, por isso, optou-se por uma pesquisa interdisciplinar.

¹ A Nova Agenda Urbana é um instrumento adotado pela ONU em 2016, durante a Conferência sobre Habitação, denominado Habitat III, em Quito (Equador), que incorpora um novo reconhecimento entre boas práticas de urbanização e o desenvolvimento com vista a melhorar a qualidade de vida das populações. Sobre essa questão da NAU, reservamos uma subsecção onde apresentamos mais detalhes.

Para sustentar a interdisciplinariedade dessa pesquisa, foram mobilizados aportes teóricos e metodológicos de áreas como Geografia, Demografia, Economia, História, Urbanismo e Políticas Públicas. Essa interação permitiu construir uma leitura mais abrangente da informalidade urbana de Luanda, superando as concepções reducionistas e possibilitou a compreensão dos mecanismos estruturais que contribuem para a produção e reprodução das desigualdades em contexto como Luanda, através do recorte espacial.

Para o cumprimento dos objetivos, foi elaborado um modelo de análise visual (figura 9) que esquematiza de forma integrada as etapas da pesquisa, bem como as dimensões de análise mobilizadas no estudo. Esse modelo organiza de forma sintetizada o percurso metodológico a partir do objeto de investigação, os bairros informais críticos, relacionando-o ao objetivo da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica concentrou-se em obras de autores clássicos e contemporâneo sobre a produção do espaço urbano, com destaque para Henri Lefebvre, David Harvey, Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Erminia Maricato, Raquel Rolnik, entre outros. Assim, após a análise desses autores, foram analisadas produções sobre o contexto angolano, contemplando diferentes áreas como a demografia, sociologia, literatura, antropologia, geografia, urbanismo, economia, entre outras. Além disso, foram consultados dados de instituições como: ONU, Banco Mundial, INE, DW-Angola, *Agence Française de Développement*, bem como alguns documentos ministeriais.

Para o desenvolvimento desta etapa, os textos foram coletados em plataformas como Google Acadêmico, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Banco de Tese e Dissertações da CAPES, SciELO, Repertório do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), livros, site ministeriais, entre outros.

No que diz respeito à estrutura, a dissertação está dividida em cinco seções. Na primeira (I) seção, a introdução, apresentamos a contextualização do problema, motivação e objetivos, questões de pesquisa, bem como a metodologia geral.

Na segunda (II) seção, apresentamos o quadro teórico conceitual, com ênfase para o conceito de produção do espaço. Na sequência, nos focamos nos agentes sociais e suas estratégias de apropriação e resignificação do espaço urbano, o direito à cidade e a segregação socioespacial. Pensamos ser necessário abordar esses elementos antes do tema central, que é o bairro informal crítico. Por isso, consideramos indispensável apresentar diversos subsídios que enriquecem a nossa pesquisa e a discussão a partir do diálogo com diferentes atores.

Na terceira (III) seção, discutiremos sobre Luanda e seus dilemas urbanos, apontando seus desafios e perspectivas urbanas no contexto da Nova Agenda Urbana (NAU). Para tal, vimos ser necessário descrever os processos de crescimento urbano desde o período colonial até à atualidade, discutir sobre as origens, características e o conceito de musseque, o crescimento populacional e suas implicações na expansão urbana de Luanda, os bairros informais críticos e, por último, apresentar desafios e perspectivas urbanas para o cumprimento da Nova Agenda Urbana.

Na quarta parte (IV), apresentaremos a metodologia geral e a contextualização geográfica do Mayombe. Nesse contexto, destacamos os procedimentos metodológicos, a descrição geográfica e cartográfica da área de estudo e os procedimentos para execução da pesquisa empírica.

A quinta parte (V) e última seção está reservada para discussão dos resultados da pesquisa empírica, referente ao bairro Mayombe, e foca nas características socioeconômicas dos moradores e na distribuição espacial dos equipamentos coletivos. Os resultados dessa pesquisa poderão ser apresentados junto à administração municipal e posteriormente ao governo provincial, para que, juntos, busquemos diretrizes para reverter o estado situacional do bairro.

2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO: DO DIREITO À CIDADE À EXCLUSÃO URBANA

Nesta seção, sobre a “produção do espaço: do direito à cidade à exclusão urbana”, pretende-se analisar como as dinâmicas de produção do espaço urbano determinam as práticas de negação do direito à cidade para um grupo da população. A cidade é um espaço fragmentado que deve ser consumido por todos. Este consumo, geralmente, se dá pelas diferentes formas de uso e ocupação do solo urbano.

Para um melhor alinhamento da seção, a dividimos em duas (2) subseções, nomeadamente: “Agentes sociais e suas estratégias de apropriação e ressignificação do espaço” e “Construindo distâncias: do direito à cidade à segregação socioespacial”.

Para dar início à discussão dessa seção, pensamos ser importante discutirmos em torno do conceito de espaço e sua relação com a produção, uma vez que o ela se apresenta como um produto social e historicamente modificado pela técnica. Com a transformação espacial, do solo propriamente agrário para o urbano, intensificaram-se as práticas de uso e ocupação do solo e, com isso, o espaço ganhou destaque nos debates científicos, econômicos, políticos e sociais.

Ao utilizarmos o termo “produção do espaço”, antes de qualquer perspectiva, evidenciamos o modo como a sociedade, com as suas práticas, transforma a natureza para dar origem a uma segunda natureza, através da conjugação dos processos, ou, como considera Santos (1978), através do “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”.

O trabalho constitui uma forma pela qual a sociedade produz a sua vida social. A partir desse pensamento, nos apoiamos em Marx, que embora não tenha abordado diretamente sobre o conceito de produção do espaço, esse autor, através do seu conceito de trabalho, aproxima suas ideias aos processos de produção de espaço, ao considerar o trabalho como:

[...] um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. [...]. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo, modifica sua própria natureza (Marx, 1996, p. 297).

Apesar desse vínculo entre o conceito de trabalho em Marx e a produção de espaço, este último ganhou destaque com Lefebvre (1974) no século passado. Para este autor, este conceito responde aos processos de produção das relações sociais que se materializam no espaço. O autor

acrescenta que o espaço não pode ser visto como um elemento neutro dentro das relações de produção. Na afirmação de Godoy (2007),

[...], quando falamos em produção do espaço, deve-se, primeiramente, entender que os conceitos que procuram explicá-la se organizam a partir de uma lógica interpretativa correspondente aos objetivos traçados pelo sujeito. [...]. Na análise da produção do espaço, a ideia de produção está ligada ao conceito marxista de trabalho e às noções de transformação e mudança. A “produção” implica também na organização do trabalho e dos meios necessários para sua realização enquanto produção de valor. [...]. Pode-se pensar que o espaço produzido é produto do trabalho, isto é, de uma organização do trabalho que se materializa em formas espaciais. A “produção” significa, então, “trabalho morto” e organização (Godoy, 2007, p. 32).

O espaço não é uma categoria exclusiva da Geografia, o que significa dizer que outras áreas do saber científico abordam este conceito. Na Psicologia, por exemplo, o espaço é entendido como algo vivido e percebido a partir das experiências, emoções e memórias de cada indivíduo. Na sociologia, Anthony Giddens (1984, p. 43), em sua obra *A constituição da sociedade*, considera que “o espaço não é um simples recipiente para atividades humanas, mas uma dimensão integral na constituição das práticas sociais, sendo continuamente produzido e reproduzido pela ação humana”.

A distância que separa os diferentes conceitos sobre o espaço dá-se pela sua simplificação, ao ser apropriado e interpretado a partir de métodos, paradigmas, epistemológicos e perspectivas específicas, criando uma pluralidade conceitual. Essa pluralidade geralmente acontece por meio do deslocamento e na transformação dos seus elementos constitutivos, como o físico, o social, o econômico, o simbólico e o político. Nesse contexto, alguns autores tendem, geralmente, a propor conceitos que, do ponto de vista geográfico, se aproximam mais do território.

Por muito tempo, o conceito de espaço não ocupava uma posição central nos debates acadêmicos e sociais. Com a intensificação da urbanização e da lógica moderna de produção da cidade através da lógica capitalista, que definiram os modos de ocupação, apropriação e função das cidades, a obra *A Produção do espaço*, de Henri Lefebvre (2006), passou a ser um destaque nos debates interdisciplinares e, com isso, a relevância do conceito espaço e das contribuições de Lefebvre passaram a ocupar um lugar central nesses debates. Esse reconhecimento não acontece por acaso. Como dissemos, isso ocorre num contexto em que novas geografias foram se desenvolvendo em todas as escalas, através da combinação dos processos de urbanização e globalização.

O contexto em que Lefebvre esteve inserido, assim como a sua trajetória intelectual ofereceram uma facilidade para a compreensão mais abrangente de como o espaço se afirma enquanto um conceito central em suas abordagens.

Segundo Pereira (2023):

O interesse de Lefebvre pela problemática do espaço (e do tempo) remonta ao período entre guerras, quando teve contato profundo com os textos de Descarte e Kant e com a polêmica entre Clarke e Leibniz a respeito da teoria de Newton do espaço absoluto. Embora esse interesse se faça presente antes mesmo de sua produção dedicada ao tema, é somente na década de 1960 que, de fato, o espaço entra em cena no contexto das suas reflexões teóricas, constituindo-se como um elemento crucial para a compreensão de sua obra. (Pereira, 2023, p. 08).

Desse modo, não há dúvidas de que, atualmente, qualquer estudo que busque pesquisar sobre a produção do espaço mergulhará nas ideias de Lefebvre. Suas ideias, mais do que uma perspectiva filosófica, oferecem noções muito encaixadas para a compreensão das relações entre espaço-tempo e sociedade, sendo uma base referencial para essa linha de pesquisa. Nesse contexto, esse autor nos ajuda a compreender os bairros informais críticos a partir do conceito de espaço produzido a por meio das relações de poder, das dinâmicas econômicas e das práticas quotidianas.

A partir desse pensamento, podemos interpretar os BICs como expressão concreta dessas relações de poder e das contradições impostas por uma urbanização determinada pela lógica capitalista. Além disso, ao observar a precariedade habitacional, a ausência de serviços, a falta de segurança, saneamento básico, riscos ambientais, entre outros problemas nesses bairros, reforça a questão da exclusão do acesso pleno da vida urbana e do direito à cidade defendido por Lefebvre.

Em sua concepção de produção de espaço, Lefebvre destaca quatro hipóteses fundamentais que vão além do físico, trespassando o social, político e econômico. Na primeira hipótese, o espaço é concebido como “forma pura, como transparência” (Lefebvre, 2008, p. 42). Dessa forma, o espaço é visto de modo abstrato e separado da sociedade, constituindo a base sobre a qual a sociedade atua e produz suas atividades. Essa visão de espaço neutro ou transparente aproxima-se da abordagem cartesiana, que ignora as relações sociais e simbólicas, tratando o espaço como algo quantificável e objetivo.

Na segunda hipótese, o autor propõe que o espaço deva ser concebido como um produto da sociedade, produzido pelas relações sociais através das práticas humanas, dos interesses econômicos e políticos. Segundo o autor:

Independentemente da conclusão que se tire dessa hipótese, o espaço é objetivo, ou melhor, a objetivação do social e, conseqüentemente, do mental. Para conhecê-lo, é imprescindível a diligência descritiva. Uma forma se desprende ou se constrói a partir dos conteúdos que o conhecimento descobre ou recorta (Lefebvre, 2008, p. 42).

Para compreender esta hipótese, é preciso, antes de tudo, romper com a ideia de que o espaço é o palco das realizações humanas; é, ao contrário, um produto social, dinâmico e atado à realidade social. Na terceira hipótese, por sua vez, o espaço não é científico, é político, visto como uma ferramenta ideológica intencionalmente manipulada pelas forças. Assim:

Nessa hipótese, repitamos, o espaço, ao mesmo tempo, funcional e instrumental, vincula-se à reprodução da força pelo consumo. Pode-se dizer que ele é o meio e o modo, ao mesmo tempo, de uma organização do consumo no quadro da sociedade neocapitalista, isto é, da sociedade democrática de consumo dirigido (Lefebvre, 2008, p. 46).

Na quarta e última hipótese, o espaço é tido como resultado de contradições, marcada por conflitos entre diferentes forças. Aqui, destacam-se, sobretudo, conflitos entre o capital e os movimentos sociais na busca pelo direito à cidade:

É o espaço onde a conexão coercitiva se efetua por meio de um sistema de acesso às práticas deslocadas: o espaço, ao mesmo tempo, informe e duramente constrangedor das periferias e dos subúrbios; onde os cortiços, as favelas, as cidades de urgências completam os subúrbios residenciais; onde as normas reinam, prescrevendo as utilizações do tempo, enquanto se devota ao espaço toda espécie de discursos, interpretações, ideologias e valores "culturais", artísticos etc (Lefebvre, 2008, p. 49).

Entretanto, embora avance em suas hipóteses ao considerar o espaço como entidade real, concreto que existe por si só, independentemente de outras determinações, Lefebvre também o concebe como palco de organização social que funciona para controlar e distanciar as pessoas, como se pode verificar nas periferias, onde as populações possuem poucos recursos e acabam ficando sem opções de escolhas.

Em *A Natureza do Espaço*, Milton Santos (2006) entende que a produção do espaço é um processo que resulta das condições das demandas impostas pela sociedade, e é determinada pela interação entre diferentes fatores, como: sociais, políticos, econômicos e ambientais. Esse espaço, que foi visto como o centro das atividades políticas e econômicas, com o surgimento da industrialização e conseqüentemente da urbanização, alterou rapidamente e proporcionou

grandes transformações na estrutura da cidade arcaica, com destaque para a sua composição demográfica, e a sua função social e econômica.

O processo de urbanização em Angola não se deu de igual modo como aconteceu nos países da Europa, América do Norte e América Latina. Tal como compreende Milton Santos (2012, p. 23-24), “não houve nos países subdesenvolvidos, como aconteceu nos países industriais, uma passagem da população do setor primário para o secundário e, em seguida, para o terceiro. A urbanização fez-se de maneira diferente e tem um conteúdo também diferente: é uma urbanização terciária”.

Entretanto, para o caso de Angola, em particular Luanda, a urbanização passou por diferentes fases, cada uma influenciada por fatores e contextos específicos. Nesse sentido, Afonso (2022), entende que o processo de urbanização resultou da combinação de diferentes fatores históricos, como a colonização e os ciclos econômicos e, mais recentemente, acrescentaram-se outros fatores, como: políticos (guerra civil) e demográficos.

Complementando o pensamento de Afonso (2022), a partir do ano de 1970, o país assistiu à redução da população em meios rurais, acompanhada com um crescimento acelerado da população urbana a partir da década de 1970. Além disso, as condições perturbadoras criadas pelos 27 anos de guerra civil entre 1975 e 2002 contribuíram significativamente para o crescimento urbano do País. Segundo o Banco Mundial (World Bank Group, 2020), estima-se que, entre 1975 e 2002, cerca de 3,7 milhões de pessoas se tornaram refugiados ou deslocados internos, e por muitas vezes essas pessoas migravam para as cidades em busca de segurança e meios de subsistência.

Diante disso, essa urbanização, na sua generalidade, ocorreu sem planejamento e de forma não regulada. A falta de condições econômicas representou, sobretudo desde a época da urbanização primária, um problema para o acesso por parte de grupos de menores recursos a uma habitação condigna. Nesse contexto, para as populações que se deslocavam nas cidades, a habitação autoconstruída em zonas sem qualificação para edificação representavam a única opção para a acomodação de muitos agregados familiares.

A cidade, além de ser uma ferramenta política, é também um produto social na qual os indivíduos produzem e reproduzem suas condições de vida, e a sua produção se dá em função da combinação entre espaço, tempo e técnicas. Sendo assim, como resultado dessa combinação surgem diferentes espaços, através das diferentes formas de uso e ocupação do solo.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento urbano, na maioria dos países em desenvolvimento, como é o caso de Angola, é constituído por uma dualidade, existindo uma cidade formal, aquela que apresenta um mínimo de planejamento, com acesso aos serviços e

oportunidades. Do outro lado, a cidade, ou assentamento informal, precária, carece ou é isolada de serviços básicos, com vários problemas sociais, onde “os moradores não têm segurança de posse com relação à terra ou moradia que habitam” (UN-Habitat, 2015, p. 01).

Até aos dias atuais, a construção informal e clandestina tornou-se na forma mais comum de construção em Angola. Para inibir essas práticas, em 2006, a Assembleia Nacional aprovou a Lei de Base de Fomento Habitacional (Angola, 2007), dando origem, mais tarde, ao Programa Nacional de Urbanismo e Habitação (PNUH), para os anos de 2009-2012 (Angola, 2009). Este programa surge como uma política oficial de habitação, com o objetivo de definir a política de fomento habitacional como fator importante na garantia e na concretização do direito à habitação para todos os cidadãos.

A cidade que conhecemos hoje é resultado de uma combinação de transformações históricas, sociais, culturais, econômicas e políticas e de práticas que refletem os diferentes modelos de sociedade. Logo, “podemos entender o atual modelo urbano como o futuro de um processo de ressignificações do modo de habitar, adotado pelas diversas culturas criadas pelo homem vivendo em sociedade” (Gonçalves, 2021, p. 652). Essa parcela do espaço urbano não é apenas uma delimitação física, constitui palco de “significados a partir do processo de interação social” (Gonçalves, 2021, p. 652).

Atualmente, a cidade se apresenta como um espaço em que mudanças se tornam um elemento presente, motivadas por uma lógica de consumo. Os serviços coletivos, como eletricidade, transporte, água, e saúde, estão cada vez mais a serem fornecidos como produtos de um mercado e não como direitos de todos. Isso reforça os argumentos que veem a cidade como um reflexo de interesses econômicos moldados por grandes projetos imobiliários e, por outro, pelo uso de práticas alternativas, criando a informalidade urbana como resposta às disputas dos agentes sociais.

2.1 Agentes sociais e suas estratégias de apropriação e ressignificação do espaço

Para compreender a dinâmica de apropriação e ressignificação do espaço pelos agentes sociais, é importante, antes, esclarecer o conceito de “agente”. Assim, de modo geral, um agente é uma pessoa que pratica uma ação, um indivíduo, um grupo ou uma instituição que atua de modo intencional, exercendo sua influência no espaço.

Conforme Vasconcelos (2020, p. 95), agente “é um indivíduo ou um coletivo capaz de realizar ações voluntárias, ou de iniciativas próprias”. Para esse contexto, “agentes” são entidades que tomam decisões sobre apropriação e ressignificação do espaço, moldando a

cidade com base nos seus interesses. Assim, destacamos os processos de disputas, resistência e adaptação que moldam a configuração do espaço social.

Esses agentes mobilizam-se por meio de diferentes ações para moldar o espaço de acordo com suas necessidades. Segundo Carvalho e Oliveira (2021, p. 91), “[...] Horácio Capel foi um dos primeiros autores a utilizar o termo ‘agentes da produção do espaço’”. Segundo o autor, os agentes produtores do espaço são: os proprietários dos meios de produção; os proprietários do solo; os promotores imobiliários; as empresas de construção; e os organismos públicos. Diferente de Angola, no Brasil, vários autores, como Bahiana (1978), Corrêa (1989) e Sousa (1989), destacam-se com as “contribuições teóricas e empíricas para compreender a ação desses agentes no espaço [...]” (Carvalho; Oliveira, 2021, p. 91).

Em Angola, a problemática da produção do espaço, bem como dos seus agentes, ainda é um campo pouco desenvolvido, o que, de certa forma, dificulta a compreensão das dinâmicas socioespaciais no país, especialmente no que se refere à atuação dos agentes sociais. Essa ausência contrasta a relação das práticas quotidianas com as abordagens consolidadas.

Vários agentes atuam para a produção do espaço. Por esse motivo, segundo Corrêa (2012, p. 43), a produção do espaço “[...] é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradoras de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade”.

Na produção do espaço, a questão dos agentes sociais não deve considerar apenas suas ações, mas também as motivações estruturais que obrigam ou motivam suas iniciativas de apropriação do espaço. Desse modo, ao pensar o urbano, devemos considerar as múltiplas faces que a cidade apresenta e pensar o espaço não só como um simples meio de produção da vida social, mas também como um palco de conflitos.

Em Lefebvre (1974), o espaço é entendido como um produto que resulta das práticas sociais, moldadas pelas interações entre indivíduos, estruturas de poder e instituições, e não pode ser limitado apenas a um suporte físico. Essa perspectiva é aprofundada por Corrêa (2005, p. 10), ao destacar que “a ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem”.

O espaço urbano é disputado, produzido e materializado por diferentes agentes que criam e recriam a cidade, um modo de fazer e refazer ciclicamente que está intimamente pautado nos interesses particulares da coletividade ou dos indivíduos. Santos (2008, p. 181) evidencia que “a produção do espaço urbano está intimamente ligada ao jogo de interesse entre

os seus agentes e participantes”, e o modo como o espaço é apropriado e ressignificado reflete as diferentes relações de poder e resistência desses agentes.

A intensificação do uso e ocupação do solo favorece a atuação dos agentes na produção do espaço, na medida em que as questões urbanas atualmente refletem práticas de segregação socioespacial. “Esses grupos podem atuar em conjunto ou de forma individual, dotados de estratégias e interesses” (Cruz, 2022, p. 51), o que repercute na configuração do espaço, bem como na valorização da terra e no distanciamento socioespacial.

Por essa razão, o modelo urbano contemporâneo pode ser interpretado como o resultado concreto de um processo contraditório e de conflitos permanentes, cujas dinâmicas produzem e reproduzem distâncias que resultam das disputas de poder protagonizadas por esses agentes. Nesse sentido:

O espaço urbano, em sua essência, congrega materialidades e imaterialidades, o que pressupõe ações e relações que envolvem os agentes sociais que o produzem e o consomem, criando-o e recriando-o conforme suas práticas. Para fins de compreensão da dinâmica urbana, é preciso, antes de tudo, tomar os agentes sociais na produção do espaço urbano como referências de análise, uma vez que seus interesses, suas escalas de ação determinam processos que, materializados no espaço definem e redefinem a configuração da cidade (Freitas; Ferreira, 2011, p. 04).

O espaço é constituído por uma natureza dupla que conecta simultaneamente elementos materializados, como edifícios, estradas, infraestruturas e ruas e aspectos imateriais, representados por valores, efetividades e representações simbólicas que fazem do urbano um espaço que não existe de forma autônoma ou simplesmente natural. Diante disso, ao considerarmos os agentes como referência central nas análises de produção e ressignificação do espaço, é possível compreender, a partir do pensamento de Cruz (2022), como suas ações incorporam os aspectos materiais e imateriais no espaço. De acordo com o autor,

os agentes da produção do espaço urbano são protagonistas na materialização do crescimento da urbe. As ações desenvolvidas por eles são mediadas por meio de interesses que repercutem na configuração da cidade e nas diferentes formas de apropriação, promovendo processos de segregação sócio espacial, valorização desproporcional de determinadas zonas da cidade em detrimento de outras e implementação de infraestrutura em determinadas áreas e ausência em outras - exemplos de como esses agentes podem influenciar na produção do espaço (Cruz, 2022, p. 50).

Corrêa (2000) considera que esses agentes não atuam de forma abstrata e atemporal. Eles são condicionados no tempo e espaço de um contexto social específico no qual estão

inseridos. Segundo o autor, são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja o espaço intra-urbano.

Os agentes responsáveis pela produção do espaço destacam-se pelas suas formas interdependentes de moldar o espaço. Corrêa (2011) destaca-se com sua obra *O espaço urbano*, onde enumera cinco (5) agentes sociais responsáveis pela apropriação e ressignificação do espaço. Segundo o autor, são:

[...] os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, os Estados e os grupos sociais excluídos. A partir de sua ação o espaço é produzido, impregnado de materialidade como campos cultivados, estradas, represas e centros urbanos como ruas, bairros, áreas comerciais e fabris, mas também pleno de significados diversos, como aqueles associados à estética, posição, etnicidade e sacralidade (Corrêa, 2011, p. 44).

O autor alerta que, mesmo que haja divergência entre os três primeiros, algo em comum os une: a renda da terra e a possibilidade de reprodução das relações de dominação. Esses grupos podem atuar em conjunto ou de forma individual, dotados de estratégias e interesses, pois, “os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação sócio espacial [...]. E materializam os processos sociais na forma de ambiente construído” (Corrêa, 2000, p. 43-44).

Na mesma direção, Lefebvre (1976) compreende a produção do espaço urbano como resultado da atuação de diversos agentes sociais: engenheiros, banqueiros, autoridades administrativas e políticas, trabalhadores da construção civil, bem como arquitetos e urbanistas, que, em diferentes escalas e sob distintas lógicas, todos participam do processo de configuração e materialização espaço urbano.

Complementarmente, Harvey (1980) aprofunda essa análise, ao destacar a complexidade das relações que definem e estruturam o mercado habitacional, envolvendo: usuários de moradia, corretores de imóveis, proprietário dos meios de produção, incorporadores, indústria da construção civil, instituição financeira e o Estado. Para o autor, esses agentes operam de acordo a uma lógica específica, que são determinadas pela razão capitalista, o que, de certa forma, reforça a compreensão da cidade como um produto social e econômico.

Dessa forma, apesar de apresentarem enfoques teóricos distintos, é possível identificar uma complementaridade entre Correia (2011), Lefebvre (1976) e Harvey (1980). Todos reconhecem que a produção do espaço decorre de um conjunto relacional de práticas sociais,

em que se cruzam dimensões econômicas, políticas e simbólicas, tornando o espaço como expressão concreta das contradições impostas pelo modelo de produção capitalista.

A apropriação do espaço é um processo que não decorre de única forma, considerando os mecanismos de uso e ocupação do solo: ela pode ocorrer por meio de estratégias formais e informais. O Estado, por meio de suas leis e normas, proporciona mecanismos formais de uso e ocupação do espaço e, conseqüentemente, devido às dificuldades impostas às populações economicamente vulneráveis, sobretudo por esse determinismo capitalista, estas populações geralmente recorrem a mecanismos ilegais, como considera Maricato (2003, p. 158): “a falta de alternativas habitacionais [...] faz o pano de fundo dessa dinâmica de ocupação ilegal e predominante de terra urbana”.

Essa formulação contribui para a compreender os bairros informais de Luanda como produtos diretos das limitações históricas das políticas públicas de habitação, do encarecimento da terra urbanizada e da centralização dos investimentos em áreas formais e economicamente valorizadas da cidade.

Sob essa perspectiva, o argumento de Maricato permite interpretar os bairros informais críticos de Luanda não como anomalias urbanas, mas como expressões territoriais de um sistema urbano seletivo, no qual o direito à moradia digna permanece condicionado à capacidade de inserção no mercado formal. A informalidade passa a operar como mecanismo funcional de acomodação da pobreza urbana, garantindo a reprodução da força de trabalho próxima aos centros de oportunidade econômica, porém em condições espaciais degradadas.

Com base na Lei n.º 3/07 de 3 de setembro, Art.º 2.º, a Lei Constitucional de Angola estabelece a existência do Fundo de Habitação, que se destina para “todas as entidades públicas, privadas e cooperativas que promovam a construção de habitação social e aos cidadãos em geral”. A lei destaca a pluralidade de agentes autorizados constitucionalmente na produção do espaço urbano, sobretudo no campo da habitação social.

Apesar disso, o Estado angolano concentra toda a responsabilidade pelo desenvolvimento do território e das infraestruturas do país. Essa concentração estatal contraria os princípios da democracia participativa, causando burocracia nos processos e, na maioria das vezes, observam-se ações deslocadas das necessidades reais dos territórios locais.

A urbanização caracteriza-se como o ponto de partida da problemática urbana, e as cidades modernas resultam de um processo intenso e prolongado de industrialização, que reconfigurou as estruturas das cidades preexistentes e redefiniu as suas funções e dinâmicas. Esse processo, que tem a sua origem com a revolução industrial, trouxe grandes transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, marcando uma transição de um contexto

predominantemente marcado pelo solo rural e a atividade agrária para centralidades urbanas, caracterizadas pela concentração de pessoas e serviços. E é esta industrialização que “caracteriza a sociedade moderna” (Lefebvre, 2008, p. 11). Desse modo:

A cidade enquanto expressão materializada no espaço urbano é um produto social que responde a determinações do sistema vigente. Esse espaço surgiu a partir do resultado de ações acumuladas através do tempo, sendo concebido por agentes sociais que produzem e consomem o espaço. Esses agentes desenvolvem ações que derivam da dinâmica de acumulação do capital e dos conflitos de classe (Oliveira; Silva, 2015, p. 08).

Os proprietários dos meios de produção são agentes sociais que atuam para fazer e refazer o espaço urbano, através dos seus recursos que impulsionam cada vez mais a expansão do tecido urbano. Ao direcionarem a alocação de recursos para o desenvolvimento de infraestruturas e equipamentos que atendam aos seus interesses, esses agentes contribuem para o crescimento da população, e conseqüentemente para a expansão da mancha urbana.

Os grandes proprietários industriais e das grandes empresas comerciais são, em razão da dimensão de suas atividades, grandes consumidores do espaço. Necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas empresas [...] (Corrêa, 2005, p. 14).

O dilema imposto por esses agentes está na ideia de mercantilização do espaço a partir do século XX, fazendo com que o espaço transcendesse o seu valor físico, social e funcional por meio da geração de lucros, o que tornou o espaço alvo do capital e a cidade como mercadoria e investimento. Segundo Rodrigues (2020), o proprietário dos meios de produção

é o agente que mais consome espaço devido às suas atividades fabris. Comumente este agente atua implantando grandes centros industriais que atraem investimentos e infraestruturas, o que por sua vez influi no funcionamento dos demais espaços, podendo acarretar benefícios ou prejuízo ao contexto socioeconômico das cidades (Rodrigues, 2020, p. 8309).

O que pouco se tem dito sobre a influência dos proprietários dos meios de produção na expansão do tecido urbano é que, em cidades em expansão, com destaque para aquelas impulsionadas pelas atividades industriais, a dinâmica da população é geralmente determinada por uma relação complexa entre a instalação de infraestruturas de produção e a formação de novos territórios, e que as indústrias desempenham um papel importante na atração de populações, que buscam proximidade com os seus serviços.

No entanto, essas dinâmicas para Angola não acontecem de forma isolada: a atuação do Estado se insere mais como um elemento na mediação dos seus interesses no mercado imobiliário e do capital industrial, por meio de práticas de corrupção.

A corrupção é uma prática vista como irregularidade política, passível de punição. Conforme Kajibanga (2023),

a corrupção não tem fronteiras, não sendo um fenómeno restringido a um tipo de cultura ou grau de desenvolvimento. É uma realidade transcultural e apresenta-se sob inúmeras expressões – “luvas” (Portugal), “propinas” (Brasil), “gasosa” (Angola), “refresco” (Moçambique) –, ou seja, [...] a famosa gasosa é conhecida nas instituições públicas de maneira ostensiva (Kajibanga, 2023, p. 20).

Essa prática pode estar associada ao período pós independência, quando o atual governo assumiu o poder e se encarregou de todas as tarefas administrativas num contexto de regime político de partido único, associado ao modelo econômico socialista. Mais tarde, após a consagração da democracia e do regime parlamentar – presidencial –, “abriu-se uma oportunidade para consolidar uma burguesia nacional ligada ao poder político” (Kajibanga, 2023, p. 21). Por esta razão, torna-se difícil separar o Estado dos proprietários, dos meios de produção e dos agentes imobiliários.

A atuação do Estado na produção do espaço urbano está relacionada às leis e normas criadas para organizar a cidade, ainda que nem sempre se cumpram. São, porém, fundamentais para o ordenamento do espaço, em que o Estado possui o direito de intervir em qualquer atividade irregular por ser o detentor do poder de regularização do modo de uso, apropriação e desapropriação do solo (Rodrigues, 2020, p. 8311).

Com base no pensamento de Rodrigues (2020), a produção do espaço está diretamente ligada à ação do Estado, “que se insere na produção do espaço de múltiplas formas, com um leque de ações possíveis” (Tabarin, 2017, p. 26) ao estabelecer diretrizes que orientam as dinâmicas de uso e ocupação, apropriação e ressignificação do solo. Apesar da mão visível do Estado nesse processo, a eficácia dessas leis nem sempre são socialmente inclusivas e territorialmente transversais, uma vez que o Estado se compromete em atender os interesses de uma única classe enquanto a outra fica à margem. Segundo Rodrigues (2020):

Apesar de o Estado ter o poder de controlar as práticas ilegais de ocupação, suas políticas não favorecem a todos, ou seja, nem todos têm acesso aos benefícios. As normas e políticas de regularização do solo acabam intensificando a desigualdade social e segregação espacial, pois vem

favorecendo as classes de maior poder aquisitivo. Assim, os marcos legais que cabem ao Estado, acabam por favorecer alguns agentes mais do que outros (Rodrigues, 2020, p. 8312).

Apesar de o Estado ser notado através da criação de leis que determinam as normas de uso e ocupação do solo, como descrevemos acima, a ação deste agente é meio que paradoxal, pois não se limita aos ordenamentos jurídicos, expandindo-se, também, com ações concretas na produção do espaço. Se na primeira observação da ação complexa do Estado verifica-se a ideia de ser o poder para controlar e inibir as práticas ilegais de ocupação do solo, num segundo momento, “[...] refere-se ao fato de o Estado atuar diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário [...]” (Corrêa, 1989, p. 24).

A aquisição e gestão de reservas fundiárias, muitas vezes, faz do Estado um agente estratégico que, em parceria com agentes privados, utilizam esses terrenos para a implementação de projetos que fomentam o crescimento urbano, e isso possibilita para que “o Estado se torna promotor imobiliário” (Corrêa, 1989, p. 24). A ação estatal pode gerar uma contradição específica na medida que, até certo ponto, as parcerias público-privado para a promoção de grandes projetos de desenvolvimento urbano podem, paradoxalmente, gerar exclusão e contribuir para a gentrificação, e é com base nesse paradoxo que surgem o que pensamos considerar a urbanização de *status* e a urbanização popular.

Em Angola, a classe política e, sobretudo, a elite militar, liderada por generais, destacam-se como os principais sujeitos detentores dos meios de produção e, consequentemente, como agentes atuantes no mercado imobiliário. Segundo Uemúra *et al.*, (2021, p. 07), “em diversas situações de conflitos, o próprio Estado, que deveria garantir e promover direitos, é o principal agente indutor de violações e violências”. Em Luanda, os conflitos fundiários mais recorrentes ocorrem, na maioria, entre camponeses, generais das Forças Armadas e empresários respaldados pelo poder político. Como faz referência à Development Workshop Angola (2024):

As disputas de terrenos em Angola constituem [sic] uma preocupação das autoridades, que admitem estar perante um crime organizado. Os municípios de Cacuaco, Viana e Belas, em Luanda, estão entre os mais visados nestes casos, onde muitas vezes, estão envolvidos altas patentes da polícia, das Forças Armadas e governantes contra camponeses “indefesos” [...] (Development Workshop Angola, 2024, p. 07).

A ausência de um movimento de camponeses fortemente organizado acaba enfraquecendo as lutas por terra e moradia nas áreas periurbanas, onde os interesses particulares da classe política, dos militares e de setores das forças policiais frequentemente se sobrepõem aos interesses coletivos da população. Essa sobreposição remonta a um contexto em que se assiste à captura das instituições do Estado por grupos hegemônicos, o que torna os camponeses alvos fáceis de processos de remoção e expropriação.

Segundo a nota do Jornal Angola 24 Horas, divulgada no dia 02 de junho de 2024, agentes da Polícia Nacional entram em confronto direto com a população camponesa que impedia a expropriação de terra pelos supostos oficiais da Polícia Nacional e das Forças Armadas (Angola 24 horas, 2024). Na publicação, lê-se:

Agentes polícia destacados pelo Comando Provincial de Luanda e do Talatona, para o controle de terrenos em disputa com a empresa "Konda Marta", na zona do 11 de novembro, entraram em pancadaria neste sábado, 1 de junho, com os camponeses que tudo fazem para impedir a usurpação e ocupação dos seus terrenos por supostos oficiais superiores da polícia Nacional (PN) e das Forças Armadas Angolanas (FAA) (Angola 24 horas, 2024, n.p.).

Os conflitos de terras em Luanda têm sido recorrentes, o que suscita preocupação em algumas organizações não-governamentais devido ao elevado número de casos de expropriação. Esse fenômeno, movido por atores pertencentes à elite política, militar e das forças policiais, está diretamente associado aos interesses de promoção imobiliária.

Apesar de em Angola a terra ser considerada propriedade originária do Estado, a fragilidade das instituições, as práticas de ocupação ilegal, a insegurança de posse de terra, as vendas e o transpasse informal a fazendeiros constituem as principais fontes desses conflitos. Em Luanda, dificilmente os camponeses ou mesmo a maioria da população de baixa renda conseguem legalizar o direito de superfície, e esse cenário favorece o processo de apropriação indevida por parte de indivíduos detentores do poder ou aqueles assegurados por altas figuras da elite política, que se aproveitam da situação para promover expropriação arbitrária de terra.

Nessa dinâmica, a produção do espaço urbano não se esgota na ação estatal, mas articula-se a outros agentes que se apropriam das condições jurídicas e econômicas criadas pelo próprio Estado. Entre esses atores, destacam-se os agentes imobiliários, cuja atuação se orienta por uma lógica de valorização da terra e da mercantilização da cidade. Na prática, esses agentes atuam de forma seletiva, direcionando investimentos em áreas com maior potencial de rentabilidade e os instrumentos de planejamento urbano.

Com base nisso, Smolka (1979, p. 06) considera que “a cada utilização de um terreno, alteram-se as características de todos os outros terrenos – afetando, assim, o próprio preço do lote em questão”. Esta ação, sobretudo, dos agentes imobiliários, tem transformado a cidade em um “objeto de luxo”, fazendo-a ser “a ser vendida em um mercado altamente competitivo” (Souza, 2018, p. 21).

O agente imobiliário desempenha um papel central na compreensão da produção do espaço. Por meio de suas atividades, esses agentes transformam a cidade em uma empresa onde os principais produtos a serem comercializados são a segurança e o lazer. A naturalidade com que encaramos esse processo de “gestão urbana empresarial” (Arantes, 2007, p. 20) permitiu que as cidades passassem a ser vistas pelos planejadores e empreendedores como “máquinas de produzir riquezas” (Arantes, 2007, p. 21).

Diante disto, Souza (2018, p. 22) considera que

é possível analisarmos que a cidade-mercadoria consiste em um modelo de cidade planejada para ser comercializada, para ser território de negócios e, desta forma, suas características devem apresentar-se atrativas para compradores e a manutenção de sua imagem é indispensável neste processo.

A priorização dos lucros e do retorno sobre o investimento faz da cidade uma grande máquina, “onde o planejador confunde-se com seu oponente mais habitual, o empreendedor” (Souza, 2018, p. 22). Assim, o setor imobiliário torna-se o responsável por definir os preços do solo e de imóveis, influenciando sobre quem poderá habitá-lo.

Para os autores que trabalham com a perspectiva capitalista da produção do espaço, a atuação dos agentes imobiliários gera processos de segregação e/ou exclusão por meio das condições que o mercado impõe, como observa Medeiro (2017, p. 177), ao considerar que “o mercado estabelece critérios que acabam restringindo o acesso em determinadas áreas, para quem tem menos recursos”. Esse controle, embora seja mais expressivo atualmente, não é novidade: Silva (199, p. 29) nos faz lembrar que a segregação nas cidades não é um fenômeno recente: “remonta desde o aparecimento da cidade e das classes sociais”.

Ribeiro (2003, p. 33) considera que “os preços imobiliários se tornaram o mecanismo central de distribuição da população no território da cidade”. Esse processo reforça cada vez mais o fenômeno do isolamento social e territorial, que “alinhando a privatização dos serviços urbanos, corrobora diretamente para a polarização da estrutura social e para o aumento dos processos segregacionistas nas cidades” (Souza, 2018, p. 33).

A segregação é um reflexo fundamental para a compreensão das desigualdades impostas pelo mercado imobiliário e pela lógica da cidade-empresa. Essa cultura que se instalou no espaço urbano frequentemente marginaliza indivíduos que não se enquadram nos padrões impostos pelo capitalismo e “criminaliza a pobreza” (Brisola, 2012). Por esta razão, os pobres urbanos alimentam um sentimento de insegurança, e esse sentimento justifica a comercialização de habitações cercadas com muros, sistemas de segurança elétrica e vigilância armada.

Caldeira (2012) enfatiza que o distanciamento físico e social que se verifica nas cidades com a construção de “enclaves fortificados” estabelece uma nova forma de distâncias. Na perspectiva do autor:

Os enclaves fortificados conferem condição. A construção de símbolos de situação é um processo que elabora diferenças sociais e cria meios para a afirmação de distância e desigualdade social. Os enclaves são importantes na sua criação de separação. São claramente demarcados por todos os tipos de barreiras físicas e artifícios de distanciamento e sua presença no espaço da cidade é uma evidente afirmação de diferenciação social. Eles oferecem uma nova maneira de estabelecer fronteiras entre grupos sociais, criando novas hierarquias entre eles e, portanto, organizando explicitamente as diferenças como desigualdade. O uso de meios literais de separação é complementado por uma elaboração simbólica que transforma enclausuramento, isolamento, restrição e vigilância em símbolos de status. Essa elaboração é evidente nos anúncios imobiliários (Caldeira, 2000, p. 259).

As disputas pelo espaço urbano “emergem do processo de dominação, onde algumas lutas pelo uso da terra determinam a localização ótima de um determinado uso da terra e de outros usos da mesma” (Silva, 1993, p. 32).

Apesar de se ter notado uma ausência de debate ou qualquer discussão acerca das ocupações no espaço urbano informal de Luanda, é evidente a exposição de zonas com diferenciação na sua formação física como “áreas caracterizadas por uma ocupação aleatória, ambientalmente precária e densa, habitadas predominantemente por populações de baixa renda” (Gordilho; Souza, 2008, p. 28).

Os bairros informais são territórios autoproduzidos e habitados à margem da lei, vistos como espaços de irregularidades. No processo de crescimento urbano, a lógica do mercado imobiliário, que opera com base na lógica de um modelo capitalista, propicia a divisão da cidade em cidade formal (legal) e cidade informal (ilegal) (Maricato, 2002; Rolnik, 2006).

A cidade ilegal, ou se quisermos tipificar de o “lugar fora das ideias”, como caracteriza Maricato (2002), para o contexto de Luanda, representa áreas sem interesse para o mercado imobiliário, por não oferecerem segurança jurídica, condições geográficas, atração

(normalmente exigem altos custos de urbanização), localizam-se em zonas de baixo retorno financeiro e abrigam populações maioritariamente de baixo poder econômico. Apesar desses problemas, essas áreas tornaram-se territórios estratégicos de sobrevivência coletiva.

A análise das perspectivas de Maricato (2002) sobre “a cidade ilegal ou o lugar das ideias”, permite aprofundar a compreensão que se tem sobre os bairros informais críticos. Ao considerar esses espaços como lugares fora das ideias a autora reforça a noção de que os BICs são territórios que surgem e permanecem a margem das políticas sociais, dos instrumentos de planejamento urbano e dos circuitos formais de investimentos imobiliário.

Em Luanda, essa condição se manifesta de forma intensa, na medida que amplas porções da expansão urbana ocorrem por meio da ocupação ilegal de áreas desprovidas de qualquer tipo de regularização fundiária, reconhecimento institucional e de infraestrutura básica. Diante disso, a cidade ilegal em Luanda deve ser interpretada como componente estrutural de um processo de urbanização caótica que se dá através da informalidade, ou seja, trata-se de territórios que resultam por meio da negação do direito à cidade.

As disputas por apropriação do espaço no meio urbano têm ganhado destaque como uma alternativa para enfrentar os desafios impostos pelas dinâmicas urbanas excludentes. Em muitos contextos urbanos, a ação individual ou até mesmo coletiva aparece como uma forma poderosa para forçar a inclusão de povos segregados sob diversas formas, no espaço urbano da cidade.

A cidade não é apenas um conjunto de infraestrutura, é também um produto que resulta das interações sociais passíveis de disputa, ocupação e ressignificação pelos agentes sociais. Nesse sentido, as iniciativas comunitárias representam um movimento de resistência frente às forças de um mercado imobiliário cada vez mais crescente e cada vez mais violento com as definições frequente do uso e a valorização do solo.

A sociedade moderna é comumente caracterizada como a sociedade de classes. Nos primórdios dessa sociedade, os processos de exclusão não faziam sequer parte central dos debates sociais, as diferenças sociais foram sempre explicadas a partir das desigualdades econômicas, até que surgem na hasta pública grupos ou movimentos que começam a reivindicar pelos seus direitos de inclusão urbana e das estruturas e serviços da cidade (lê-se direito à cidade), desvendando as desigualdades de oportunidades entre diferentes classes. Conforme Corrêa (1989):

na sociedade de classes verificam-se sociais no que se refere aos bens e serviços produzidos socialmente. [...] A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer,

não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e muito menos comprar um imóvel (Corrêa, 1989, p. 29).

Com isso, essa parte da população que não tem acesso à moradia digna, por falta de condições econômicas e de políticas de habitação pública socialmente inclusivas, como alternativas, produzem os seus próprios territórios de forma irregular, influenciando na fragmentação do espaço físico e na falta de atratividade paisagística em zonas urbanas e periurbanas da cidade (Alberto, 2021).

As populações excluídas do direito à habitação decente recorrem a vários métodos para sua sobrevivência. Essas ações representam a problemática habitacional para essas populações, como também uma disputa evidente para a inclusão urbana e social. Tabarin (2017) considera que

[...] essa população encontra alternativa para a garantia de sobrevivência que vão de cortiços, invasão de terrenos, favelas e conjuntos habitacionais. Os grupos excluídos tornam-se agentes modeladores nas favelas, na periferia autoconstruída, produzindo o seu próprio espaço, como uma forma de resistência e como uma estratégia de sobrevivência, lutam pelo seu direito à cidade (Tabarin, 2017, p. 27).

De acordo com Harvey (2012), essas iniciativas comunitárias expressam as lutas pelo direito à cidade, entendido como a reivindicação de participação da população nos processos de planejamento e uso do espaço urbano. Nos argumentos de Harvey (2012, p. 30), “reivindicar o direito à cidade [...] equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental”. Isso equivale dizer que reivindicar o espaço urbano é, ao mesmo tempo, uma luta contra a privatização e mercantilização da vida urbana.

Além disso, em alguns países, como no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) têm sido protagonistas na luta pela apropriação do espaço urbano e rural. Estes movimentos surgem num contexto marcado pela emancipação do sistema neoliberal no Brasil, com destaque para a cidade de São Paulo por volta dos anos de 1977 (Oliveira; Andrade, 2017).

Em Angola, não se observam, como no Brasil, movimentos organizados para reivindicar as lutas pela expropriação, quer sejam urbanas como rural. A primeira tentativa de organização de um movimento surgiu com os camponeses afetos ao processo midiático “Konda Marta”, que por conta do excesso do uso da força da Polícia Nacional e de certos órgãos de defesa como as

Forças Armadas, surgiu na tentativa de defender seus interesses, mas vem sendo cada vez mais enfraquecido, sobretudo após a detenção arbitrária do líder deste movimento.

Apesar dos debates em volta da questão do direito à moradia, Silva (2011) aponta que a questão da habitação está longe de ser resolvida, isso porque o modelo de financiamento, planejamento e gestão das cidades modernas não tem considerado os diferentes marcadores sociais e continuam a intensificar uma sociedade representada por hierarquias sociais. Esse pensamento concorda com Maricato (2019), em que ao tratar da situação de algumas cidades do Brasil, defende que “[...] grande parte das nossas cidades é constituída de ocupações ilegais”.

O aumento da população nas cidades, o alto custo de terrenos urbanizados e a especulação imobiliária em áreas urbanas, sobretudo nos países em desenvolvimento, constituem fatores para intensificar as práticas de ocupação ilegal de terrenos nas cidades. Esses fatores acabam deixando as populações com limitações financeiras, sem opção, além de recorrerem a essas práticas ilegais de ocupação e apropriação do espaço, como considera Alberto (2021). No viés do autor:

O aumento pela procura de habitação para uma baixa oferta compatível com os fracos recursos financeiros das populações migrantes tem [sic] levado à proliferação de construções clandestinas e urbanizações de gênese ilegal. O alto preço praticado pelos promotores de terrenos infraestruturados, a ausência de habitações com preços acessíveis para os pobres urbanos, a especulação imobiliária nas áreas urbanas e periurbanas, são fatores que têm incentivados as populações a procurarem terrenos com preços acessíveis em lugares sem aptidão para a urbanização (terrenos com declive acentuado, áreas inundáveis) e mais afastados dos centros urbanos (Alberto, 2021, p. 40).

A ocupação dos vazios urbanos, ou espaços subutilizados para a formação dos guetos, é uma prática comum em várias cidades onde o desenvolvimento do capitalismo afastou significativamente as populações de baixa renda da cidade. Essas ações, como considera Holston (2008), são formas de resistência aos processos de exclusão do direito à cidade, e os pequenos grupos que vão se apropriando desses espaços criam novas formas de cidadania.

Em Luanda, o aumento da população foi um dos fatores que agravou a questão urbana da província. Esse aumento populacional não se deu do mesmo modo como no Brasil e na Inglaterra, onde “foram criadas vilas operárias erguidas por industriais, para que os trabalhadores se fixassem próximos às fábricas” (Oliveira; Andrade, 2017, p. 05). Essas práticas contribuíram para a dispersão urbana em algumas cidades.

Esses elementos resultam em práticas de ocupação irregular, como favelas, invasões de terrenos e autoconstruções, que configuram formas de resistência às marginalizadas. Essas

ações não apenas desafiam a lógica de privatização e mercantilização do espaço urbano, mas também denunciam as desigualdades estruturais impostas pelo modelo capitalista de planejamento e gestão das cidades.

2.2 Construindo distâncias: do direito à cidade à segregação socioespacial

O direito à cidade é um conceito que vem ganhando um lugar central nos debates sobre as dinâmicas urbanas. Como conceito, foi elaborado por Lefebvre em 1968, e tem sido debatido em diferentes áreas, como o Urbanismo, Geografia, Sociologia, Políticas Públicas, entre outras. A cidade, enquanto produto social, deve ser vista como um espaço acessível e inclusivo, capaz de permitir que todos os indivíduos tenham o mesmo direito de se beneficiarem de todos os recursos urbanos, assim como das estruturas da cidade. Com base nesta visão, ao se pensar sobre este direito, importa referir que:

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização (Harvey, 2012, p. 28).

O direito à cidade emerge da necessidade de combate à segregação socioespacial e à garantia de que todos os indivíduos, sem distinção da cor, etnia, classe, gênero, ideologia política, orientação sexual e condição física tenham acesso à habitação digna, saúde, lazer, transporte, educação e demais serviços oferecidos na cidade. Conforme Amanajás e Klug (2020),

o direito à cidade é um direito difuso e coletivo, de natureza indivisível, de que são titulares todos os habitantes da cidade, das gerações presentes e futuras. Direito de habitar, usar e participar da produção de cidades justas, inclusivas, democráticas e sustentáveis. A interpretação do direito à cidade deve decorrer à luz da garantia e da promoção dos direitos humanos, compreendendo os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais reconhecidos internacionalmente a todos (Amanajás, Klug, 2020, p. 29).

Os autores acima concordam em suas abordagens de que a cidade é coletiva e indivisível. A cidade não deve constituir um palco de exclusão, que define o tipo de pessoas que podem ter acesso a esse espaço. Robert Park (1967 *apud* Harvey, 2012, p. 28) concebe a cidade como

[...] a tentativa mais coerente e, em termos gerais, mais bem-sucedida de fazer o mundo em que vive, e de fazê-lo de acordo com seus mais profundos desejos. Porém, se a cidade é o mundo criado pelo homem, segue-se que também é o mundo em que ele está condenado a viver. Assim, indiretamente e sem nenhuma consciência bem definida da natureza de sua tarefa, ao criar a cidade, o homem recriou a si mesmo (Park, 1967, p. 03 *apud* Harvey, 2012, p. 28).

A cidade moderna surge em meio a uma sociedade de classe, determinada pelo capitalismo que sempre prezou pela produção de excedente, e a cidade, neste caso, possibilita a produção deste excedente para que se tenha *mais-valia*. Por isso, faz sentido afirmar que “[...] vivemos em um mundo no qual os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direitos em que se possa pensar” (Harvey, 2012, p. 27).

As cidades, assim como o território, são espaços comuns, apropriados e produzidos por todos. Nesse sentido, a narrativa histórica da cidade moderna reflete desigualdades profundamente enraizadas que moldaram a sociedade ao longo dos séculos, decorrentes de práticas de exploração que remontam aos tempos coloniais. O direito à cidade, assim como a moradia (lê-se habitação) tem seu fundamento jurídico internacional na carta dos direitos fundamentais do indivíduo, reconhecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, onde se lê:

Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade (ONU, 2004, p. 08).

Para tanto, apesar do seu cunho jurídico, institucional e internacional, o direito à habitação ainda é restringido a muitas populações. De acordo com Ribeiro e Scarano (2020, p. 179), “existe parcela da população que possui acesso à vida urbana e, portanto, à liberdade de acesso àquilo que a infraestrutura das cidades oferece”. Esta parcela é, em termos estatísticos, uma percentagem reduzida que concentra em suas mãos a riqueza. No entanto, as políticas habitacionais, quer seja em Luanda como na maioria dos países em desenvolvimento, frequentemente falham em atender às necessidades das populações mais vulneráveis, exacerbando as desigualdades existentes.

No modelo urbano atual, “cidade-empresa”, os grupos sociais são frequentemente separados espacialmente numa mesma cidade, na maioria das vezes, em função de diversos fatores correlacionados. Essa separação pode ser feita a partir dos processos de planejamento, quando se limita o acesso das populações de baixa renda à infraestrutura e serviços oferecidos pela cidade ou de forma forçada pelos processos de gentrificação, e quando essas populações são obrigadas a abandonarem as suas residências, decorrente da expansão do sistema capitalista que limita o seu poder de compra. Segundo Maricato (2003):

A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos, etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer (Maricato, 2003, p. 152).

As dinâmicas e as redes de suporte das populações que se apropriam e produzem os bairros informais são determinadas, geralmente, pelas práticas quotidianas e pelos modos de vida vivenciados nos territórios de origens desses atores. As formas ilegais de uso e ocupação do solo comprometem o crescimento urbano linear das cidades com a ausência de condições básicas de habitabilidade nos diferentes bairros informais, visto que nem sempre os serviços essenciais acompanham a dinâmica de crescimento destes territórios.

O direito à cidade não pode ser lido, interpretado ou entendido como uma demanda por uma corrida por infraestrutura, habitação social ou outros equipamentos urbanos. Nas palavras de Lefebvre (2001, p. 135), “o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos [...]”. Com base nesse pensamento, o direito à cidade não é apenas um direito no meio de tantos que existem, é um direito que sintetiza e potencializa todos outros direitos. Ter direito à cidade significa: ter direito à liberdade, ao *habitat* e ao habitar, ao transporte, à saúde, à educação, ao lazer, à participação política e, principalmente, ao pertencimento.

Em contextos como Angola, em Luanda o direito à cidade é frequentemente negado ou violado. Esse direito é confundido, muitas vezes, como uma política urbana de governo. Vários territórios, como o Bairro Balumuka, no município de Cacuaco, o bairro do povoado no município de Belas, o bairro da Boa Vista no município de Luanda, o bairro do Malueka no município do Cazenga, entre outros, não surgiram em contextos movidos pelos processos de

gentrificação, mas por meio de uma incapacidade de poder adquirir uma residência no mercado formal, o que permitiu a ocupação e produção do solo urbano sem respeitar os códigos urbanísticos.

Nesse sentido, esses bairros surgem além de um processo de injustiça social, como um reflexo da exclusão histórica do direito à cidade e à terra urbana formal, da apropriação desigual dos investimentos públicos e privados por uma minoria da elite e pela ausência de políticas urbanas inclusivas.

À luz dessas interpretações sobre a produção desigual do espaço urbano, torna-se necessário deslocar a análise para o contexto específico de Luanda, onde tais dinâmicas assumem contornos particularmente intensos e complexos. A capital angolana materializa, em sua configuração socioespacial, os efeitos históricos da exclusão do acesso à terra urbanizada, da concentração seletiva de investimentos e da fragilidade das políticas habitacionais, resultando em uma expansão urbana marcada pela informalidade, precariedade e fragmentação territorial.

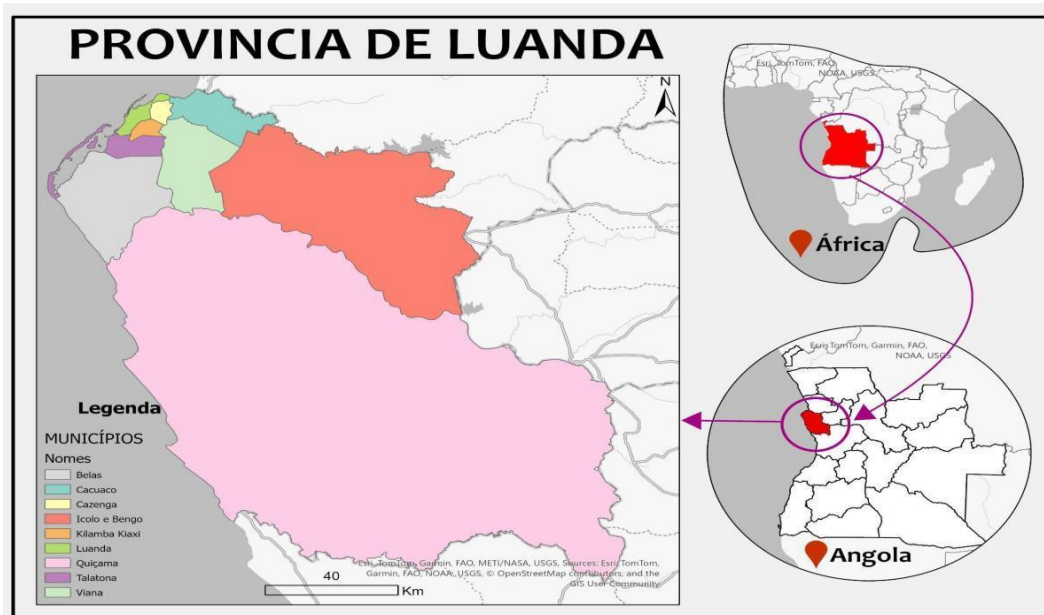
Nesse sentido, a seção seguinte Luanda e seus dilemas urbanos: desafios e perspectivas no contexto da Nova Agenda Urbana propõe analisar como esses processos estruturais se manifestam no espaço urbano luandense contemporâneo, articulando os *déficit* habitacionais, as desigualdades de infraestrutura e os riscos socioambientais às diretrizes globais de desenvolvimento urbano sustentável. Busca-se, assim, compreender em que medida os princípios da Nova Agenda Urbana dialogam ou entram em tensão com a realidade concreta dos bairros informais e informais críticos, apontando limites, desafios institucionais e possibilidades de transformação urbana inclusiva.

3 LUANDA E SEUS DILEMAS URBANOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO CONTEXTO DA NOVA AGENDA URBANA

Nos últimos anos, tem crescido o número de pesquisas que enfocam a questão urbana de Luanda, porém poucas são os que apresentam de modo detalhado sobre os seus principais dilemas urbanos da província. Nesta seção, começamos por caracterizar geograficamente Luanda, e mais adiante dissertamos sobre os principais dilemas que caracterizam a sua urbanização.

Luanda, capital de Angola, é a cidade de origem colonial mais antiga do país, situada geograficamente no litoral atlântico. Limita-se a norte pelas províncias de Zaire e Bengo, a sul pela província de Kwanza Sul, a leste pelas províncias do Bengo e Kwanza Norte e a oeste pelo Oceano Atlântico (figura 1). Apesar de ser uma das menores províncias em termos de extensão territorial, com apenas 18.826 km², o que representa 1,51% do território nacional, é a mais densamente povoada.

Figura 1 - Mapa de localização de Luanda



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A província constitui o principal centro urbano do país e um dos maiores aglomerados populacionais do mundo, caracterizando-se pelo seu elevado crescimento demográfico. O Censo 2024 indica que Luanda concentra cerca de 8.816.297 habitantes, o que representa 24,1%

do total da população do país. Além disso, apresenta uma taxa de urbanização expressiva, com cerca de 99,32% dos habitantes a viverem em áreas urbanas (INE, 2025).

No que diz respeito a sua densidade demográfica, em 2014, segundo os dados do INE, a província tinha 484 habitantes/km². Com a divisão do território em duas províncias, em consequência da Lei nº 14/24, de 5 de setembro, a Lei da Divisão Político-Administrativo, que reestrutura o território angolano, estabeleceram-se 21 províncias, tendo hoje 5.349,32 habitantes/km², sendo 184 vezes superior à densidade do país (29 hab./km²) (INE, 2025).

No entanto, o processo de urbanização acelerado que Luanda enfrenta resulta desse elevado crescimento populacional, motivado pelas acentuadas assimetrias regionais (Afonso, 2022; Alberto, 2024; INE, 2016; Malundo). Soma-se a isso a ineficácia das políticas públicas de ordenamento do território, fatores que contribuíram para o surgimento de dinâmicas complexas, responsáveis por gerar profundas desigualdades sociais e espaciais em diferentes escalas.

Segundo Alberto (2021), o processo de urbanização em Luanda decorreu de forma desordenada e fragmentada, levando a população a ocupar e criar seus próprios territórios em áreas carentes de condições mínimas de habitabilidade, marcadas pela escassez de serviços essenciais, como escolas, hospitais, transporte, energia elétrica e saneamento básico.

A história da urbanização de Luanda é marcada pela colonização portuguesa, fundada no ano de 1576. Desde então, foi caracterizada por uma morfologia que evidencia a segregação por classe e raça. Ao longo dos séculos, a província sofreu intensos fluxos migratórios internacionais, sobretudo depois da independência do Brasil, e nacionais, causadas, inicialmente, pelos conflitos militares e mais tarde pelas assimetrias regionais.

Atualmente, a província encontra-se entre os aglomerados com a maior taxa de crescimento populacional no mundo e, conforme as projeções do INE, espera-se que a província concentre cerca de 34% da população total do país até 2030, com um ritmo de crescimento de 4,3%. Desse modo, esse crescimento não pode ser compreendido sem que sejam considerados os processos históricos que influenciaram decisivamente na lógica de organização socioespacial e induziram a ocupação indiscriminada de terra, imposta por um modelo colonial segregativo e marginalizador.

3.1 Processos de crescimento urbano: da ocupação colonial à situação atual

Para a compreensão da realidade urbana de Luanda, pressupõe-se retomar os seus acontecimentos passados, especificamente em 1576, ano da sua fundação. Com a presença do

colono português em suas expedições expansionistas, nesse período Luanda “foi dotada de órgãos de administração e fortaleza, com uma população dedicada essencialmente ao comércio [...], a cidade desempenhou a função de porto” (Sebastião, 2016, p. 09).

Nesse contexto, a história de Luanda está intrinsecamente ligada à colonização portuguesa. O seu povoamento começou a se dar ao redor de uma das maiores estruturas edificadas nos anos de 1576, por Paulo Dias de Novais, o forte de São Miguel, atual museu das Forças Armadas Angolanas, ilustrado na figura 2.

Figura 2 - Fortaleza de São Miguel em Luanda, 1960



Fonte: Facebook: Luanda - imagens dos velhos tempos.

Inicialmente, a cidade recebeu o nome de “São Paulo de Assunção de Loanda”. Conforme André (2019, p. 57, grifos do autor), “a nomeação de *Loanda* foi dada em meados do século XVII”. A fortaleza que deu origem ao núcleo urbano desempenhou um papel estratégico na administração colonial para o comércio, especialmente no armazenamento (lê-se encarceramento), tráfico para outras regiões, em especial para as Américas, e na defesa contra incursões estrangeiras e ataques locais. Este núcleo marcou o início do desenvolvimento da cidade, que hoje é um dos principais centros econômicos e culturais de Angola.

André (2019) aponta que a fundação da cidade, assim como a construção da Fortaleza, marcou o início da organização urbana da cidade em dois níveis estruturais diferentes, e evidencia, também, uma divisão político-religiosa (centro político e administrativo e o palácio episcopal) e funcional entre os dois níveis, numa época em que viviam nesse espaço, cerca de quatrocentos habitantes.

A cidade desenvolveu – se em dois níveis com características físicas e sociais muito distintas, refletindo profundas distâncias entre os grupos que ocupavam. Conforme André (2019),

A partir da sua fundação, a cidade desenvolve-se em dois níveis marcantes. A Cidade Alta, onde se localizam o centro administrativo, o governo, as residências dos funcionários superiores e o palácio episcopal e a Cidade Baixa, que iniciou o seu crescimento na parte baixa a sul da Fortaleza de São Miguel e desenvolveu-se em direção à Corimba, ao longo da qual se localizavam algumas pequenas habitações e abrigos temporários de escravos para serem posteriormente transportados por navios (André, 2019, p. 57).

Pereira (2015), em seu estudo antropológico sobre os moradores de bairro na periferia de Luanda, evidencia que “a Cidade Baixa correspondia a um espaço onde conviviam o grupo crioulo multirracial e os africanos, livres e escravos. As importantes construções portuguesas não estavam muito distantes das cubatas, ou seja, das casas africanas de palha ou adobe” (Pereira, 2015, p. 98). A divisão da cidade em dois níveis marcados por expressivas assimetrias sociais reflete a segregação socioespacial, muito comum para as cidades coloniais, onde indivíduos da classe dominante desfilavam em áreas elevadas e bem planejadas, enquanto para as populações subalternas e escravizadas restavam-lhes áreas baixas, “onde não existem outras aglomerações importante de povoamento” (Amaral, 1983, p. 293).

Além do comércio e do tráfico negreiro, Portugal não tinha nenhum interesse em eliminar as discontinuidades que eram visíveis bem no início do desenvolvimento da cidade. Luanda, segundo Amaral (1983, p. 293), “durante cerca de três séculos, manteve-se como empório escravagista, muito ligada ao Brasil, porque para aí iam os escravos e porque através dele a Metrópole governava os interesses que detinham no território angolano”. Porém,

A independência do Brasil (1822) e a abolição do tráfico negreiro (ordenada em 1836, todavia, o comércio prosseguiria até mais tarde) [...] foram os geradores de uma melhoria da política de ocupação e colonização do território, da fixação de moradores em Luanda, do descobrimento de atividades urbanas do comércio, do artesanato e dos serviços (Amaral, 1983, p. 295).

A partir de 1862, Luanda conhece um novo modelo de distanciamento socioespacial, com a introdução de normas urbanísticas que levaram a demolição das habitações de pau-a-pique e adobes na Cidade Baixa, e as populações que compunham esses aglomerados foram realocadas para zonas mais afastadas da Cidade Alta, criando uma divisão espacial ainda expressiva entre os assentamentos urbanos destinados para a população europeia e as novas

áreas periféricas, marginalizadas e sem infraestrutura adequada, destinadas para a população africana. Nesse sentido:

Em 1862, começam a ser introduzidas as primeiras normas de construção, que levam à demolição das cubatas, sendo os seus residentes africanos realojados em comunidades da periferia da cidade, em zonas que passaram a ser chamadas de musseques. Nesta época, a grande área fora dos limites da cidade correspondia a um cinturão verde onde se desenvolviam plantações de algodão e legumes (André, 2019, p. 57).

Na tentativa de poder recriar suas estruturas econômicas perdidas com a independência do Brasil em 1822, como apontamos acima, Portugal iniciou os processos de transformação de Luanda em sua nova Metrópole e, com isso, começou-se a assistir melhorias na infraestrutura urbana da pequena cidade, como: sistema de iluminação pública, linhas de comunicação (estradas, caminhos de ferro e telecomunicação), linhas de abastecimento de água, espaços de lazer, assim como outros projetos para o desenvolvimento urbano.

André (2019) destaca que o porto de Luanda, assim como o crescimento da exploração mineira e agrícola possibilitaram um crescimento socioeconômico de Luanda que, conseqüentemente, atraiu diversos povos, sejam eles europeus vindos de Portugal assim como africanos interiorizados:

A partir do ano 1945, com a construção do porto de Luanda, de estradas e aumento da exploração mineira e agrícola, a então colônia passa por um rápido crescimento econômico associado a um crescente processo de industrialização, o que proporciona um aumento dos movimentos migratórios de portugueses vindos da metrópole e até mesmo de população de outras “províncias ultramarinas” portuguesas (André, 2019, p. 60).

As estatísticas demográficas apontam que entre 1940 e 1970 a população de Luanda cresceu de 61.895 habitantes para 480.613 habitantes. O aumento de mais de 418.718 habitantes em Luanda resulta da “agitação econômica e social que a sobressaltou no marasmo em que vivia mergulhada” (Amaral, 1983, p. 295), sobretudo após a abolição da escravatura, com a intervenção de Sá da Bandeira, através do decreto de 10 de dezembro de 1836.

O alcance da independência em 1975 e o início da guerra civil que envolveu os movimentos de libertação fortaleceram os movimentos migratórios do campo para Luanda em busca de maior segurança. Esse deslocamento não reconfigurou apenas o quadro demográfico da província que era bastante estratificado, mas também reconfigurou as estruturas e os limites do casco urbano de Luanda.

Neste contexto, Bettencourt (2011), aponta que

durante estes anos de guerra civil, deslocaram-se de todo o país para as cidades, principalmente Luanda, muitas pessoas em busca de mais segurança. Desta forma, com este processo de êxodo rural acelerado para a capital, Luanda teve um aumento demográfico enorme num período relativamente curto (Bettencourt, 2011, p. 37).

Diante disso, conforme Alberto (2021), a história do surgimento dos assentamentos informais em Luanda pode ser analisada a partir de quatro períodos distintos:

- O período da fundação da cidade de Luanda (1576) até 1961 – evolução urbana com descontinuidade, dentro dos processos de colonização;
- O período de 1961 até 1992, período marcado pela evolução dos assentamentos urbanos dentro dos processos de economia militar e da guerra civil. Neste período, o conflito de independência e a disputa pelo poder entre os movimentos de libertação forçaram a saída de várias populações dos seus territórios de origem em direção às grandes cidades, com maior destaque para Luanda, em busca de segurança;
- Entre 1992 até 2002 – Angola viveu transformações significativas que moldaram seu cenário político, econômico e social. O ano de 1992 foi um marco histórico, pois simbolizou o início de uma nova era com a realização das primeiras eleições presidenciais no país e a adoção de uma economia de mercado. Esses eventos representaram uma tentativa de consolidar um regime democrático e promover reformas econômicas, trazendo novas perspectivas para a população. Por outro lado, 2002 destacou-se como o ano que marcou o fim dos conflitos militares prolongados, com a assinatura do Acordo de Paz. Esse acontecimento pôs fim a décadas de guerra civil, permitindo o início de uma segurança nacional mais ampla e criando um ambiente de maior estabilidade;
- De 2002 até a atualidade – caracterizado pelas fortes assimetrias nas principais regiões do país, o que tem impedido as populações de regressarem às suas regiões de origem após o alcance da paz, concentrando-se em regiões teoricamente mais desenvolvidas, como Luanda.

Esses dois últimos momentos foram significativos para o deslocamento massivo de populações, especialmente das zonas rurais para as áreas urbanas. Essa dinâmica mudou o panorama urbano, especialmente de Luanda, intensificando os processos de ocupação indisciplinada de terra e lançando desafios importantes para o planejamento e a gestão da cidade.

No período pós-guerra, sustentado pelos acordos de paz em 2002, Angola assistiu uma trajetória de crescimento económico muito dependente da renda do petróleo. A elevada produção e exportação desse das commodities energéticas, impulsionou o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), em 17% ao ano e, em 2007, esse crescimento, ultrapassou os 22%, contando com o crescimento do capital estrangeiro acima de 10 bilhões de dólares ao ano e pela triplicação do PIB *per capita* de 3892 dólares americanos (PPC), em 2000 para 6813 dólares americanos em 2014². Esse feito, elevou o país entre as cinco maiores economias de África.

Apesar desse *boom* económico por parte do Estado, os efeitos reais desse crescimento não se refletiram na melhoria das condições de vida da população, sua distribuição revelou-se assimétrica, marcando uma forte concentração estrutural de renda, baixa diversificação da economia. Segundo os dados do Banco Mundial (2020), “como segundo maior produtor de petróleo em África, Angola tem uma economia fortemente dependente do setor petrolífero. O petróleo representa 87,6% das exportações e 50% das receitas do Governo” (Banco Mundial, 2020, p. 5).

Essa dependência estagnou o desenvolvimento do setor primário e, com isso, mais de 50% dos alimentos consumidos no país são importados, correspondendo cerca de 16% dos bens importados. Além disso, não houve investimento significativo e sustentável para combater a fome e a pobreza nos centros urbanos e rurais. Em razão disso, entre 2000 a 2008, de acordo com os dados do Inquérito Integrado sobre Bem-Estar de 2008.

A má gestão económica experimentado por Angola no período descrito, não permitiu um desenvolvimento territorial inclusivo e na ampliação do seu capital social. Tal fator, revelou necessidades desvinculadas das necessidades socioespacial que assolava a maioria da população. No plano urbano, esse crescimento foi concentrado, seletivo e materializado de forma desigual, com a consolidação de cidades dualizadas. De um lado, emergiu uma paisagem urbana com edifícios de alto padrão em condomínios fechados, voltados para a elite política e económica; por outro lado, surgem de forma acelerada e desprovidas de qualquer processo de fiscalização, os bairros informais. Segundo o Banco Mundial (2020), “apesar da prosperidade económica de exportação que o colonialismo deixou em Angola, os próprios angolanos foram, em larga medida, [...] deixados numa situação de pobreza relativa” (Banco Mundial, 2020, p. 6).

Diante disto, embora se atribua as raízes da pobreza “às condições perturbadoras criadas pelos 27 anos de guerra civil entre 1975 e 2002”, é fundamental conhecer que período pós-

² THE ECONOMIST. Boom boom: The oil money may start to trickle down. **The Economist**, [S.l.], 30 jun. 2012. Disponível em: www.economist.com/node/21557811. Acesso em: 23 nov. 2025.

guerra, marcado pelo crescimento econômico, não houve uma transformação estrutural e social capaz de romper com os padrões histórico de pobreza, exclusão socioespacial herdadas do colono. (Banco Mundial, 2020, p. 6).

A persistência do elevado índice de pobreza assim como a precariedade habitacional, o surgimento de bairros com condições sociais críticas denunciam que essa arrecadação de receita não foi acompanhado por políticas eficazes que garantissem a redistribuição de renda mais inclusiva. Assim, a pobreza em Angola não pode ser explicada apenas pelo legado da guerra, mas também pela fragilidade na gestão dos recursos, pela limitada diversificação econômica e pela ausência de um projeto de desenvolvimento que priorizasse a equidade socioespacial e o bem-estar coletivo.

Contudo, estes acontecimentos foram significativos para o deslocamento massivo da população das zonas rurais para as áreas urbanas, e permitiram que os limites da cidade, inicialmente estabelecidos pela administração colonial, fossem alterados, originando novos assentamentos informais que se estendem ao redor da cidade erguida pelos portugueses, surgindo bairros como Ingombota, Cazenga, Rangel, Maculusso, Catinton, Cazenga, entre outros.

3.1.1 *Museke: origem e características*

O conceito de *museke* é, até agora, como considera Bettencourt (2011, p. 52), “objeto de várias polémicas”. Etimologicamente, a palavra deriva do Kimbundu, uma das línguas bantu, falada em Angola. O termo é formado por um prefixo “mu-” que indica a relação de lugar ou posição e o radical “seke”, que significa “areia”, ou seja, numa tradução literal, *museke* significa “bairro de areia vermelha”. O termo é utilizado em referência aos assentamentos típicos das zonas rurais, construídos com materiais como pau-a-pique, adobe e o teto coberto por capim ou palha.

Com o passar do tempo, o termo foi incorporado no português de Angola e aportuguesado como *musseque*, mas há quem escreve *muceque* para designar os solos onde surgiram os primeiros assentamentos periféricos em Luanda, caracterizados pela predominância de areia vermelha e dispersão das residências, como se pode observar na figura 3. Desse modo, para essa pesquisa, utilizaremos o termo *museke* em vez de *musseque*.

Figura 3 - Assentamento rural, *museke*, com residência de pau-a-pique e adobe



Fonte: Bettencourt (2011).

Nesse contexto, *museke* representa assentamentos típicos das zonas rurais em Angola, compostos por cubatas (habitações tradicionais feitas de pau-a-pique) afastadas umas das outras. De acordo com Amaral (1983, p. 296), em seu artigo “Luanda e os seus *museques*: problemas de geografia urbana”, os *musekes* são descritos como bairros, localizados longe do centro da cidade. No mesmo texto, é possível ler que esses assentamentos surgiram no contexto da criação da cidade como

[...] bairros de miséria e de transição, nasceram logo após à criação da cidade, primeiro sob a forma de quintais onde os traficantes de escravos acumulavam as suas “peças” para exportação, depois como aglomerados de cubatas [...], à medida que a cidade foi progredindo [...] os *musseques* passaram a ser excluídos da área central, empurrados para o planalto [...] situam-se cada vez mais longe do centro urbano e são constantemente ampliados pela chegada de novos imigrantes...os *musseques* continuam a ser e serão sempre um dos problemas mais importantes de Luanda (Amaral, 1983, p. 296).

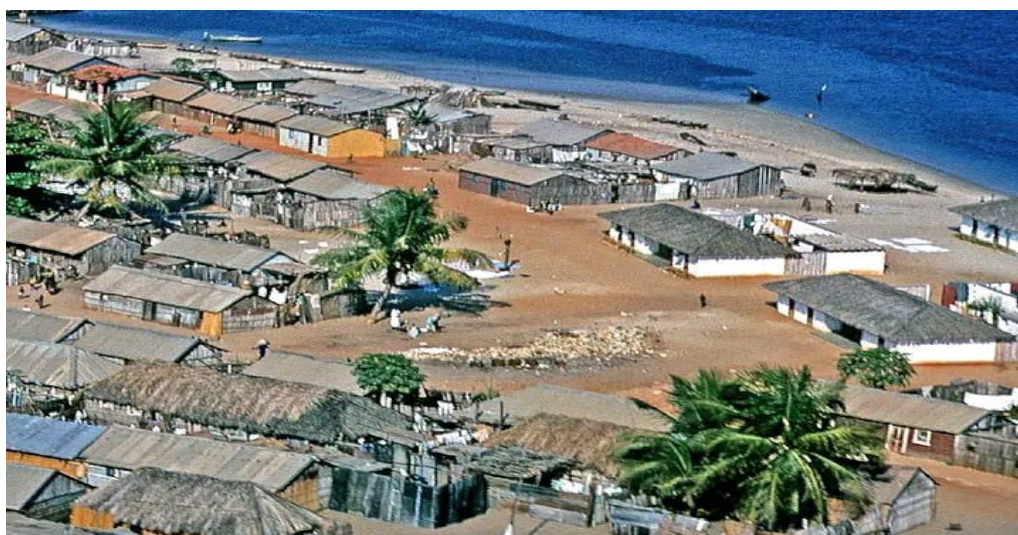
Na literatura, Pepetela (1990, p. 69), em sua obra *Luandando* descreve os *musekes* como “símbolos espaciais duma diferenciação social com base na raça [...]” A visão deste autor enfatiza a ideia de que os bairros informais populares são mais do que simples territórios ilegais, que expressam carência de infraestrutura e serviços. Eles são, na verdade, evidências físicas de um projeto urbano que conserva uma lógica de exclusão, na qual as populações negras e pobres foram sistematicamente afastadas da cidade formal. Conforme Alberto (2021),

o termo Musseque é comumente usado na linguagem popular e cotidiana, em trabalhos acadêmicos (Bettencourt, 2011; Soma, 2018; Cruz, 2020) e no contexto literário (Pepetela, Luandino, José Luís Mendonça, entre outros), embora nem sempre com a mesma acepção da palavra. Se a utilização do conceito aparece muitas vezes associada aos bairros informais urbanos, especialmente de Luanda, outras é igualmente usada para definir assentamentos dispersos, construídos informalmente nas zonas rurais recorrendo a materiais de construção não duráveis (casas de barro, pau-a-pique, adobe) que evocam também vermelho da areia (Alberto, 2021, p. 81).

Estes territórios são, geralmente, caracterizados pela ausência de urbanização e saneamento, em contraste com a cidade urbanizada, que concentra os equipamentos, serviços e o comércio formal. A antropóloga social Luena Pereira (2015, p. 83), em sua obra *Os Bakongo de Angola: etnicidade, religião e parentesco num bairro de Luanda*, descreve que “musseques são os chamados bairros de construções precárias e ocupações desordenadas”, destacando a precariedade e a ausência de planejamento urbanístico que caracterizam esses assentamentos.

O *museke* distingue-se pela sua estrutura habitacional, conhecida como *cubata*. Ela não surge como uma forma de contrapor as mudanças radicais impostas pela urbanização, que dificultaram a adaptação dos moradores ao novo sistema de valores “civilizacionais”, mas sim como uma expressão de um modo de viver e conviver comunitário, no qual a solidariedade desempenha um papel central, como ilustrado na figura 4.

Figura 4 - Ilha do Cabo, bairro dos pescadores em Luanda, anos 70 (Musseques de Luanda)



Fonte: Facebook, Luanda - imagens dos velhos tempos.

Teoricamente, existem alguns autores como Sebastião (2016, p. 13), Bettencourt (2011, p. 54-58) e Alberto (2021, p. 82), que associam o *museke* com as “favelas” do Brasil, os “Canicos” em Moçambique e os *Slmus* da África do Sul. Diante disso, como apresentamos

anteriormente, os *museke* refletem o território com características específicas e que se distanciam dos demais territórios mencionados acima através dos seus padrões de construção, determinados pelas práticas culturais das comunidades rurais.

Contudo, ao associar o conceito de *museke* às favelas do Brasil, aos caniços de Moçambique e dos *Slmus* da África do Sul, ignoram-se os processos de produção, as transformações estruturais, sociais e econômicas que caracterizam cada um desses assentamentos. Cada território apresenta características únicas, que ultrapassam os limites dos conceitos tradicionais dos *museke*. Em Luanda, esses territórios são fruto de processos históricos marcados pela exclusão, o que claramente pode referir a uma forma de negação do direito à cidade.

O crescimento da população em Luanda, atraída pela expansão das atividades urbanas, permitiu que os *museke* ganhassem outras características, dando lugar às construções de concreto com cobertura de chapa de zinco, refletindo um novo padrão de urbanização da cidade.

Desse modo, a compreensão dos *museke* em Luanda reflete uma série de processos históricos e sociais vivenciados desde a era colonial. Esses processos incluem o aparecimento das primeiras infraestruturas, as práticas de racismo, as lutas pela independência, a guerra civil, as migrações pós-guerra e os novos desafios sociodemográficos que moldaram a realidade desses assentamentos. Para Rodrigues (2007), a análise dos *musseque* deve levar em conta que cada um deles representa características próprias e que o conjunto dos *musseque* não constitui uma unidade homogênea. Essa análise reforça a ideia de que esses territórios não apresentam características que possam equivaler entre eles. Essa diferenciação pode ser resultado das transformações que ocorreram nos *musekes* tradicionais, formados longe do centro urbano da cidade colonial. Para reforçar essa ideia, Artur (2024, p. 59) traz a ideia dos bairros informais como “um tipo musseque”.

Embora se tenham verificado alterações significativas na estrutura e características dos *museke*, em Angola a ausência de um debate teórico-conceitual sobre as diferenças internas entre os assentamentos informais, com base nas características urbanas, permitiu para que, até a atualidade, os diferentes estudos sobre a informalidade urbana designassem os bairros informais como *musseque* (Alberto, 2021). Essa ausência pode ser justificada por razões inter-relacionadas. Em primeiro lugar, observa-se uma herança colonial e pós-colonial marcada por abordagens simplificadas e homogeneizantes sobre o espaço urbano informal, o que permite a consolidação do termo *museke* como categoria genérica para qualquer assentamento informal precário.

Além disso, a produção científica nacional sobre a urbanização informal enfrenta limitações estruturais, como a escassez de recursos para pesquisas de campo, a carência de pesquisadores e de dados estatísticos desagregados, tais limitações dificultam até aos dias de hoje as análises mais específicas que possibilitam distinguir os diversos tipos de assentamentos com base em critérios como população, forma de ocupação e acesso à infraestrutura e aos serviços urbanos.

Do ponto de vista institucional, observa-se, também, uma fragilidade nas políticas públicas urbanas, frequentemente baseadas em abordagens tecnocráticas ou assistencialistas, sem que se articule com o conhecimento já produzido pelas ciências sociais. Como resultado, a informalidade urbana vem sendo tratada como uma massa indistinta, dando ênfase à ideia de que todos os bairros informais em Angola são *musekes*, mesmo quando apresentam configurações morfológicas, sociais e econômicas diferentes.

Alguns autores propõem classificações da cidade de Luanda, destacando suas diferentes características. Segundo Robson (1997, p. 27), é possível distinguir quatro categorias de classificações: (i) a cidade formalmente urbanizada; (ii) os *museke* perto do centro com serviços urbanos limitados construídos antes de 1974; (iii) os *museke* construídos depois de 1974, sem serviços urbanos; e (iv) os *museke* periféricos, sem serviços urbanos. Na mesma linhagem, Rodrigues (2007, p. 167) reforça que “não existe apenas um musseque em Luanda [...], são vários musseque em Luanda, cada um com uma especificidade [...]”. A partir dessa ideia, é possível perceber que a autora enxerga os *museke* a partir das suas particularidades.

Nesse sentido, considerando as transformações que ocorreram ao longo do tempo e as novas configurações urbanas, faz sentido afirmar que, os BICs não se constituem como um Museke, mas esses são fundamentais para compreender o processo de produção urbana de Luanda. Essa questão ocorreu devido à modernização da infraestrutura, à revitalização do parque habitacional e à expansão de áreas informais e formalizadas que redefiniram o casco urbano da cidade colonial, eliminando os traços originais desses assentamentos e incorporando-os a uma nova estrutura e dinâmica urbana.

No contexto de Luanda, os terrenos ocupados historicamente pelos *museke* como a zona da Chicala e a Ilha de Luanda, veem passando por um processo de transformação nas últimas décadas, em espaços estratégicos de valorização imobiliária. Essas áreas, atualmente, configuram-se como espaço de disputas entre o capital imobiliário, assegurado por políticas de requalificação urbana seletiva e as populações historicamente residentes que denunciam a apropriação de seus territórios para a construção de projetos voltados a lógica de acumulação econômica.

Assim, a intensificação desses conflitos não pode ser dissociada das dinâmicas demográficas crescentes da cidade, cujo fator populacional tem ampliado a demanda por habitação, infraestrutura e pelo solo urbano, permitindo a produção progressiva de espaços periféricos. E, é a partir dessa relação entre crescimento populacional e a configuração da mancha urbana que se insere a análise da seção seguinte, dedicada a analisar as implicações desse crescimento populacional e suas implicações na expansão urbana de Luanda.

3.2 Crescimento populacional e suas implicações na expansão urbana

Desde o período colonial, a dinâmica populacional de Luanda se sobressai no cenário quantitativo nacional. A cidade, ao longo dos séculos XIX e XX, consolidou-se como o principal destino populacional do país, refletindo as transformações históricas, sociais, políticas e econômicas que moldaram a sua forma urbana. Nesse contexto, esta subseção analisa as implicações do crescimento populacional na expansão urbana de Luanda, destacando os desafios e as possíveis soluções para a promoção de um desenvolvimento urbano sustentável.

Desde os tempos coloniais a situação populacional em Luanda já tinha uma certa influência no quadro quantitativo da demografia à escala nacional. As primeiras tendências desse crescimento populacional surgiram num contexto de numerosas repressões socioculturais e políticas. Esse crescimento esteve associado a diferentes fatores, como a concentração administrativa (colonial e pós-colonial), a expansão do comércio e as migrações forçadas de populações do interior.

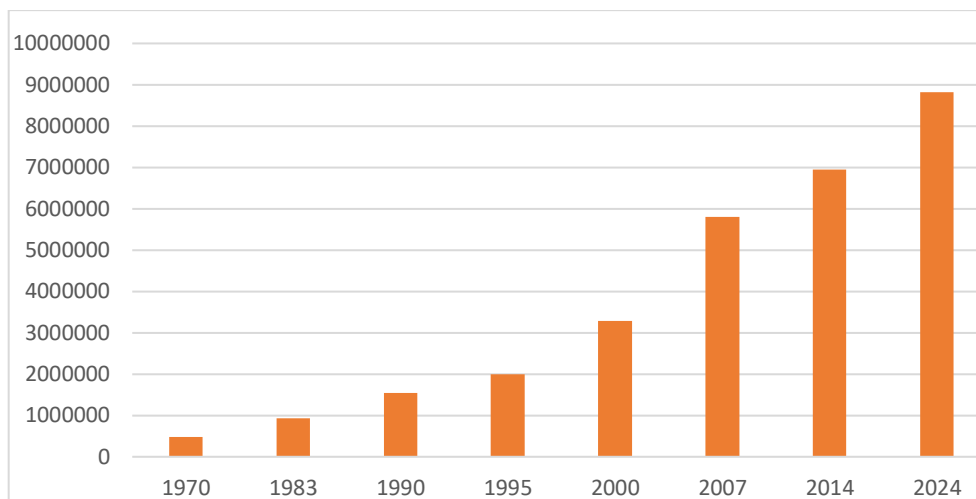
Nesse contexto, o gráfico populacional de Luanda apresentou uma tendência ascendente, demonstrando entre 1970 até 2024, um crescimento acelerado ao longo das décadas, como colocado na figura 5.

Como se pode ler na figura 5, é possível retirar três fases distintas desse crescimento:

- De 1970 – 1995, verifica-se um crescimento moderado, como aumento gradual nos valores, saindo de aproximadamente 500 mil para cerca de 2 milhões em 1995.
- De 1995 – 2007, caracterizado como período de aceleração intensa, com valores populacionais a triplicar, passando de 2 milhões para cerca de 5,8 milhões em 2007.
- 2007 – 2024, nesta fase, mantém-se o crescimento a um ritmo acelerado, alcançando valores de 9 milhões.

Em síntese, a análise dessas fases contribui para a compreensão do crescimento populacional de Luanda que, com base na sua evolução, entende-se que esse crescimento não se deu de forma linear, mas foi marcado por mudanças associadas às transformações históricas e econômicas. Por isso, a leitura dessas fases ajuda a interpretar a atual configuração demográfica da cidade.

Figura 5 - Evolução da população de Luanda 1940 a 2007(em milhares)



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nos dados do INE (2014).

Em 2014, com a realização do Recenseamento Geral da População e Habitação, Luanda registou uma explosão demográfica, atingindo aproximadamente 6,54 milhões de habitantes, correspondendo a 27,1% do total da população do país naquele ano (INE, 2014). Com isso, comparando os períodos anteriores e posteriores ao censo, a população de Luanda evoluiu em um ritmo expressivo.

Segundo as projeções populacionais do Instituto Nacional de Estatística (INE), estima-se que, até 2030, a cidade de Luanda poderá atingir aproximadamente 11 milhões de habitantes. Isso se dá mediante ao seu ritmo anual de crescimento, estimado em 3,3%, traduzindo em mais de 2,5 milhões de pessoas por década.

A realidade urbana de Luanda apresenta grandes desafios. A concentração populacional ocorre maioritariamente em áreas informais, marcadas por infraestrutura precária, pelo acesso limitado a serviços básicos e por altos níveis de vulnerabilidade social e ambiental. De acordo com dados do INE (2020), a província registou uma incidência de pobreza de 20,1%, uma taxa de desemprego de 37,7% e uma elevada informalidade no mercado de trabalho, que atinge 46,8% da população economicamente ativa.

Ora, essa configuração socioespacial revela uma desconexão entre o crescimento urbano e o planejamento territorial eficaz. A ausência de políticas públicas integradas e sustentáveis tem contribuído para a expansão desordenada da cidade e para a perpetuação das desigualdades. Embora a densidade demográfica possa, teoricamente, ser uma aliada da sustentabilidade e da eficiência urbana, quando mal distribuída e não acompanhada de investimentos estruturais, tende a acentuar a segregação socioespacial.

Assim, no contexto de Luanda, a densidade deixa de ser uma vantagem e passa a representar um fator de pressão sobre os sistemas urbanos, comprometendo o acesso equitativo à cidade e a qualidade de vida da maioria da população, comprometendo o direito à cidade para a parcela significativa de sua população.

Afonso (2022), ao aplicar a teoria dos dois circuitos da economia de Milton Santos à cidade de Luanda, conclui que o espaço urbano se configurou de forma fragmentada, como resultado de seu percurso histórico de colonização, urbanização e desenvolvimento desigual. A periferia, representada por municípios como Cazenga, Cacuaco e Viana, é marcada pelo predomínio do circuito inferior da economia, caracterizado por atividades com baixo uso de tecnologia, reduzido capital e formas rudimentares de organização do trabalho. Por outro lado, o centro da cidade, especialmente a parte baixa de Luanda, é dominado pelo circuito superior, onde se concentram grandes empresas, elevados investimentos e uso intensivo de tecnologias avançadas.

Em Luanda, este rápido crescimento não foi acompanhado de políticas sociais capazes de acolher a população e, na sequência disso, do ponto de vista urbano, verificou-se uma forte pressão demográfica. Para essa pesquisa, consideramos a “pressão demográfica” como a força exercida pelo impacto do crescimento da população sobre a infraestrutura e serviços, num determinado espaço, cuja população excede os limites da sua capacidade de suporte.

Geralmente, essa pressão se manifesta de diferentes formas, quer seja pela superlotação urbana, desafios de mercado, déficit habitacional, pressão sobre os serviços públicos ou pela alta densidade populacional que limita a capacidade da infraestrutura em poder respondê-la. Assim: no campo da geodemografia, a pressão demográfica em Luanda pode ser interpretada a partir de uma perspectiva crítica dual. Por um lado, essa pressão, se manifesta na dimensão quantitativa, expressa pelo volume relativo ou acumulado ou relativa, apreensível através de indicadores como crescimento absoluto e densidade populacional. Por outro lado, a pressão assume uma dimensão estrutural, relacionada à demanda por moradia e serviços básicos.

Desse modo, a urbanização é um processo complexo que vai além do crescimento físico da cidade, pois implica, também, o crescimento do contingente populacional e a melhoria dos

serviços. Desse modo, segundo o Banco Mundial, “as mais recentes estatísticas sobre a pobreza urbana, baseadas em inquéritos mostram que um em cada três angolanos que vivem na pobreza e 40% das pessoas em risco de cair na pobreza vivem em zonas urbanas”. Curiosamente, o governo angolano demonstra maiores preocupações com a erradicação da pobreza nas zonas rurais, deixando à margem as populações que vivem em extrema pobreza nas zonas urbanas (World Bank Group, 2024).

No Relatório Nacional Voluntário 2021 sobre a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, lê-se, em teoria, que o “Programa *Kwenda* é um passo importante e decisivo para proteger as populações mais vulneráveis, [...] [e] visa chegar às famílias pobres em todos municípios de Angola” (Angola, 2021 p. 13). Na prática, este programa tem colocado ênfase nas áreas rurais, incluindo a população que vive em situação de pobreza e vulnerabilidade social nas zonas urbanas. No entanto, os elevados níveis de urbanização, a inflação e a perda do poder de compra estão a transformar a pobreza urbana num problema que necessita de medidas urgentes.

Atualmente, a compreensão dos fatores que impulsionam a expansão urbana de Luanda deve considerar aspectos de natureza demográfica, como as altas taxas de natalidade e os intensos fluxos migratório; de natureza econômica, relacionadas com as condições das populações que, na sua maioria, migraram do campo para a cidade; e, por último, fatores de natureza política que abrangem as políticas habitacionais, planos, instrumentos e modelos de gestão urbana da cidade.

Vale lembrar que a classificação desses fatores não os consubstancia como únicos, mas dada as nossas pesquisas, esses fatores ecoam com maior expressividade na expansão e crescimento urbano atual de Luanda.

Devido à forte dinâmica demográfica de Luanda e às formas de articulação dos seus estratos, tem-se assistido a um intenso processo de pressão demográfica, cujos efeitos têm iludido espontaneamente a expansão da mancha urbana da capital nas últimas duas décadas.

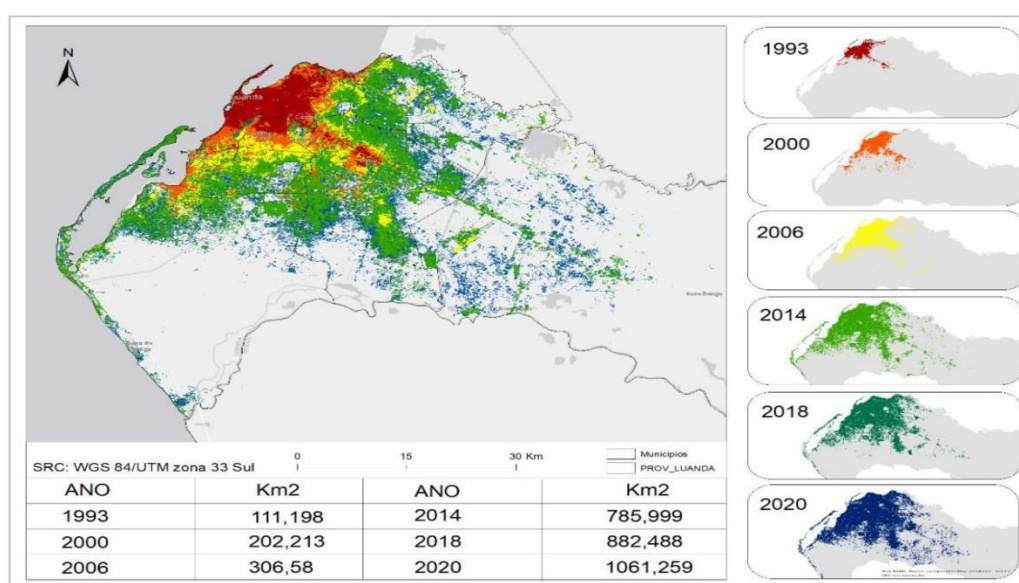
O crescimento populacional é uma variável indispensável na análise da expansão urbana de Luanda. Na figura 7, é possível observar em Luanda, um processo de crescimento contínuo e acelerado da mancha urbana. Esse crescimento, apresenta mudanças significativas tanto na extensão do território ocupado com na morfologia do tecido urbano.

Do ponto de vista morfológico, pode se interpretar que esse crescimento não se deu de forma homogênea. Num primeiro momento, é possível identificar adensamento do núcleo urbano consolidado com pequenas desarticulações para áreas periféricas, expansão radical de

novos núcleos dispersos, indicando a fragmentação resultante de práticas informais de produção de espaços informais.

Embora existam poucos estudos que problematizem o crescimento populacional e suas implicações urbanas, Alberto (2021) se destaca por apresentar dados recentes que explicam os processos de produção urbana a partir dos bairros informais críticos. Embora Luanda tenha sido, desde a época colonial, a cidade que mais atrai populações e a concentração de serviços no país, seu crescimento demográfico provocou uma expansão urbana acelerada e descontrolada, criando descontinuidades na sua morfologia.

Figura 7 - Evolução da mancha urbana de Luanda de 1993 a 2020



Fonte: Elaboração do autor, com base aos dados do INH (2025).

Nota-se que o modelo de gestão centralizada e as condições econômicas da população afetaram diretamente nos processos de execução do planejamento urbano. Segundo Vasconcellos (2012), a combinação desses fatores resultou na coexistência de duas cidades – a formal e a informal – dentro do mesmo território, sem o devido respeito aos códigos e legislações urbanísticas.

Diante da pressão social e dos problemas que se instalavam no meio urbano, no “ano de 2000, o Conselho de Ministros aprovou o Plano de Gestão e Crescimento Urbano de Luanda, que constituiria a base para a elaboração do plano piloto”. (Development Workshop Angola, 2005, p. 53) Esse documento, inviabilizado pelas práticas de má gestão e corrupção institucionalizada, não proporcionou um crescimento urbano harmonioso em Luanda.

Ao contrário disso, a evolução das áreas urbanas de Luanda que se assistiu na segunda década do século XXI constitui a expressão máxima de um crescimento exponencial da

população não programado, que consequentemente acarretou significativas transformações socioeconômicas que tiveram profundas implicações no processo de distribuição espacial da população (Alberto, 2021).

Consequentemente, Luanda sofre com a descontrolada expansão do seu tecido urbano em face ao seu vertiginoso crescimento demográfico, principalmente entre as décadas de 2000 até 2020, período em que a sociedade civil proporcionou vários debates para questionar as ações do Estado e do Poder Executivo, que estavam mais em apresentar propostas concretas. No entanto, fez sem os aplicar para contrapor o acelerado crescimento urbano, que trazia uma nova ordem espacial acompanhada de vários bairros de miséria, conflito de terra, crise social e descontinuidade urbana.

3.3 Os bairros informais: uma alternativa para as populações marginalizadas

O espaço urbano é formado por uma classificação e delimitação baseadas em modelos e princípios de planejamento e ordenamento do território. Essa classificação e delimitação se formam com as teorias que lhe dão sustento. As teorias são formuladas geralmente dentro dos limites definidos pelos códigos urbanísticos. Robson (2006) afirma que os bairros informais, em geral, não se beneficiam dos atributos que lhe dão legitimidade de se inserir no modelo de cidade definido por esses códigos urbanísticos modernos.

Ao se definir um modelo padrão de cidade, esses territórios não são validados pelo sistema de urbanização contemporânea e, por essa razão, são classificados como territórios fora dos padrões de desenvolvimento urbano esperado. Essa visão não apenas distancia territórios por falta de infraestrutura e ausência de serviços, mas também atribui a eles uma classificação de “informal”, “ilegal”, termos usados vulgarmente aos territórios que se formam em zonas adjacentes à cidade formal.

De acordo com Vázquez (1992, p. 11), “a suburbanização se inicia e se esgota no fenômeno da evolução e expansão urbana e [...] pode estar associado a um novo modo de vida, distinto do modo de vida urbano”. Com base nesse pensamento, entendemos que os bairros informais se apoiam, não de forma isolada ou aleatória, na gradação urbana que estão intimamente ligados ao desenvolvimento e ao crescimento da cidade, sobretudo daqueles que se encontram em contextos da rápida expansão, como acontece na maioria dos países em desenvolvimento (Alberto, 2021).

Enquanto ocupações e núcleos urbanos, os bairros informais se consolidam como uma forma de resistência, sobrevivência e desigualdades sociais. Esses assentamentos representam

uma nova forma de organização social que se distancia das formas tradicionais e modernas definidas pelos modelos de planejamento e ordenamento das cidades. Segundo a UN-HABITAT (2015), os assentamentos informais

são áreas residenciais onde: (1) moradores não têm segurança de posse com relação à terra ou moradias que habitam, com modalidades que variam entre ocupações ilegais e locação informal; (2) os bairros geralmente carecem ou estão isolados dos serviços básicos e da infraestrutura urbana e (3) as habitações podem não cumprir com os regulamentos vigentes de planejamento e construção, e muitas vezes estão situadas em áreas geográfica e ambientalmente perigosas. Além disso, os assentamentos informais podem ser uma forma de especulação imobiliária para todos os níveis de renda dos residentes urbanos, ricos e pobres. [...]. Além da insegurança da posse, os moradores carecem de uma oferta formal em infraestrutura básica e serviços, espaços públicos e áreas verdes, e estão constantemente expostos à expulsão, doenças e violência (UN-HABITAT, 2015, p. 1).

Em Luanda, esses territórios são produzidos, em sua maioria, pelas populações que não apresentam condições econômicas mínimas, compatíveis com o mercado formal e, face a isso, veem-se obrigados a criarem alternativas para contornar essa barreira que lhes impede de adquirir uma residência digna em áreas com serviços funcionais. De acordo com Alberto (2021), as transformações socioespaciais que ocorreram e ocorrem nas cidades estão diretamente associadas às formas como os agentes se apropriam, consomem e produzem o espaço, resultando em novas áreas de ocupação e utilização do solo e na formação de novas áreas urbanas.

O crescimento dos bairros informais não deve ser interpretado em si como uma causa da informalidade urbana em Luanda, mas uma consequência direta de um processo de urbanização segregativa e carente de um processo de desenvolvimento territorial eficaz, inclusivo e transversal. Por essa razão, em vez de se analisar as causas subjacentes a esse problema, continua-se assistir a uma reação da população com a produção de novos bairros, ou seja, em Luanda, a cada dia, cresce um bairro informal.

Conforme o Relatório de Mercado Imobiliário de Angola (2025), percebe-se que o desenvolvimento do mercado imobiliário em Angola, especificamente em Luanda, é um fator que sequestra a cidade como sua propriedade lucrativa. Um exemplo que evidencia essa prática são as rodovias, que, além das taxas de circulação que os proprietários de transportes motorizados pagam, são concedidas por uma gestão privada que instala um conjunto de pedágios nas vias, obrigando a população a pagar taxas por cada viagem.

Além disso, essa ação se consolida com a construção de condomínios fechados e outras zonas de lazer exclusivas. Portanto, a inserção do espaço na lógica de acumulação de capital a torna uma mercadoria e é a partir dela que se refletem com maior expressividade as ações dos agentes imobiliários, responsáveis pela ampliação dos problemas referentes à moradia.

Em relação à cidade de Luanda, a ampliação das desigualdades econômicas contribui para a multiplicação dos problemas sociais, com destaque para a pobreza urbana, o crescimento do comércio informal, a pressão sobre os serviços existentes, habitações inadequadas e erguidas em zonas de risco como canais de escoamento de águas pluviais, criminalidade, mau uso e tratamento dos resíduos sólidos, entre outros problemas.

Para Ramon (2019) e Urvoy (2019), apesar de os bairros informais não apresentarem uma única forma de produção e organização espacial em todas as localidades, esses territórios refletem, de modo geral, particularidades específicas, ou seja, características comuns que evidenciam a violação das normas legais de uso e ocupação do solo, carência de serviços, pressão sobre as instituições, estatísticas populacionais gritantes, entre outras.

Nas perspectivas urbanas atuais, em que o espaço se transformou em um produto comercial, o mercado atua como mediador dos interesses de uma única classe. Segundo Lefebvre (2001), o acesso ao espaço urbano não deveria ser mediado exclusivamente pelo mercado, mas garantido como um direito fundamental. Essa ideia reforça a legitimidade das lutas pela permanência e regularização dos territórios informais. Quando as políticas públicas ignoram essas realidades, contribuem para a perpetuação da desigualdade urbana e priva os habitantes dessas localidades do direito à cidade.

A análise dos bairros informais exige considerar a sua complexidade enquanto alternativa para a sobrevivência das populações marginalizadas. Essa complexidade resulta, sem dúvida, pelo fato de esses territórios representarem a inclusão social e urbana, se considerarmos que ela garante uma moradia para populações de são segregadas sob diversas formas e deixadas à margem da cidade formal e, por outro lado, o efeito território (lê-se estigma social), associado aos bairros informais que permitem que muitos moradores desses territórios sofram discriminação social e econômica, independentemente de sua luta para o reconhecimento ao direito à cidade e para a própria dinâmica urbana e sociocultural da cidade.

Apesar desses preconceitos, os bairros informais refletem a criatividade e a solidariedade das comunidades e oferecem a essas populações não apenas uma moradia, mas também um novo modelo de vida urbana que se fundamenta na solidariedade e que se torna fundamental para a sua sobrevivência. Por essa razão, os indivíduos que habitam esses territórios criam uma relação simbólica e identitária com o lugar.

A maioria dos diversos estudos que problematizam os bairros informais tendem, geralmente, aproximar esses espaços aos *musekes*. Essa atitude decorre de uma compreensão estrutural e colonial, sem estabelecer de forma crítica as diferenças nas características entre o *musekes* e bairros informais.

Em Luanda, os bairros informais são territórios que desenvolvem características divergentes das consideradas pelos códigos urbanísticos e que, embora não apresentem uma forma única no seu processo de produção, expressam na maioria, a violação das normas de uso e ocupação do solo. A ilegalidade, a ausência de serviços, as estatísticas gritantes da elevada densidade populacional e entre outros problemas, são características que marcam esses bairros.

Considerando as gravidades que alguns desses territórios apresentam em termos sociais, econômicos e ambientais, surge o conceito de bairro informal crítico para designar os territórios ocupados ilegalmente, seja de forma progressiva ao longo de um período variável de tempo ou por meio de uma ação coletiva planejada com uma população pobre e marginalizada.

Os bairros informais críticos (BICs) são territórios que não oferecem condições de habitabilidade e, do ponto de vista social, a problematização revisita os principais desafios e necessidades reais enfrentadas diariamente pelos moradores.

Apesar de os BICs surgirem em um contexto de elevado crescimento populacional e um *deficit* habitacional crescente, a falta de implementação de uma política habitacional voltada para a maioria da população revela uma falha nas políticas de ordenamento do território. Este cenário, segundo Bresser-Pereira (2004), é próprio dos países da periferia do capital, devido aos problemas estruturais, e isso evidencia não apenas a negligência que o Estado demonstra para responder às necessidades de moradia da população, mas também a incapacidade estrutural de um planejamento inclusivo e equitativo.

3.4 Instrumentos de ordenamento do território

O quadro legal que orienta e regula os princípios de ordenamento do território na província de Luanda tem a sua base legal na Constituição da República de Angola (CRA), que reconhece no seu artigo 1º e 85º os princípios fundamentais do Estado, o direito à habitação e o ordenamento do território. Para dar melhor sustentação ao artigo 1º da CRA, o governo promulgou em 2004 a Lei nº 9/04, de 9 de novembro de 2004, denominada Lei de Terra, que define o regime jurídico da terra e estabelece as bases para o uso e aproveitamento do solo (Angola, 2004).

Além disso, a lei classifica as terras em: urbanas, rurais, terras integradas no domínio público e no domínio privado do Estado. No artigo 15º da mesma lei, sobre o ordenamento do território e planeamento urbano, lê-se o seguinte:

A constituição ou a transmissão de direitos fundiários sobre as terras e a ocupação, o uso e a fruição destas regem-se pelas normas constantes dos instrumentos de ordenamento do território e de planeamento urbanístico, designadamente no que diz respeito aos objectivos por estes prosseguidos (Angola, 2004, p. 07).

Do ponto de vista legal, o uso e a ocupação de terra são processos regulados pelo Estado por meio de planos e do ordenamento do território, e de planos urbanos e ambientais para evitar o uso desordenado e conflitos fundiários. Para assegurar esse processo, o governo promulgou a Lei n.º 3/04, de 25 de junho, denominada Lei de Ordenamento do Território e Urbanismo (LOTU). Esta lei estabelece os princípios, instrumentos e competências para o ordenamento e urbanismo em Angola e busca combater as práticas de ocupação desordenada, como acontecem nos bairros informais ilegais.

Não obstante as leis acima, com vista a reforçar o quadro legal dos instrumentos que estabelecem e orientam o uso, ocupação de terra, o governo promulgou a Lei n.º 1/11, de 14 de janeiro, o Decreto Presidencial n.º 80/06, de 30 de outubro de 2006, conhecido como Regulamento de Licenciamento das Operações de Loteamento, Obras de Urbanização e Obras de Construção (RLOLOUOC). A primeira tem por finalidade orientar a ação do Estado na promoção do desenvolvimento harmonioso, sustentável e inclusivo de todo o território nacional.

Enquanto a segunda lei (Lei n.º 80/06 de 2006), define os procedimentos administrativos que são aplicáveis às atividades de loteamento, parcelamento e a edificação no país. Este instrumento assegura a legalidade urbanística, garantindo condições de habitabilidade, segurança, salubridade e estética urbana, além de reforçar o combate das construções informais e desordenadas.

Do ponto de vista habitacional, existem vários instrumentos legais que orientam e definem diretrizes sobre as políticas de incentivo à habitação. Dentre estes instrumentos, destacam-se: a Lei n.º 3/07, de 3 de setembro de 2007, denominada Lei Base de Fomento Habitacional (LBFH), que define as normas e princípios gerais que sustentam as políticas de incentivo à habitação. Este instrumento estabelece os fundamentos da política fiscal e financeira para a concessão de crédito habitacional.

Quanto ao Decreto Presidencial n.º 278/20, de 26 de outubro de 2020, denominado Regime Geral de Acesso às Habitações Construídas com Fundos Públicos (RGAHFP), este instrumento, estabelece o regime geral de acesso e uso das habitações construídas com fundos públicos, que integram o património imobiliário do Estado. Além disso, este decreto estabelece dois procedimentos para o acesso à habitação. Como se lê no seu artigo 8º, “o acesso das habitações previstas no âmbito do presente Diploma efetua-se mediante um dos seguintes procedimentos: (a) *por sorteio*; (b) *por atribuição*” (Angola, 2020, p. 03). Além disso, este documento define quatro formas de acesso à habitação: a) arrendamento urbano; b) propriedade resolúvel; c) pagamento à vista; e d) atribuição gratuita (Angola, 2020).

Nesse contexto, destacaremos a última forma de acesso, a *atribuição gratuita*, por entendermos que ela é destinada para populações economicamente vulneráveis, que a habitação é um direito do cidadão e que o Estado deve fomentar e apoiar as habitações atribuídas. No âmbito deste instrumento, estas podem ser habitações sociais e habitações totalmente subvencionada.

Esses instrumentos representam no quadro geral das políticas habitacionais, um importante avanço no reconhecimento da moradia digna como um direito social. No entanto, quando analisados criticamente, apresentam limitações estruturais, sobretudo, no que diz respeito ao acesso efetivo das populações de baixa renda.

Apesar da Lei Base de Fomento Habitacional (Lei n.º 3/07) estabeleça princípios gerais de incentivo à habitação e alguns mecanismos de financiamento, em prática, a sua implementação tende a privilegiar modelos de acesso baseados em crédito habitacional, o que de certa forma, esse modelo pode excluir uma parcela significativa da população em situação econômica desfavorecida e em estado de vulnerabilidade, que se apoia ao setor informal da economia e não possui uma renda fixa para declarar como garantia financeira ou um histórico bancário que lhes possibilita cumprir com os requisitos exigidos pelas instituições financeiras.

No caso do Decreto Presidencial n.º 278/20, observa-se um esforço por parte do Estado em poder criar mecanismos formais de distribuição habitacional, por meio de sorteios e atribuição. Porém, esses procedimentos tem gerado acesso ilimitado e seletivo, na medida que a oferta dessa oferta de habitações públicas costuma ser inferior à própria demanda real. Todavia, reconhece-se que a modalidade de atribuição gratuita para às populações de baixa renda representa um mecanismo fundamental de inclusão social e urbana.

Contudo, ao condicionar a localização e a qualidade da habitação à condição socioeconômica destas populações, essa política contribui ainda mais na reprodução das desigualdades socioespaciais. Esse acesso à habitação condicionado às populações de baixa

renda distancia-se dos princípios defendido pela ONU-habitat na Nova Agenda Urbana (NAU), adotada durante a conferência Habitat III, em 2016, na qual Angola é signatário.

3.5 Desafios e perspectivas da urbanização no contexto da Nova Agenda Urbana (NAU)

O desenvolvimento urbano constitui-se como uma temática de grande relevância e que tem despertado interesse no cenário internacional. Esse interesse se observa na necessidade de a cada 20 anos as Nações Unidas realizarem uma conferência para discutir e estruturar uma agenda urbana que deverá ser adotada pelos países membros, no âmbito das suas políticas de desenvolvimento urbano. Diante disso, a primeira conferência, denominado HABITAT I, decorreu na cidade de Vancouver, Canadá, em 1976. Essa conferência foi o primeiro grande encontro mundial dedicado a discutir as questões referente à urbanização e habitação.

A conferência deu origem na declaração sobre os assentamentos humanos que, historicamente, definiram o “abrigo adequado”. Todavia, a grande vitória de Vancouver foi a observação que evidencia abrigos e serviços adequados nas áreas urbanas e outros assentamentos humanos como um direito fundamental ao indivíduo, e que os governos devem garantir esse direito para todos por meio de programas de apoio e ação comunitária. Consequentemente, a conferência deu origem ao Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos.

A segunda conferência, HABITAT II, foi realizada na cidade de Istambul, Turquia, em outubro de 1996. No âmbito desta pesquisa, entendemos que a grande articulação dos líderes mundiais em Istambul constitui a adoção da “[...] Agenda Habitat como um plano de ação global para habitação adequada para todos, com a noção de assentamentos humanos sustentáveis” (ONU-HABITAT, 2025). Não obstante à articulação da agenda, os movimentos sociais celebraram como vitória o compromisso assumido pelas Nações Unidas de garantir a moradia como um direito das pessoas.

A última conferência, realizada em 2016, na cidade de Quito, no Equador, promoveu a cidade como um direito para todos os seus habitantes. Antes desse marco, o direito à cidade até então continuava sendo usado em debates e análises teóricas, até que mais tarde, o Brasil consolidou-se como o primeiro país a positivá-lo após movimentos sociais apresentarem a emenda popular pela reforma urbana.

No contexto angolano, apesar de o país ser signatário dos instrumentos internacionais que asseguram o direito à cidade e tenha, no seu plano interno, promulgado diversos instrumentos e programas voltados para o ordenamento do território, do ponto de vista urbano

as cidades não crescem de maneira ordenada e planejadas, o que torna visíveis os desafios para a efetivação do desse direito.

Segundo o anuário de financiamento à habitação em África 2022, “estima-se que mais de 67% dos residentes em Luanda residam em habitações autoconstruídas, muitas vezes a contar com o sector informal para aceder à terra, mão de obra e materiais de construção” (Nkhonjera, 2022, p. 02). A partir da figura 9 constata-se as contradições entre o discurso normativo de promoção de cidades e comunidades sustentáveis, sustentado nos princípios do desenvolvimento sustentável, da justiça social e espacial, da segurança urbana e as condições concretas na maioria dos bairros informais críticos.

Figura 9 - vulnerabilidade social e ambiental em um dos bairros informais de Luanda



Fonte: internet (2025).

As cidades, enquanto espaços de aglomerações de pessoas, “são o lugar onde se enfrentarão muitos desafios globais de hoje, que vão desde a pobreza extrema e o desemprego até a degradação ambiental [...]” (ONU-Habitat, 2020, p. xii). Além desses desafios, as cidades, sobretudo dos países em desenvolvimento, como Luanda, sofrem constantemente com o aumento dos fluxos migratórios em direção à cidade, o que intensifica as práticas de ocupação do solo urbano e a expansão de assentamentos informais. Essa dinâmica, como considera Alberto (2021), compromete a capacidade do Estado de garantir o direito à moradia adequada e aos assentamentos humanos sustentáveis.

O cumprimento das metas da Nova Agenda Urbana em Luanda está condicionado a um conjunto de fatores que vão além da existência formal dos instrumentos de ordenamento do território e do planejamento urbano, envolvendo dimensões de natureza político-institucional, histórica e sociodemográfica e econômica. Dentre essas dimensões destacam-se a histórica, que enfatiza o legado das desigualdades socioespaciais produzidas desde a era colonial, e a demográfica, que pressiona cada vez mais as instituições e expõe as fragilidades do Estado em poder oferecer moradia digna para as populações de baixa renda, sobretudo àquelas em situações de vulnerabilidade social e ambiental.

Essa fragilidade cria focos que permitem a expansão informal do tecido urbano de modo fragmentado com a produção de novos bairros em zonas inadequadas à urbanização com exposições direta a enchente, salubridade e riscos sanitários.

Além disso, a província concentra todos os poderes do Estado, as maiores edificações administrativas e, também, abriga a maior percentagem das atividades econômicas do país. Conforme consta no Plano Diretor Geral Metropolitano de Luanda (PGML), a província economicamente “tem-se afirmado como a localização de relevo nacionalmente e, progressivamente, uma economia emergente regional e internacionalmente” (PDGML, 2015). Nesse sentido, a realidade econômica de Angola é indissociável da economia de Luanda.

Figura – 10 Pespetiva de um bairro informal crítico em Luanda



Fonte: Alberto (2021, p. 132)

De acordo com um estudo desenvolvido pela DW-Angola (2005), percebe-se o carácter dos assentamentos informais e da pobreza urbana em Luanda apresenta padrões muito complexos e requer análises mais aprofundadas. Diante disso, entende-se que a promoção de uma urbanização sustentável exigirá a implementação de um conjunto de políticas pública integrada, capaz de resstruturar esses bairros sem incentivar o deslocamento compulsório associado à gentrificação, como ocorreu com a requalificação da Centralidade da Marconi e do projeto Maye-Maye. Desse modo, isso implica que se adote estratégias de intervenção que priorize a permanência da população residente e assegurando para eles, o direito à moradia adequada e à infraestrutura.

Nessa direção, sublinha-se que a requalificação de áreas periféricas em situação crítica, quando orientada por princípios de justiça socioespacial e planejamento participativo, pode converter espaços marcados pela precariedade, em assentamentos inclusivos, seguros e ambientalmente sustentáveis. Essa transformação requer investimentos em saneamento, mobilidade, regularização fundiária, mitigação de riscos ambientais e fortalecimento do tecido comunitário, permitindo a sua integração à estrutura urbana formal sem romper suas dinâmicas sociais.

Vale ressaltar que, Luanda enfrenta desafios urbanos estruturais muito significativos para materializar os compromissos assumidos em Quito, Equador, em 2016 com a Nova Agenda Urbana. Entretanto, apesar desses desafios, a cidade apresenta um grande potencial de transformação, incidindo na qualidade do habitat e na regeneração dos bairros informais, considerando sua centralidade econômica e política. A reconfiguração desses assentamentos em territórios de dignidade depende, fundamentalmente, de vontade política, da capacidade institucional e coordenação entre os diferentes níveis de governo, para superar a lógica histórica de marginalização socioespacial.

Nesse contexto, garantir uma urbanização sustentável pressupõe um conjunto de ações que implicará na transformação dos bairros informais sem causar um deslocamento forçado pela gentrificação. A requalificação de áreas periféricas, em situações críticas, pode converter áreas precárias em assentamentos resilientes, inclusivos, seguros e sustentáveis.

Diante disso, a cidade de Luanda enfrenta problemas urbanos bastante desafiadores para cumprir com a Nova Agenda Urbana, mas apresenta, ao mesmo tempo, um grande potencial transformador para alterar o quadro atual dos assentamentos informais-ilegais em territórios de dignidade caso haja vontade por parte do Estado. Esse potencial, que se fundamenta nas ações do Estado em parceria com o setor privado, deve, entretanto, se configurar dentro das diretrizes da Nova Agenda Urbana.

A próxima secção apresenta a metodologia geral da pesquisa, bem como a contextualização do bairro Mayombe, espaço informal que fundamenta a análise sobre a produção dos bairros informais críticos em Luanda.

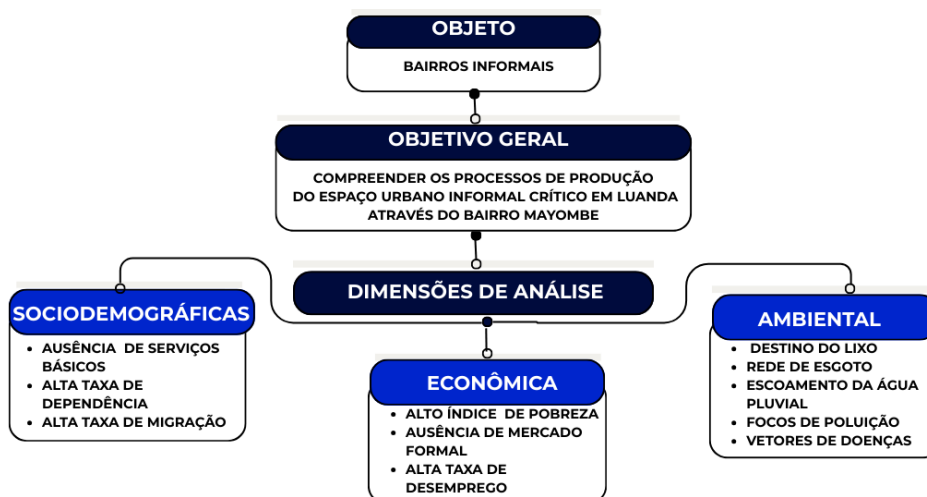
4 METODOLOGIA GERAL E CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MAYOMBE

A pesquisa científica é um processo sistemático, cujo objetivo é obter novos conhecimentos ou confirmar hipóteses existentes, fornecer respostas às questões significativas para a compreensão dos fenómenos. Assim, a produção desse conhecimento exige um rigor metodológico e objetividade. Segundo Ander-Egg (1978) apud Lakatos; Marconi (2003, p. 155), “a pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento.

4.1 Procedimentos metodológicos

O enquadramento metodológico desta pesquisa se dá mediante a elaboração de um modelo de análise (figura-11). O esquema, relaciona o pressuposto teórico que norteia esta pesquisa através do objeto de estudo com as dimensões de análise. Nesse contexto, em termos conceituais, a pesquisa assenta na teoria de produção de espaço de Henri Lefebvre.

Figura 11 - Modelo de análise da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Assim, as dimensões sociodemográficas, econômicas e ambientais estruturam a análise empírica da pesquisa, permitindo uma leitura mais sistêmica das dinâmicas contemporâneas de produção do espaço. Dessa forma, o esquema contribui para a operacionalização dos objetivos da pesquisa e para a coerência entre o referencial teórico e a interpretação dos resultados.

O campo de pesquisa escolhido foi o bairro Mayombe em Luanda. A escolha por esse bairro baseou-se em critérios como: (i) situação histórica e socioeconômica, com predominância de populações vindas do campo e com condições econômicas precárias, (ii) condições habitacionais precárias; (iii) perfil demográfico caracterizado por uma população maioritariamente jovem; (iv) processos de aquisição de terra, marcados por ocupações ilegais e construções clandestina; (v) ausência e insuficiência de serviços públicos e equipamentos coletivos e uma distribuição desigual dos serviços existentes.

Para compreender os elementos estruturantes em cada dimensão de análise, realizou-se um enquadramento histórico do bairro, o propósito deste enquadramento é contextualizar o bairro, para facilitar na compreensão das dinâmicas sociais, econômicas e culturais que influenciam nos processos de produção do bairro.

Para a recolha de dados, foram utilizado o questionário, o guião de entrevistas e celulares. O questionário foi constituído em 36 perguntas, das quais 31 são fechadas e 5 abertas, seguindo uma lógica de apresentação dos itens para facilitar na organização. Para o inquérito, definimos quatro itens fundamentais, estruturados na seguinte ordem: (i) dados de caracterização pessoal; (ii) dados da caracterização da habitação; (iii) dados da caracterização social do bairro; e (iii) dados da situação urbana do bairro, conforme apêndice II.

Quanto ao guião de entrevista, para uma melhor aplicação, estruturamos ele em duas partes, conforme os entrevistados. Sendo assim, temos um para técnicos da administração pública municipal e representantes da comissão de moradores, conforme o apêndice I. Além disso, foi realizado a observação não participante ao bairro, registando os acontecimentos diários através de um bloco de anotação de campo e registos fotográficos.

4.2. Procedimentos para execução da pesquisa empírica

A aplicação do inquérito realizou-se entre os dias 16 e 17 de agosto de 2025 e, para tal, o autor contou com o apoio de estudantes universitários, entre os quais, 2 colegas da graduação e 2 amigos de infância. A seleção da amostra de 100 agregados foi estratégica para se obter um número considerável de participação que possa ser representativa da população. Em termos de classificação, o critério de seleção das residências foi por conveniência e acessibilidade e, para se alcançar o quantitativo definido, foram necessárias duas visitas.

A integração no bairro foi possível devido a visita inicial, realizada no dia 9 de agosto para inspecionar o campo de estudo, considerando a acessibilidade e segurança. Desta visita,

solicitou-se o apoio da Comissão de Moradores e dos efetivos da Polícia Nacional afetos ao posto policial do bairro.

Na aplicação do questionário, adotou-se como procedimento metodológico a abordagem direta às unidades domiciliares, ocasião em que se solicitava aos moradores a sua disponibilidade e consentimento para participar da pesquisa. Antes do preenchimento do questionário, todos aplicadores eram obrigados a ler e solicitar a assinatura do TLCE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido).

Com base nisso, a abordagem dos participantes se deu mediante aos procedimentos éticos que regem a pesquisa científica, garantindo o consentimento livre e esclarecido, o anonimato dos respondentes, a confidencialidade das informações coletadas e o respeito à integridade física e moral de todos envolvidos. Além disso, respeitou-se os que não optavam por participar na pesquisa e os que optavam e de seguida desistiam.

Sob tal prisma, os inquéritos foram codificados em X1 ...X100, com o propósito de assegurar a organização, sistematização e rastreabilidade dos dados no processo de análise. Enquanto que, aos entrevistados institucionais, e visando preservar a confidencialidade e o anonimato, os membros da Administração municipal receberam a codificação A1 e A2, enquanto que os representantes da Comissão de Moradores foram identificados como B1 e B2. Esse procedimento, atende aos princípios ético, omitindo a identidade dos participantes e garantindo a proteção das informações.

As entrevistas realizadas com os grupos A e B, foram registadas em áudio, mediante o consentimento livre e esclarecido dos participantes. A transcrição do conteúdo foi realizada através de *software* Nvivo, preservando marcas lingüísticas, entendida para essa pesquisa, não como ruídos, mas como elementos fundamentais na construção de sentido. A interpretação desses dados empíricos se deu pela técnica de análise de conteúdo.

Durante a aplicação dos inquéritos, foram aplicados 92 inquéritos, correspondendo a uma cobertura de 92% da amostra. Do ponto de vista estatístico, para avaliar a precisão da amostra, procedeu-se ao cálculo da margem de erro tendo como correção à população finita e assumiu-se uma proporção máxima de variabilidade em que $P = 0,5$ e há um nível de confiança de 95%. Desse modo, tivemos uma margem de erro de aproximadamente 3%. Essa margem indica que os resultados da pesquisa apresentam uma elevada fiabilidade e é representativa da população estudada.

No que diz respeito a representação cartográfica, os mapas foram elaborados a partir da utilização de arquivos vetoriais no formato *shapefile*, geográficas e a espacialização dos dados

coletados em campo. Esse procedimento garantiu um rigor técnico na apresentação cartográfica e na análise territorial do bairro.

O bairro Mayombe é um dos 53 bairros que compõem o município de Cacuaco, localizando-se entre as coordenadas 8°46'46.72"S de latitude e 13°26' 39.35"E de longitude. “Conforme A2, “o bairro é delimitado a norte e a oeste pelo bairro Kinfangondo, a sul pelos bairros Sequele e Pedreira, e a leste pelo bairro Caop Velha, abrangendo uma extensão territorial aproximada de 2,71 km²” (figura 12). O clima da região insere-se no padrão de Luanda, caracterizado por uma acentuada sazonalidade na precipitação e por temperaturas médias relativamente constantes ao longo do ano. Distinguem-se duas estações bem definidas: a estação quente e chuvosa, que ocorre entre fevereiro e maio, e a estação seca e fria, correspondente ao período de junho a agosto, popularmente conhecido como época do cacimbo.

Figura 12 - Localização da área de estudo



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O bairro revela um padrão de urbanização informal, e recentemente foi marcado por uma expansão não planejada do uso e da ocupação do solo. A sua ocupação é predominantemente residencial, com habitações autoconstruídas, com a existência de pequenos estabelecimentos comerciais e alguns serviços informais que reforçam o viés da sobrevivência e resistência dessa população.

5 MAYOMBE: POBREZA URBANA, DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS

Nesta seção, apresentam-se e discutem-se os resultados da pesquisa empírica, obtidos a partir da realização do trabalho de campo com a aplicação dos inquéritos e entrevistas. Inicialmente, fez-se um enquadramento histórico do bairro. O propósito deste enquadramento é contextualizar o bairro, para facilitar na compreensão das dinâmicas sociais, econômicas e culturais que influenciam nos processos de produção do bairro.

Nesse sentido, a análise procura compreender os principais resultados obtidos no campo, relacionado com os nossos objetivos e ao quadro teórico que fundamenta a pesquisa. A seção é composta com informações gráficas, tabelas e a análise crítica para facilitar a compreensão da pesquisa empírica.

5.1 Enquadramento histórico e caracterização do bairro Mayombe

De acordo com os dados disponibilizados pelos elementos A1, através da entrevista, em comparação com os dados dos elementos B1, o Bairro Mayombe está administrativamente organizado em dois quarteirões denominados bairro de cima e bairro de baixo. Essa distinção resulta da situação geográfica do relevo que apresenta irregularidades, e o bairro foi erguido entre a margem de uma vala e o topo da montanha.

Segundo relato do B1, historicamente, o bairro originou a partir de origem familiar, deslocadas por condições logísticas de acesso e manutenção das áreas de cultivo. Por um lado, pode se dizer que, esse deslocamento, resulta de uma estratégia de reprodução social ancorada na busca por melhores condições de subsistência e acessibilidade territorial. Com o passar do tempo, o núcleo inicial passou a atrair novas famílias, desencadeando novos processos progressivos de delimitação informal de parcelas e expansão da ocupação em áreas contíguas às primeiras residências.

Dessa forma, esses movimentos expressam a transição de uma ocupação predominantemente familiar para uma configuração de práticas informais com o parcelamento irregular da terra, sem critérios pré-definidos. Segundo B1, “foi em dois mil e doze que mudou a história do bairro, as pessoas fugiram do kikolo, lá no Chendovavao e começaram a vir ocupar aqui [...], na altura tinha esse bairro era deserto. Todavia, o padrão de ocupação do bairro alterou-se a partir de 2012, com o surgimento de famílias deslocadas do bairro Chendovava em

razão da intensificação da criminalidade e da degradação das habitações, provocadas pela progressiva elevação do lençol freático.

Diante disto, observar-se um processo de mobilidade intra-urbana forçada, no qual fatores ambientais e de segurança atuaram como determinantes redistribuidores da população. No Mayombe, o processo de compra e venda de terrenos seguiu a lógica e os trâmites informais, conferindo ao bairro desde a sua gênese a característica da informalidade fundiária e a insegurança na posse da terra

Em relação a denominação do bairro, conforme relatado por B1, o termo surge em razão das características naturais predominantes no território no momento da ocupação inicial, marcado pela expressiva presença de vegetação, com predomínio de arbustos, cujo a configuração paisagística estabelecia relação analógica com a floresta do Mayombe. Importa destacar que a atribuição desse topónimo, expressa uma construção simbólica associada à percepção das áreas verdes.

Em relação ao primeiro contingente populacional do bairro, verificou-se que não há, precisão quanto a esse quantitativo de famílias que se instalaram inicialmente na localidade. Desse modo, a falta de informações estatísticas pode estar associada à inexistência de um processo formal ou informal de registo populacional que possibilitasse o cadastramento das famílias provenientes de outros bairros.

Nesse contexto, a ausência de um instrumento de controle demográfico no bairro Mayombe, reforça o caráter informal do bairro e condiciona a reconstrução histórica das estatísticas dos processos de formação e constituição desse território.

Conforme o exposto nos parágrafos anteriores, relativamente a cobertura vegetal do bairro, é importante destacar que as formas como se deram os primeiros movimentos de ocupação do Mayombe, estiveram diretamente associadas com as transformações ocorridas na cobertura vegetal da área. Esses processos, decorrem por meio de dinâmicas complexas e agressivas sobre o ambiente. A través da figura 12, a leitura comparativa permite observar essa dinâmica de expansão do parque habitacional ao longo do perímetro do bairro.

O que se percebe a partir das décadas de 2015 e 2025 são alterações expressivas na configuração espacial do bairro. Quando se infere que a ocupação inicial neste bairro provocou mudanças expressivas na cobertura vegetal, essa reflexão como associada à luz do pensamento de Milton Santos, compreende-se que essas transformações não configuram eventos isolados, mas por um dinamismo próprio, determinada pela ação social. Sub essa perspectiva, Santos considera que “o mundo natural, mediante as trocas de energia entre os seus elementos, conhece

um movimento perpétuo, pelo qual a sua identidade se renova enquanto se modificam os seus aspectos” (Santos, 2006, p. 84)

Figura 13 - Evolução histórica do parque habitacional no bairro Mayombe



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Na figura, a primeira imagem, de 2015, observa-se sinais visíveis da disposição urbana pouco densa e mais concentrada ao centro. De acordo com B2, “entre 2010 e 2015, grande parte das residências eram de tendas e chapas de Zinco [...], nesta fase, não se verificam traçados das vias, o bairro é marcado por caminhos estreitos de terra e por uma relação expressiva entre o espaço construído e o ambiente natural”.

Em 2018, três anos depois, a expansão urbana torna-se mais vidente e os vazios vão sendo preenchidos e, como consequência, a vegetação que se observa em volta das residências, como se observa na primeira imagem, vão sendo substituídas por novas moradias. Nessa fase, observa-se que a mancha urbana se expande rapidamente nas regiões sul e oeste do bairro.

A partir de 2019, segundo os dados da Administração municipal, o bairro se consolida e começam a surgir os primeiros casos de criminalidade, situação que preocupou a população e obrigou os moradores a criarem a famosa Turma do Apito, um grupo de moradores sem respaldo legal que se organizam para fiscalizar o bairro e combater o crime com repreensão e violência contra criminosos.

Nos anos mais recentes, entre 2022 e 2025, o bairro apresenta um estágio avançado de consolidação e saturação territorial. As áreas livres tornam-se escassas, a ocupação passa a ser praticamente contínua e ocorre um adensamento mais intenso das áreas já ocupadas. Esse processo revela um crescimento urbano acelerado, que responde à demanda por moradia, mas também evidencia desafios relacionados à infraestrutura, ao ordenamento do solo e à sustentabilidade ambiental.

Segundo B1, “atualmente vivem no bairro cerca de 15.675 habitantes, dos quais a maior são crianças e adolescentes”. A pouca presença de no bairro é justificada pela falta de oportunidades que o bairro oferece, grande parte dos jovens deslocam-se para bairros mais próximos dos centros urbanos, que facilitam o deslocamento para as escolas do segundo ciclo do ensino secundário, com destaque para as escolas do Puniv, politécnico de Cacuo e do Gika.

5.2 Discussão dos resultados da pesquisa empírica

Para facilitarmos a análise e discussão dos resultados, procuramos estruturar a subsecção em quatro partes, de acordo com os itens definidos no inquérito:

- Dados de caracterização pessoal. Para esse ponto, levou-se em consideração alguns indicadores que facilitam a leitura do público-alvo, como: género, idade, nível de escolaridade, província de origem e o tempo de vivência no bairro;
- Dados da caracterização da habitação. Neste ponto, foram considerados os seguintes indicadores: situação da residência, forma de aquisição, situação legal da superfície, acesso à energia elétrica, principal fonte de água, modos de tratamento dos resíduos sólidos;
- Dados da situação urbana do bairro. Para a situação urbana, considerou-se rede de esgoto, qualidade da infraestrutura e estado das vias.

5.3 Análise crítica e descritiva dos resultados da pesquisa empírica

A análise crítica e descritiva constitui para essa pesquisa uma etapa fundamental, e sem dúvida é o ponto que nos possibilita compreender o objeto da pesquisa de maneira mais ampla e detalhada. Nesse contexto, aqui apresentaremos as informações observadas e coletadas no campo de forma sistematizada. Os dados que aqui são apresentados constituem a base quantitativa da pesquisa.

As questões iniciais do questionário tiveram como objetivo caracterizar o perfil sociodemográfico dos respondentes, com ênfase na idade e género. As informações foram sistematizadas em cinco intervalo de idades, entre 17 – 25 (16,3%); 25 – 35 (35,9%); 35 – 45 (29,3%) 45 – 55 (14,1%) e 55 e + com 3,3%. Esses dados, foram desagregados em género para se obter a sua relação na pesquisa. No total, participaram 92 indivíduos, dos quais, 40 eram do sexo feminino e 52 eram do sexo masculino.

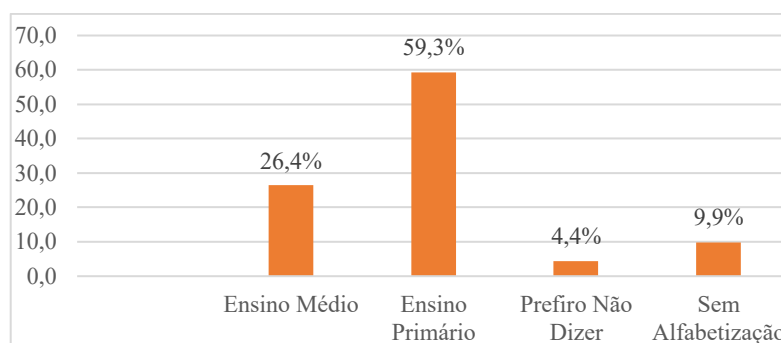
A pesquisa de campo incidiu predominantemente sobre indivíduos pertencentes à população em idade adulta, compreendida, do ponto de vista demográfico, como sendo o contingente com 18 anos ou mais (tabela 1). Essa composição etária, não decorreu de um recorte amostral estabelecido pelo pesquisador, mas refletiu a estrutura etária dos moradores presentes nos domicílios no ato da aplicação dos inquéritos, demonstrando uma seleção condicionada pela disponibilidade dos entrevistados.

Tabela 1 - Distribuição dos inquiridos segundo o grupo etário

Grupos de idade	Homens		Mulheres	
	Nº	%	Nº	%
17 – 25	6	12	9	23
25 – 35	17	33	16	40
35 – 45	17	33	10	25
45 – 55	8	16	5	12
55 a +	3	6	0	0
Total	51	100	40	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O segundo ponto analisado foi o nível de escolaridade. A leitura do gráfico 4 apresenta uma estrutura educacional que impõe limites significativos em relação ao modelo de desenvolvimento vigente em Luanda, baseado na descentralização de poderes, sobretudo, quando se compara as estruturas educacionais existentes no bairro e a qualidade de vida dos moradores. Assim, observar-se que mais da metade da população entrevistada (59,3%) possui apenas o ensino primário, enquanto que 26,4% possuem o ensino médio, 9,9% não possuem nenhum tipo de alfabetização e 4,4 preferiram não dizer.

Gráfico 4 - Distribuição dos inquiridos segundo o nível de escolaridade

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Nesse contexto entende-se que a baixa escolarização limita a inserção qualificada da população nos circuitos formais da economia urbana e, esse fator reforça padrões de informalidade laboral, baixa renda e reprodução intergeracional da pobreza.

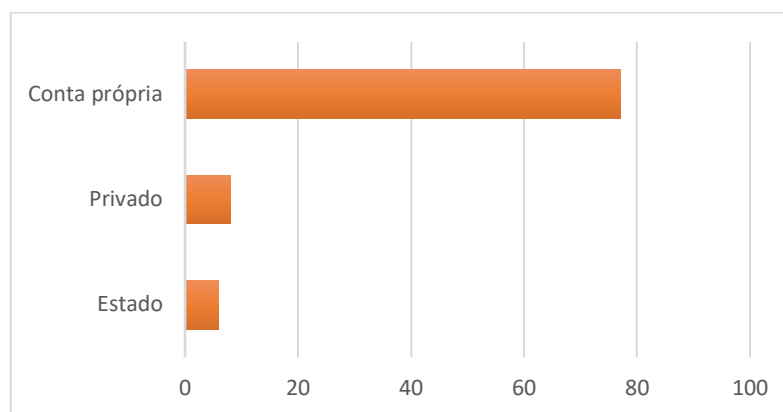
Em um outro gráfico 5, analisou-se a distribuição dos inquiridos em relação ao setor de ocupação. Os dados analisados indicam uma estrutura ocupacional bastante concentrada no trabalho por conta própria (77), em contraste com a participação do setor público com (8) e o setor privado com (6). A alta estatística de populações entrevistadas a atuarem de forma autónoma, indica um padrão de estratégias de sobrevivência econômica, característica dos bairros informais críticos, na qual, o autoemprego surge não apenas como uma visão de empreendedora consolidada, mas como resposta às capacidades limitadas do mercado formal em absorver essa população.

Ademais, a partir das evidências empíricas e das observações recorrentes em bairros com características socioespaciais semelhante às do Mayombe, verifica-se que, quando os indivíduos concluem sua formação, educacional e conseguem uma inserção no mercado de trabalho, especialmente no setor público, que geralmente oferece maior estabilidade de renda, para esse contexto, tendem a migrar para áreas urbanas com melhores condições de infraestruturas, serviços e qualidade habitacional, compatíveis com sua nova posição socioeconômica.

Nesse contexto, esse padrão de mobilidade residencial intra-urbano ajuda a compreender as dinâmicas que alimentam o crescimento populacional observado em Luanda nos últimos anos. A partir disso, verifica-se que, à medida que determinados indivíduos ampliam seu nível de escolaridade e conseguem inserção no mercado de trabalho mais estável, ocorre um deslocamento habitacional, orientado pela busca de melhores condições de infraestruturas, qualidade habitacional e serviços urbanos, na qual áreas com características socioespaciais mais precárias funcionam como territórios de permanência inicial ou de

transição, enquanto setores urbanos mais estruturados passam a concentrar grupos com maior capacidade de acesso a recursos urbanos.

Gráfico 5 - Distribuição dos inquiridos segundo o setor ocupacional



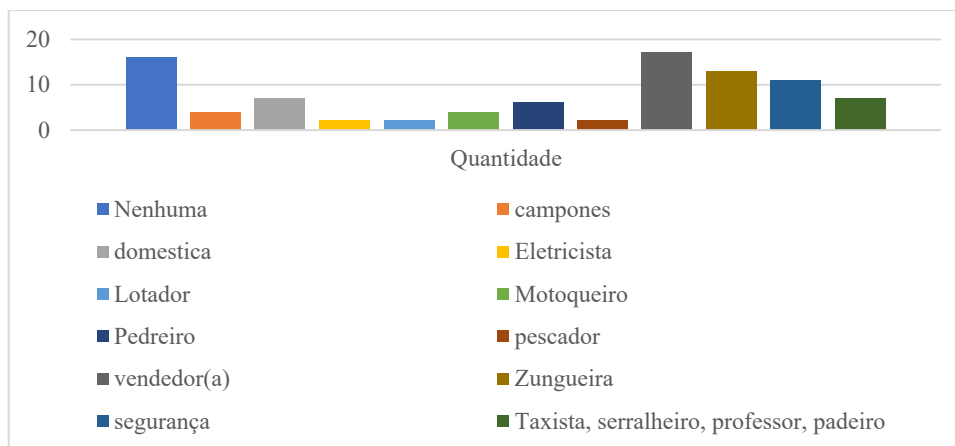
Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O estudo realizado no Mayombe indica um padrão clássico de macrocefalia e de polarização urbana, na qual a cidade de Luanda atua como o principal polo de atração dos fluxos populacionais, na qual concentra de forma desproporcional as oportunidades econômicas, serviços e meios de produção.

O acesso ao emprego é um dos grandes obstáculos enfrentados pela população local. Com base no gráfico 6, a maioria dos entrevistados está inserido no mercado informal, exercendo atividades com baixa remuneração, com trabalhos manuais. Mais de 60% dos entrevistados exercem diferentes funções como: vendedor (a), *zungueira*³, segurança, pedreiro, domestica, eletricista e camponês, ao passo que outra parcela percentual está inserida em trabalho como: pescador, lotador, motoqueiro. Esses trabalhos, na sua maioria, são caracterizados pela ausência de vínculos formais, o que reforça a ideia segundo a qual nas zonas periféricas o mercado informal funciona como a principal alternativa para a absorção da força de trabalho excluída do mercado formal.

A presença de cerca de 17% dos entrevistados que não exercem nenhum tipo de atividade remunerada, ou seja, desempregados sem qualquer tipo de auxílio ou assistência por parte do governo, revela a escassez de oportunidade e as fragilidades econômicas a que estas populações estão expostas. No que diz respeito ao acesso ao emprego, verificou-se que 50% dos entrevistados consideram muito difícil e outros 50% apenas classificam como difícil.

³ Esse termo refere-se a vendedor (a) ambulante, que comercializam diversos bens em ruas, mercados improvisados, pontos de taxis e nos bairros periféricos.

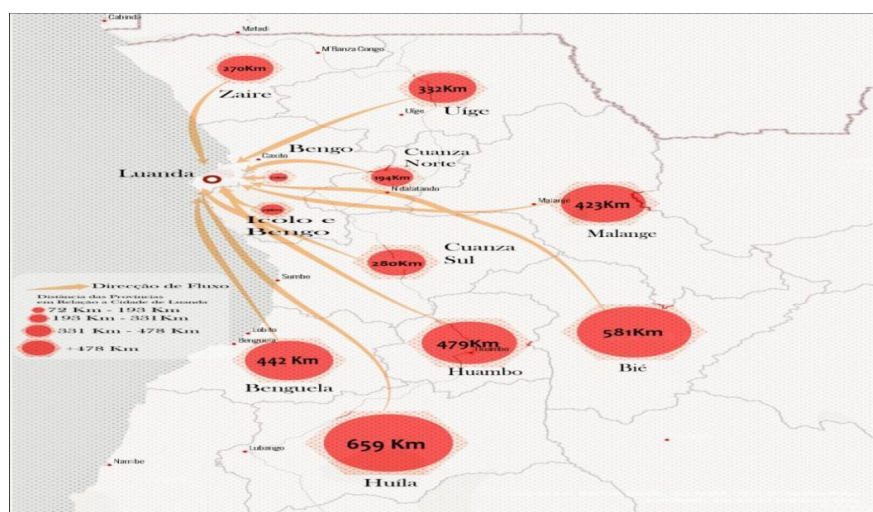
Gráfico 6 - Distribuição dos entrevistados segundo a ocupação

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

De modo geral, nos bairros informais críticos os indivíduos são sustentados por uma economia de subsistência e práticas de solidariedades. Por esta razão, o perfil ocupacional identificado reflete diretamente as condições socioeconômicas e espaciais do bairro onde a precariedade urbana é sustentada pela precariedade do trabalho. Este último atua como um determinante que impossibilita os moradores a investirem em habitações dignas ou a se deslocarem para territórios que ofereçam serviços básicos, como: saneamento, educação, saúde, segurança e lazer.

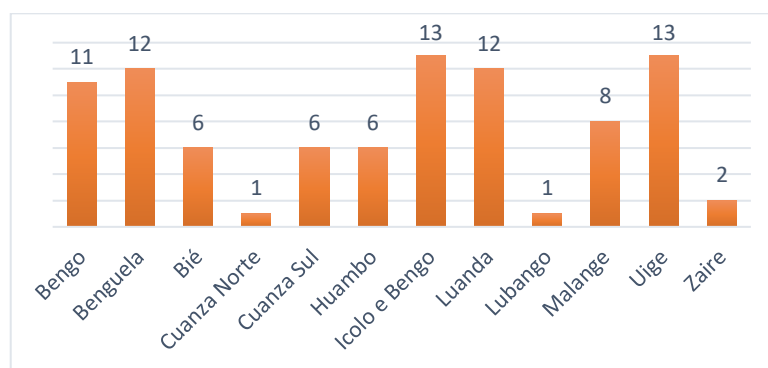
A leitura da Figura 12, demonstra a convergência dos fluxos populacionais em direção a capital, essa dinâmica dialoga diretamente com a leitura de Lefebvre que compreende o espaço urbano como produto moldado pelas relações de poder e por uma lógica de acumulação de capital. Somando a isso, Harvey, complementa que a urbanização atua como mecanismo de absorção de excedentes do capital. Todavia, e essa persistência de fluxos mesmo de longas distâncias pode ser explicativo a partir dos pressupostos de Milton Santos sobre o uso seletivo do território, no qual determinados espaços são integrados de forma privilegiada aos circuitos da economia, ao passo que outros lugares permanecem subordinados e funcionalmente dependente.

Assim, o mapa não expressa apenas mobilidade populacional, mas materializa um sistema urbano desequilibrado, no qual a fragilidade das cidades intermediárias e a concentração dos poderes em Luanda aprofundam processos de migração forçada por desigualdade estrutural, contribuindo para a expansão de periferias informais e para a reprodução contínua das assimetrias regionais no território angolano.

Figura 14 – Representação dos fluxos migratórios em direção a Luanda

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Nesse contexto, de acordo com o gráfico 7, é possível verificar que o bairro Mayombe é habitado por populações maioritariamente provenientes das províncias do Uíge e Icolo e Bengo, seguido das províncias de Benguela, Bengo, Malanje, Cuanza Sul, Huambo, Bié, Zaire, as províncias da Huila e Cuaza Norte são as menos representadas com 1 indivíduo apenas.

Gráfico 7 - Distribuição dos inquiridos segundo a província de origem

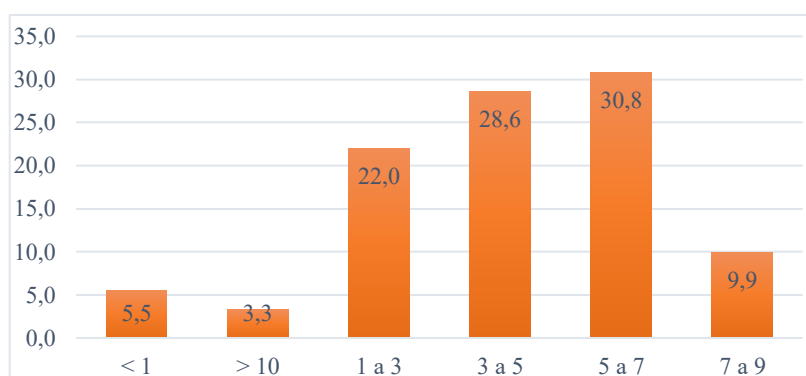
Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Na segunda categoria de análise, dedicada à caracterização habitacional, o primeiro eixo de análise incide sobre a capacidade de ocupação dos domicílios, considerando a quantidade de pessoa por cada residência. Esse eixo constitui um indicador das dinâmicas de adensamento e da salubridade habitacional. De acordo com os dados apresentados no gráfico 8, observa-se que no Mayombe há uma predominância de domicílios com elevada capacidade de densidade ocupacional. Aproximadamente, 30,8% das residências dos entrevistados, abrigam entre cinco e sete pessoas, ao passo que 28,6% das residências concentram entre três e cinco moradores. Além disso, se verificam também situações críticas, com 9,9% dos domicílios comportando

entre sete e nove pessoas e 3,3% cegando a abrigar até dez indivíduos por residência, na sua maioria todos do mesmo núcleo familiar.

Sob uma perspectiva técnico e analítica, a sobrelotação domiciliar observada no Mayombe configura-se como um fator de comprometimento direto dos princípios de bem-estar habitacional, da sustentabilidade, entendidas, neste contexto, como o conjunto de condições materiais mínimas necessárias à reprodução social digna da população. Tal condição ultrapassa os limites espaciais, refletindo processos estruturais de precarização da moradia que impactam negativamente a saúde, a privacidade, o conforto ambiental, a exposição a riscos e a qualidade de vida dos residentes.

Gráfico 8 - Distribuição dos inquiridos segundo o número de ocupante por residência



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Assim, considerando que as moradias são pequenas e na sua maioria cobertas de chapa de zinco, mal ventiladas e sem acesso a água, a elevada capacidade de ocupação surge como uma estratégia de sobrevivência em consequência das migrações externas e do espírito de solidariedade. Esta situação, apresenta-se contrário ao princípio constitucional sobre a justiça social, amparado na Constituição da República de Angola no seu artigo 90º, segundo a qual: “o Estado promove o desenvolvimento social através de: a fruição por todos os cidadãos dos benefícios resultantes do esforço coletivo do desenvolvimento, nomeadamente na melhoria quantitativa e qualitativa do seu nível de vida”. (Angola, 2010, n.p.)

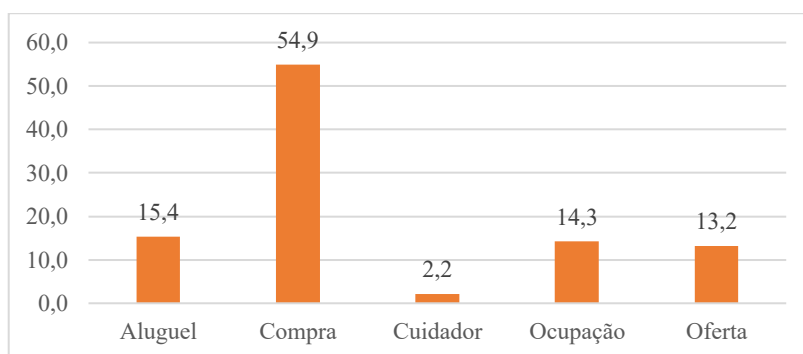
No segundo eixo, os modos de ocupação de terra no Mayombe relevam um padrão informal de posse. A análise feita sobre as formas de obtenção de terra, como se observa no gráfico 9 confirma esse padrão de obtenção de terra através de mecanismos informais.

De acordo com os dados, apresentado no gráfico, verifica-se que mais de 53% dos entrevistados declararam terem adquirido os terrenos por meio de compras. À primeira percepção sobre essa modalidade pode conduzir uma interpretação regular de acesso à terra,

porém, trata-se, na realidade, de um mercado informal, que opera à margem da lei e dos dispositivos legais do Estado para o acesso a terra. Esse tipo de prática, no contexto de Luanda, contribui para intensificação de bairros informais críticos.

Na sequência, cerca de 15% dos moradores não detêm a propriedade das residências, tendo o acesso através de aluguel, expondo um sub mercado habitacional informal no interior do bairro. Adicionalmente, 14,3% obtiveram o terreno a partir de processos de ocupação direta⁴, e 13% dos indivíduos obtiveram por meio de doações ou conceções informais, como resultado das relações de solidariedade e reciprocidade como mecanismo alternativos de acesso a terra em contextos como do Mayombe, observar-se ainda que 2,2% dos entrevistados funcionam como cuidadores dos terrenos, a sua permanência no imóvel está condicionada ao vínculo pessoal com os proprietários.

Gráfico 9 - Distribuição dos inquiridos segundo a posse da residência



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

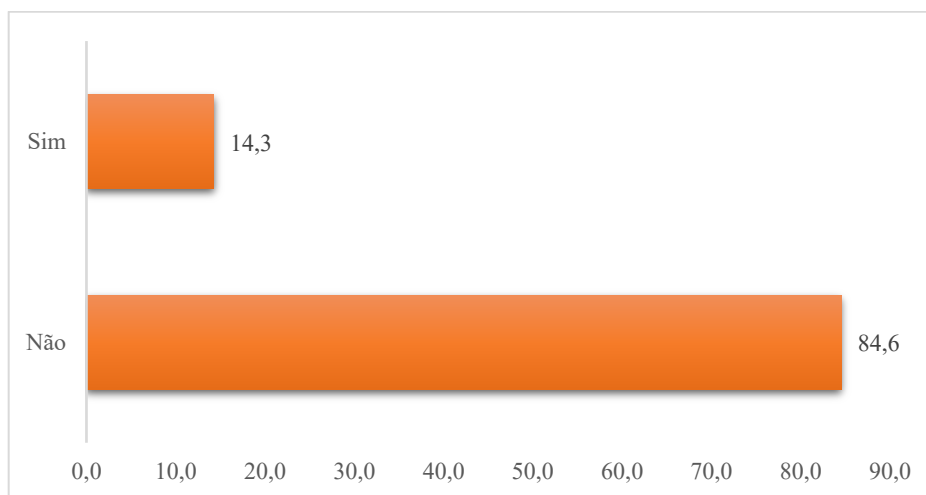
Para tanto, o Mayombe apresenta uma predominância de posse de terra informal, não obstante a declaração de aquisição por via da compra como a principal forma de obtenção. A ausência do Estado, assim como a relevância dos mecanismos informais e de laços familiares para o acesso à terra contribuem para a insegurança jurídica da posse da terra.

Ainda sobre a questão habitacional, no que concerne a situação legal das residências, com base no gráfico 10, os dados revelam que mais de 84% das residências não se encontram legalizadas, ao passo que apenas 14,3% possuem algum documento de legalização. Esses dados, de certa forma, demonstram o elevado grau de informalidade fundiária em Luanda.

⁴ A ocupação direta de terra, nesse contexto, refere-se ao processo ou estratégia pelo qual as populações excluídas do mercado formal de habitação, ou se preferirmos “os sem teto” como são classificados no Brasil, identificam, apropriam-se e produzem um determinado espaço, seja ele urbano ou não, sem o consentimento do Estado, legalmente reconhecido como o proprietário originário da terra.

De modo geral, o acesso ao direito de superfície em Angola caracteriza-se como um processo complexo, burocrático e que demanda custos elevados, o que dificulta a sua efetivação, sobretudo para as populações de baixa renda.

Gráfico 10 - Distribuição dos inquiridos segundo a situação legal da residência



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

É interessante observar que durante uma conversa informal com um dos entrevistados, constatou-se que h'á um baixo nível de informação da população acerca dos trâmites legais para a regularização fundiária, especialmente no que diz respeito ao direito de superfície e à emissão do respetivo certificado, instrumento jurídico que formaliza esse direito.

Destarte, esse desconhecimento contribuiu para a reprodução de práticas ilegais de ocupação e reprodução informal do espaço em Luanda. No campo da gestão territorial, à atribuição do direito de superfície é reservada às Administrações Municipais, Governos Provinciais e ao Instituto de Geografia e Cartografia de Angola (IGCA). Entretanto, a percepção que se tem sobre a legalização de terras entre os moradores do Mayombe baseia-se na aquisição da declaração de compra e venda, para os casos em que o terreno foi adquirido informalmente e na declaração de base, emitida pela comissão dos moradores na qual se definem a dimensão do lote.

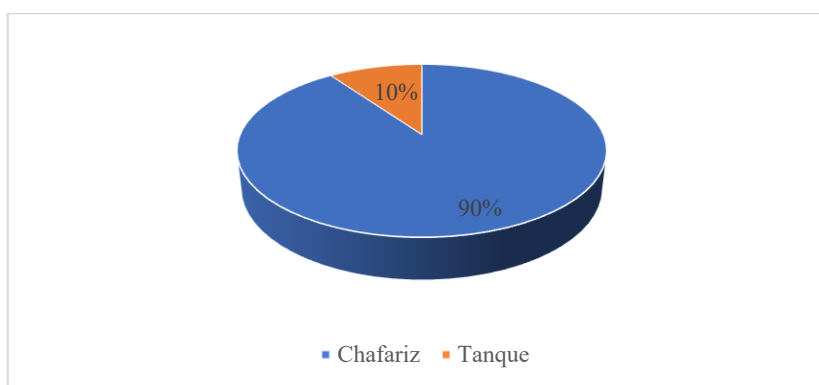
Tanto a declaração de compra e venda como a declaração base não constituem à luz do ordenamento jurídico angolano, documentos válidos para a comprovação do direito de superfície. Em tese, essa discrepância entre a legalidade formal e as práticas sociais reforça a insegurança jurídica sobre a posse de terra e dificulta os processos de regularização fundiária.

Em relação a fonte de água, é possível observar a partir do gráfico 11 que, não existe no Mayombe, ligações domiciliares à rede pública. Nesse bairro, há uma forte dependência e

concentração de fontes informais de abastecimento de água. Em relação a essa questão, mais de 90% da população entrevistada aponta um predomínio do chafariz⁵ como a principal fonte de água para o consumo da população local. Por outro lado, 10% dos entrevistados recorrem ao uso dos tanques para o consumo doméstico.

O sistema de armazenamento de água em tanques funciona com o abastecimento por meio de camiões- cisterna, que captam o recurso em pontos de distribuição informalmente designados como “Girafa”, geralmente localizados nas proximidades de rios ou de unidades de tratamento de água potável. Por intermédio de moto-bombas, a água é transferida para os reservatórios desses veículos, que, são solicitados pelos proprietários dos tanques para realizarem a distribuição nesses reservatórios de armazenamento instalados nas residências, os quais passam a suprir o consumo doméstico.

Gráfico 11 - Distribuição dos entrevistados segundo a principal fonte de água



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

No entanto, esses pontos de abastecimento são, em geral, marcados por longas filas, custos variáveis entre 100 e 200kwanzas para cada 20litros de água, o que corresponde aproximadamente a US\$ 0,12 a US\$ 0,24 e recorrentes falhas no fornecimento. Com base nisso, tanto os chafarizes quanto os tanques, predominantes no Mayombe, apresentam-se como alternativas de caráter privado.

Assim, entende-se que, essas soluções expressam, de forma concreta, as desigualdades urbanas no acesso aos serviços básicos e a negação do direito à cidade, na medida em que transferem para as populações mais vulneráveis o ônus financeiro e social da obtenção de um recurso essencial, que deveria ser garantido como política pública universal.

⁵ No contexto de Luanda, sobretudo, em bairros com carência de abastecimento domiciliar, os chafarizes funcionam como estruturas públicas ou privadas de acesso à água, alternativa à rede pública formal de distribuição, instaladas em praças, bairros ou outros locais públicos, onde a população geralmente recolhe água para o consumo doméstico.

Um exemplo do uso de chafariz e do taque no bairro Mayombe pode ser observado nas imagens 13 e 14:

Figura 15 - Exemplo de um tanque privado no bairro Mayombe



Fonte: O autor (2026).

Apesar de que 10% alegam o consumo de água a partir de tanques, geralmente, esses reservatórios funcionam para suprir as necessidades da familiar, a comercialização decorre, em momentos de carência de água no bairro, essa ação, reforça a solidariedade nesses bairros.

A pesquisa de campo permitiu compreender que tais mecanismos operam como estruturas de controle do acesso à água da rede pública e, na nossa leitura, essas iniciativas assumem, igualmente, a função de geração de renda para indivíduos detentores de certos poderes econômicos e e influência política, que se aproveitam da vulnerabilidade social da população e atuam sob a omissão do Estado, transformando a precariedade do acesso à água em oportunidade de acumulação de riquezas.

Figura 16 - Exemplo de um chafariz privado no bairro Mayombe

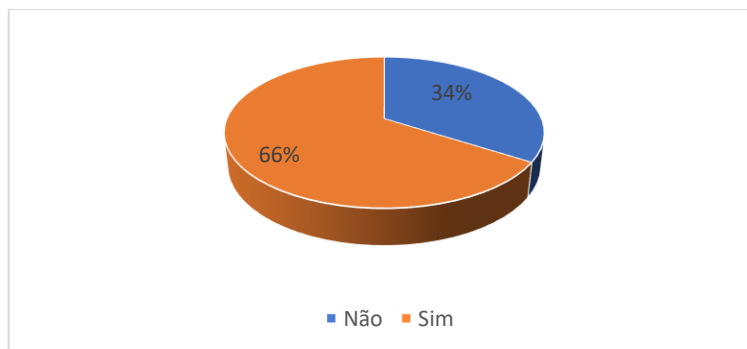


Fonte: O autor (2026).

Além da precariedade no abastecimento de água, a eletricidade é um dos problemas que afeta o bairro. Com base na pesquisa realizada no bairro Mayombe, os dados obtidos a partir do gráfico 12, indicam que cerca de 66% das residências não possuem acesso à energia elétrica, ao passo que apenas 34% das habitações da nossa amostra possuem algum tipo de acesso à eletricidade. A falta de acesso à eletricidade, observada na maioria das residências, reforça a prática de exclusão e do direito à cidade, o que permite, em teoria, que todos os cidadãos usufruam de forma plena, democrática e equitativa os serviços urbanos.

Nesse contexto, entendemos que a inexistência do sistema de eletricidade pública no Mayombe configura uma violação desse direito de todos os cidadãos, uma vez que priva uma parcela significativa da população de um serviço urbano considerado essencial. Todavia, os dados acima reforçam a necessidade de se universalizar para o contexto da província de Luanda, as políticas públicas urbanas voltadas à expansão da infraestrutura elétrica.

Gráfico 12 - Distribuição dos entrevistados segundo o acesso à energia elétrica em suas residências



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Quando inquiridos sobre os desafios que mais incomodam os moradores do bairro, obteve-se um conjunto diversificado de respostas, conforme o Quadro 1. Esses problemas estão relacionados às dimensões sociais, econômicas, infraestrutura e ambientais, reforçando a questão da criticidade dos problemas sociais vividos pelos moradores.

Quadro 1 - Desafios que mais incomodam os moradores do bairro

Dimensão	Problemas identificados no Bairro
Social	Luta de bolão (ganges); insegurança; hospital superlotado; ausência de centro de formação; atuação ineficaz da polícia
Econômica	Desemprego
Infraestrutura	Estradas degradadas; falta de energia da rede pública; ausência de transporte público; distância em relação à cidade; falta de farmácia; ausência de espaços de lazer/divertimento
Ambiental	Excesso de lixo; muita lama no período chuvoso; falta de água; proliferação de mosquitos

Fonte: O autor (2026).

Do ponto de vista social, sobressaem problemas como “luta de gangues”, “insegurança” e a “inoperância das forças de segurança, nomeadamente a Polícia Nacional, no combate ao crime”, fatores que reforçam a sensação de medo e comprometem a mobilidade dos moradores, sobretudo das mulheres, idosos e crianças. Nesse mesmo contexto de fragilidade social, observa-se a ausência de centros de formação profissional, o que de certa forma, limita as oportunidades de qualificação e inserção no mercado de trabalho.

Essa realidade, distancia-se das diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento nacional 2023 – 2027, particularmente no âmbito do objetivo 17, que prevê o fortalecimento da empregabilidade através da modernização dos centros e serviços de empregos, incluindo a implementação de uma “plataforma de gestão dos serviços do centro de emprego que trate da sistematização e controle dos pedidos, ofertas e colocações de emprego; aumentar o número de centros de emprego [...]” (Angola, 2023, p. 70).

Apesar do reconhecimento da empregabilidade no PDN 2023-2027 como eixo estratégico para o desenvolvimento social e econômico, a ausência de centros de formação e de empregabilidade nos bairros informais evidencia a fraca efetivação dessas políticas. Nesse sentido, entendemos que essas políticas permanecem num plano normativo e programático bem estruturado, porém os espaços prioritários para intervenção continuam sendo negligenciados pelos gestores e governantes.

Do ponto de vista econômico, o desemprego constitui a maior barreira para a melhoria das condições de vida da população, uma vez que a falta de emprego restringe o acesso à renda, compromete a satisfação das necessidades básicas e aprofunda cada vez mais os ciclos de vulnerabilidade social no bairro Mayombe.

Do ponto de vista urbano, destacam-se problemas como “degradação das vias”, “falta de transportes públicos e de energia da rede pública”, “insuficiência de centros de saúde”, “farmácia”, “hospitais”, “dispersão das residências”, “falta de espaços de lazer”, assim como “a distância entre o centro da cidade que limitam o acesso pleno aos direitos fundamentais dos indivíduos”. Além disso, do ponto de vista ambiental, a presença de excesso de lixo que consequentemente contribui para a existência de mosquitos e a questão do solo durante a época chuvosa constituem um problema de saúde pública e expõem a população a riscos.

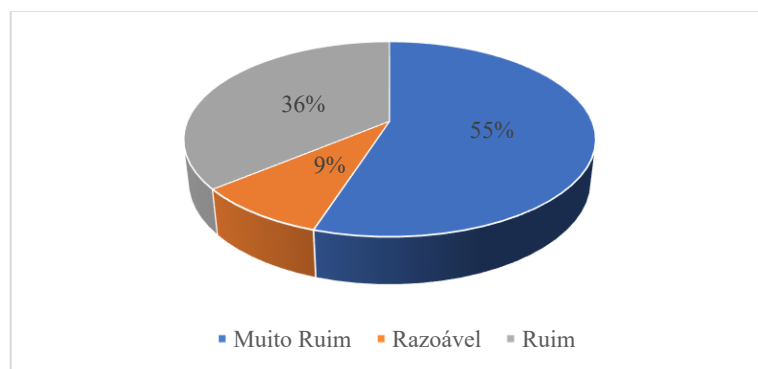
Torna-se difícil descrever a qualidade da infraestrutura do Mayombe, conforme pode ser observado na figura 16. Essa dificuldade resulta porque o bairro apresenta uma infraestrutura deficitária, sem um traçado estruturado das ruas, vias de acesso esburacadas, grande quantidade de habitações de chapa de zinco, quer nas laterais como na cobertura do teto, e algumas são feitas de massa de concreto. Com base na pesquisa empírica, a distribuição dos entrevistados, segundo a percepção da qualidade da infraestrutura, evidencia uma avaliação predominantemente negativa.

A limitação das condições de vida, muito associado a questão do desemprego, é agravada pela infraestrutura urbana precária no bairro. Não obstante a isso, observa-se a inexistência de um traçado viário estruturado, a predominância de vias de acesso degradadas e a presença de habitações construídas com materiais de baixa qualidade, como chapa de zinco nas paredes e coberturas. A luz dos dados empíricos, a percepção dos moradores em relação à qualidade da infraestrutura representa uma avaliação predominantemente negativa, reforçando o caráter crítico do bairro.

Figura 16 - estrutura habitacional do bairro Mayombe

Fonte: O autor (2026).

Dando sequência sobre a percepção dos moradores em relação a qualidade da infraestrutura do bairro, no gráfico 13, é possível observar que mais de 50% dos entrevistados considera muito ruim a qualidade da infraestrutura; 36% considera apenas ruim, ao passo que 9% consideram razoável. Analisando as proporções, a percepção da maioria que considera muito ruim tem a percepção sobre a existência de problemas estruturais que comprometem significativamente a qualidade de vida dos moradores.

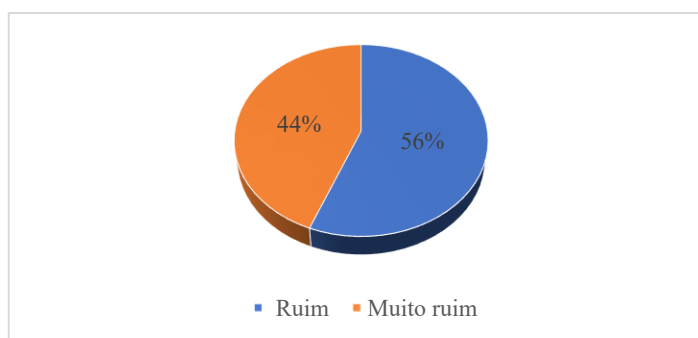
Gráfico 13 - Distribuição dos entrevistados segundo a percepção da qualidade da infraestrutura

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Considerando as observações participantes e as avaliações dos participantes, entendemos que o cenário estrutural do Mayombe não se trata apenas de pequenas inadequações na sua morfologia urbana: trata-se de um quadro mais consistente de fragilidade que necessita de intervenção prioritária por parte dos formuladores de políticas públicas e pelos gestores. Isso pois o bairro enfrenta problemas sociais que comprometem o bem-estar e a dignidade da pessoa.

Apesar de que o conceito de *bairro informal crítico* não estar explícito no discurso dos moradores entrevistados, é perceptível a partir da análise sobre a percepção social do bairro apresenta um elevado grau de insatisfação que pode ser lida de forma generalizada sobre as condições econômicas, sociais e urbanas do bairro. Essa insatisfação se manifesta de forma rígida na avaliação que eles fazem do próprio local onde vivem, revelando uma experiência marcada por precariedade da infraestrutura, bloqueio e limitações no acesso aos serviços básicos. Nesse contexto, verificou-se que os dados empíricos indicam que 56% dos moradores entrevistados consideram o bairro “ruim”, enquanto que 44% avaliam como “muito ruim”, conforme colocado no gráfico 11.

Gráfico 14 - Distribuição dos entrevistados segundo a percepção sobre o bairro



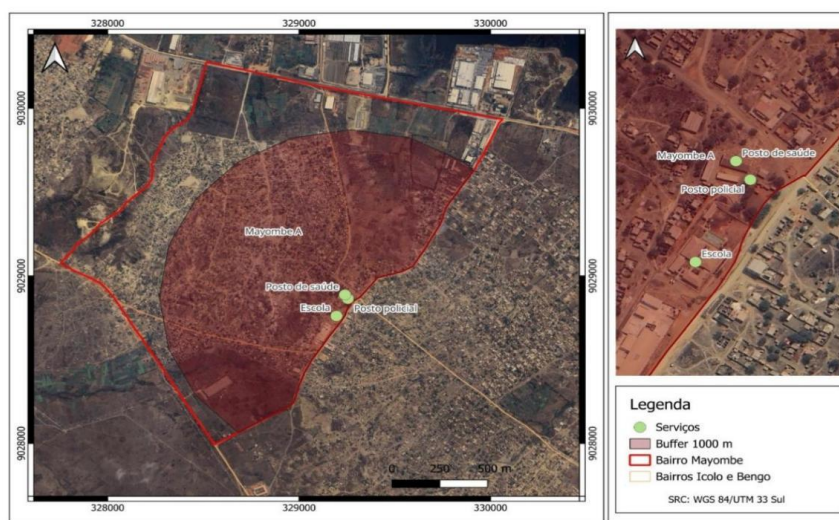
Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A percepção dos moradores aponta para uma avaliação negativa do espaço apropriado, produzido e vivido por eles, mas sem as devidas condições de dignidade da pessoa. Portanto, a leitura social do território que se faz aqui, apesar de não ser respaldada por pressupostos técnicos e científicos, constituiu um elemento central para a compreensão das escalas da informalidade, que reforçam a ideia de categorizar determinados territórios por informais críticos, uma vez que, para o caso do Mayombe, são visíveis os efeitos concretos da exclusão e da ausência do Estado por meio de políticas públicas com impacto direto no ordenamento do território e na promoção do direito a cidade para todos os indivíduos.

Os serviços e equipamentos coletivos desempenham uma função importante no funcionamento do espaço urbano. Essa importância não se dá apenas pelo atendimento às necessidades dos indivíduos, como também pela promoção do bem-estar deles. Nos bairros informais críticos, a escassez desses serviços e equipamentos constitui problemas e consequentemente desafios enfrentados pela população. Nesse contexto, a territorialização desses equipamentos influencia na acessibilidade e integração com a população, sobretudo em contextos, marcado pela informalidade urbana.

Em relação a distribuição dos serviços, a figura 15, apresente a partir de uma análise espacial, a acessibilidade aos serviços básicos existe no bairro e, mostra tanto a distribuição desses equipamentos quanto a sua área de cobertura funcional. Embora a análise buffer de 1 KM alcance uma parte significativa do bairro, algumas áreas periféricas do bairro permanecem fora dessa zona de influência, indicando dificuldade no acesso para essa parcela da população.

Figura 17 - Distribuição espacial dos serviços e equipamentos coletivos do Mayombe



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

No caso do setor da saúde, por meio da pesquisa empírica observou-se a insuficiência de profissionais no posto de saúde disponível no bairro. Na entrevista com os membros da comissão de moradores, o posto de saúde conta atualmente com 4 enfermeiros e 3 estagiárias, responsáveis por responder com a demanda crescente de pacientes. Diante disso, entendemos que a insuficiência de profissionais face a demanda compromete a qualidade e a eficácia do atendimento, uma vez que cada enfermeiro atende diariamente cerca de 25 pacientes.

Quanto ao setor da educação, como citado acima, existe uma instituição de ensino que oferece o primeiro e o segundo ciclo do Ensino Primário, abrangendo a pré-escola até 9ª classe. Essa questão preocupa a população, visto que evidencia uma oferta educacional limitada diante das necessidades da população. Apesar de as províncias de Icolo e Bengo apresentarem uma das taxas mais elevadas de alfabetização 89,5%, conforme descrito nos resultados do Recenseamento Geral da População e Habitação (INE, 2025), uma parcela das crianças com idade escolar no Mayombe encontra-se fora do sistema de ensino. Essa realidade contrasta com o estabelecido na Lei n.º 17/16, denominada Lei de Bases do Sistema de Ensino que estabelece

o Ensino Primário (da 1.^a 6.^a classe) e o I Ciclo do Ensino Secundário (da 7.^a 9.^a classe) como obrigatórios e gratuitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos processos de produção do espaço em Luanda permitiu compreender que a segregação não é um fenômeno que surgiu do acaso, mas sim de um período histórico e de uma lógica estrutural que segrega as populações em espaços desiguais. Essas práticas tratam-se de ações contínuas que não se limitam simplesmente em um determinado período, mas que atravessaram períodos políticos e econômicos distintos que podem ser organizados a partir do colonialismo à independência, e do pós-guerra civil à urbanização neoliberal, sempre com práticas que demonstram a exclusão das populações de baixa renda, da cidade formal e dos benefícios da cidade.

Ao tomarmos o Mayombe como recorte espacial, ao longo do desenvolvimento da pesquisa compreendemos os processos que estruturaram a produção dos bairros informais críticos. Nos resultados, observou-se que a formação e consolidação desses territórios não podem ser analisados e explicados a partir de fatores isolados, mas sim por meio da interação/conjugação de fatores, como às dinâmicas históricas, questões populacionais, sobretudo as migrações, a natalidade, fatores institucionais e socioeconômicas.

Diante disso, entendemos que a expansão acelerada da mancha urbana de Luanda, intensificada pelo elevado crescimento populacional em decorrência dos fluxos migratório e da alta taxa de natalidade demonstrou aquilo que vem sendo dito por vários autores: as limitações do Estado e do mercado formal em poder garantir o acesso à moradia digna e à urbanização de qualidade para todos. É com base nesse contexto que entendemos que os bairros informais críticos surgem como uma resposta aos processos de exclusão urbana, que se conservam desde o período colonial.

Conforme apresentado no texto, a distinção entre a cidade alta e baixa no período colonial já revelava um modelo de urbanização segregacionista, com um padrão de edificação que reforçava o distanciamento físico e social entre os diferentes grupos que compunham a cidade. Essa prática foi reforçada mais tarde, com a intensificação dos fluxos migratórios provocados pela busca de segurança e de oportunidades. Desse modo, a urbanização moderna em Luanda, sobretudo aquela iniciada depois dos acordos de paz em 2002, em vez de ultrapassar a lógica excludente herdada do colonialismo, intensificou ainda mais as desigualdades sociais e espaciais na capital.

A concepção de recursos econômicos para edificação de grandes projetos habitacionais e de infraestrutura depois da paz por empresas estrangeiras (asiáticas, europeias, sul-africanas

e sul-americanas), num período em que se assistiu ao crescimento do PIB em 22% ao ano e um investimento estrangeiro estimado em 10 biliões de dólares, acabou concentrando grande parte desse investimento em espaços com interesse de atender exclusivamente à classe alta e aos interesses dos agentes imobiliários, deixando de parte uma grande parcela da população fora do acesso a moradia no mercado formal.

Essa exclusão, provou vários obstáculos urbanísticos resultada das práticas informais de ocupação de terra, dando origem a bairros informais. Esses bairros, são, geralmente locais onde grande parte da população proveniente de outras áreas do país, normalmente, rural, se instalam em busca de oportunidade de emprego, formação e outros serviços.

Assim, foi a partir desses territórios, que surge o bairro Mayombe. A pesquisa revela que a persistência de carência estruturais associadas às condições habitacionais, a precariedade de infraestrutura, a falta de atratividade paisagística, a insuficiência de serviços básicos e equipamentos coletivos e a elevada vulnerabilidade social e ambiental reforçam o viés crítico da situação social do bairro, fator que, contribui para a sua classificação como um bairro informal crítico.

Além disso, observa-se, que grande parte da população sobrevivendo do autoemprego; vias de acesso intransitáveis; habitações em zona de risco, sobretudo em canais de drenagem de águas pluviais; acesso inadequado da água para o consumo doméstico; altos riscos de saúde como contaminação, sobrelotação nas residências, bem como outros problemas.

Apesar de existirem, no contexto angolano, vários instrumentos que regulam o uso e ocupação do solo, bem como o fomento à habitação, observa-se uma disparidade expressiva entre o que está previsto nesses instrumentos e a realidade nos modos de uso e ocupação da terra. Dessa situação, observa-se, sobretudo na expansão da mancha urbana, o surgimento de vários bairros informais com infraestrutura precária e o acesso seletivo da moradia digna, evidenciando fragilidades na implementação, fiscalização e articulação das políticas públicas urbanas.

Diante do exposto, conclui-se que o cumprimento das diretrizes em Luanda, e particularmente nos territórios de Icolo e Bengo, permanece condicionado pela necessidade de uma abordagem mais integrada, inclusiva e territorialmente sensível. O reconhecimento dos bairros informais como parte constitutiva da cidade é um passo fundamental para a efetivação do direito à cidade e para a construção de uma urbanização socialmente mais justa.

Diante dos resultados obtidos, recomenda-se que as políticas urbanas direcionadas aos bairros informais críticos avancem para além de intervenções pontuais, privilegiando estratégias integradas de requalificação urbana que considerem as especificidades sociais,

econômicas e territoriais desses espaços. A regularização fundiária, associada à melhoria progressiva das infraestruturas e dos serviços básicos, apresenta-se como condição essencial para a redução das vulnerabilidades e para a consolidação da moradia digna.

Recomenda-se, igualmente, o fortalecimento dos mecanismos de articulação entre os instrumentos de ordenamento do território e a prática institucional, de modo a reduzir a distância entre o planejamento formal e a realidade vivida nos territórios periféricos. Nesse processo, a participação ativa das comunidades locais deve ser encarada como um elemento central, reconhecendo os moradores como sujeitos do planejamento urbano e não apenas como beneficiários das políticas públicas.

Por fim, destaca-se a importância de ampliar o debate acadêmico e institucional sobre os bairros informais críticos em Angola, incentivando novas pesquisas que aprofundem a compreensão desses territórios e contribuam para a formulação de políticas urbanas mais inclusivas, alinhadas aos princípios da Nova Agenda Urbana e ao direito à cidade.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Luiekakio. Uma leitura da urbanização recente da cidade de Luanda a partir da teoria dos dois circuitos da economia urbana. **PerCursos**, [S.l.], v. 23, n. 51, p. 167-210, 2022. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/21071>. Acesso em: 20 set. 2024.

AGENCE FRANÇAISE DE DÉVELOPPEMENT. Afrique. **AFD**, [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.afd.fr/fr/pays-regions/afrique>. Acesso em: 04 fev. 2026.

ALBERTO, Nzuzi Nunes. **Análise ao processo de produção: o caso do bairro Chendovava os bairros informais críticos em Luanda**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ordenamento do Território e Urbanismo Sustentável) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2021.

AMARAL, Ilídio do. Luanda e os seus musseques: problemas de geografia urbana, **Finixterra**, [S.l.], v. 18, n. 36, p. 293-325, 1983. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2101>. Acesso em: 20 set. 2024.

ANDRÉ, Bráulio Sebastião. **Políticas habitacionais em Angola: o caso do programa Novas Centralidades em Luanda**. Orientador: Fabricio Leal de Oliveira. 2019. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano Regional), Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2019.

ANGOLA. **Decreto Presidencial nº 298/19 de 11 de outubro de 2019**. Dispõe sobre o Plano Diretor Geral Metropolitano de Luanda. Diário da República, Luanda, out. 2019. Disponível em: https://dw.angonet.org/wp-content/uploads/20191011_-_decreto_presidencial_n.o_298-19_-_plano_director_geral_metropolitano_de_luanda.pdf. Acesso em: 15 mai. 2024.

ANGOLA. **Lei n.º 3/07, de 3 de setembro de 2007**. Lei de Bases de Fomento Habitacional. Diário da República, Luanda, nov. 2007. Disponível em: https://dw.angonet.org/wp-content/uploads/20070903_-_lei_03-07_lei_de_bases_de_fomento_habitacional.pdf. Acesso em: 05 fev. 2026.

ANGOLA. **Lei nº 9/04, de 9 de novembro de 2004**. Revoga toda legislação que contrarie o disposto na presente lei e nos respectivos regulamentos, nomeadamente a lei nº 21 C/92 de 28 de agosto – Lei de terras e o regulamento de concessões aprovados pelos decretos nº32/95 de 8 de dezembro e 46-A/92, de 9 de setembro. Diário da República: I Série, nº 93. Disponível em: <https://dw.angonet.org/forum/lei-de-therras-na-9-04-de-9-de-novembro/>. Acesso em: 07 fev. 2026.

ANGOLA. **Programa nacional de urbanismo e habitação para o período 2009-2012**. Luanda: [s.n.], 2009. 95 p. Disponível em: https://dw.angonet.org/wp-content/uploads/20090228_-_programa_nacional_de_urbanismo_e_habitacao_2009.pdf. Acesso em: 05 fev. 2026.

ANGOLA. **Resolução-lei nº 77/09, de 7 de setembro de 2009**. Recomendações da Conferência Nacional sobre Habitação. Diário da República: I Série, nº 72, 2009. Disponível

em: <https://dw.angonet.org/forumitem/resolua-o-na-77-09-de-7-de-setembro-recomendaa-ames-da-conferencia-nacional-sobre-habita-a>. Acesso em: 07 jul. 2025.

ANGOLA 24 HORAS. **Caso Konda Marta:** polícias e camponeses envolvidos em cenas de pancadaria. *Angola 24 horas*, [S.l.], 02 jun. 2024. Disponível em: <https://angola24horas.com/sociedade/item/29704-caso-konda-marta-policias-e-camponeses-envolvidos-em-cenas-de-pancadaria>. Acesso em: 21 jun. 2025.

ARANTES, Otilia. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (org.). **Cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 11-74.

ARTUR, Dumilde Virgílio Carvalho. **A urbanização no sul de Luanda:** transformações e segregação espacial nos musseques agrícolas. Orientadora: Professora Dra. Patrícia Alves Ramiro. 2024. 115f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/32138?locale=pt_BR. Acesso em: 07 fev. 2026.

BEHR, Daniela M.; CHEN, Lixue; GOEL, Ankita; HAIDER, Khondoker Tanveer; SINGH, Sandeep; ZAMAN, Asad. **Introducing the Adequate Housing Index:** A new approach to estimate the adequate housing deficit within and across emerging economies. Washington, DC: World Bank, 2021. *Policy Research Working Paper*, n. 9830. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10986/36481>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BETTENCOURT, Andréa Carina De Almeida. **Qualificação e reabilitação de áreas urbanas críticas:** os musseques de Luanda. Orientadora: Professora Dra. Isabel Ortins de Simões Raposo. 2011. 88f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/entities/publication/311df230-251f-4e34-8eba-a08724b3f8be>. Acesso em: 07 fev. 2026.

BRÁULIO, Sebastião André. **Políticas habitacionais em Angola: O caso do programa Novas Centralidades de Luanda.** 2019. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2019.

CAIN, Allan. Housing for whom? Rebuilding Angola's cities after conflict and who gets left behind. In: MARRENGANE, Ntombini; CROESE, Sylvia. **Reframing the urban challenge in Africa:** knowledge co-production from the South. Abington: Routledge, 2020. Disponível em: https://www.taylorfrancis.com/chapters/oa-edit/10.4324/9781003008385-7/housing-allan-cain?utm_source=researchgate.net&utm_medium=article. Acesso em 23 nov. 2025.

CARVALHO, Elida Thalita Silva de; OLIVEIRA, Julia Diniz de. Os agentes sociais e a produção do espaço urbano das zonas nortes e leste da cidade de Natal. **GeoSertões**, v. 6, n. 11, p. 89-107, 2021. Disponível em: <https://cfp.revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/index>. Acesso em: 10 dez. 2025.

CASTRO, Claudio de Moura. **Estrutura e apresentação de publicações científicas.** 1. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.

CASTRO, José Caléia. **Configuração socioespacial como expressão de conflitos: expansão urbana de Luanda e o Planejamento Territorial de Angola**. 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Francisco de Assis. O momento, os desafios e as possibilidades da análise econômica territorial. **Nova economia**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 613-644, 2014. Disponível em: https://www.passeidireto.com/arquivo/44450483/costa-2014-o-momento-os-desafios-e-as-possibilidades-da-analise-economica-territ?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 11 mai. 2025.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. Plano. **Designing and conducting mixed methods research**. 3. ed. Los Angeles: Sage, 2017.

CRUZ, Ana Cláudia Sá da. **Dinâmicas urbanas da cidade de Macapá/AP: interações espaciais através da Rodovia Duca Serra**. Orientador: Prof. Dr. Emmanuel Raimundo Costa Santos. 2022. 153f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, AP, 2022. Disponível em: <https://www2.unifap.br/ppgeo/files/2023/02/Dissertacao-Ana-Claudia-Sa-da-Cruz.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2026.

DEVELOPMENT WORKSHOP ANGOLA. **Extractos de imprensa: principais notícias sobre terra, habitação, violência baseada no gênero e microfinanças**. Luanda: Development Workshop Angola, 2024. Disponível em: <https://dw.angonet.org/wp-content/uploads/Extracto-Agosto-e-Setembro.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.
GIDDENS, Anthony. **The constrution of society: outline of the theory of structuration**. Cambridge: Polity Press, 1984.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. Uma reflexão sobre a produção do espaço. **Revista de estudos geográficos**. v. 2, n. 1, 2007 p. 29-42. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/289/236>. Acesso em 15 de set. 2024.

HARVEY, David. **A produção Capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Resultados definitivos do recenseamento geral da população e habitação de Angola 2014**. Luanda: INE, 2016.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KAJIBANGA, Jurema Gaspar. **O processo de aquisição de habitação própria na cidade do Kilamba em Luanda**. Orientadora: Professora Doutora Romana do Carmo Lança Xerez. 2023. 73f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/bitstreams/1bbfb827-303e-4fb7-aba2-d5df684dd14d/download>. Acesso em: 07 fev. 2026.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Ana Maria Simões, Doralice Barros Pereira, Pedro Henriques Danski e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2006. 476 p.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 190 p.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MALUNDO, Albano Dias; ALBERTO, Nzuzi Nunes. A influência do crescimento demográfico no processo de produção de bairros informais críticos em Luanda: o caso do bairro Chendovava (2000 a 2010). **Geomae**, [S.l.], v. 5, n. 1, 2024, p. 13-29, Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/geomae/article/view/9711>. Acesso em: 25 nov. 2024.

MAGALHÃES, Alfredo Miguel Dias Lopes Pereira de. **2050: demografia e políticas ambientais, um estudo sobre os fatores contribuintes para explosão demográfica atual, suas consequências ambientais e políticas possíveis**. Orientadora: Prof.^a Dra. Lia Vasconcelos. 2015. 59f. Dissertação (Mestrado em Gestão e políticas ambientais) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015. Disponível em: <https://run.unl.pt/entities/publication/7d39c69b-d118-4b57-aed0-cec2f9ac7c33>. Acesso em: 07 fev. 2026.

MAIALA, Francisco Ernesto. **As implicações ambientais provocadas pela pressão demográfica na província de Luanda (2014-2020)**. Orientador: Eng.^o Nzuzi Nunes Alberto. 2022. 80f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geodemografia) – Departamento de Geodemografia, Universidade Agostinho Neto, Luanda, 2022. Disponível em: https://www.academia.edu/106123057/Vers%C3%A3o_Final_TCC. Acesso em: 07 fev. 2026.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 496 p.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. *In*: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, [S.l.], v. 17, n. 48, p. 151-167, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/LJf4kyjgfBw9PyLxBxNRbf/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

OLIVEIRA, Amanda Caroline de; ANDRADE, Sofia Vendramini. MTST: A radicalidade na luta por moradia. **Lute**, [S.l.], p. 1-15, 2017. Disponível em: <https://www.inscricoes.fmb.unesp.br/upload/trabalhos/2017104155343.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2024.

ONU-HABITAT. **Cartilha para elaboração de revisões locais voluntárias**: territorialização dos objetivos de desenvolvimento sustentável nos governos subnacionais brasileiros. Rio de Janeiro: ONU-Habitat; Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.onu-habitat.org/index.php/la-promesa-de-una-vivienda-adecuada-un-derecho-humano-que-debemos-defender?view=category&id=41>. Acesso em: 20 jun. 2025.

ONU-HABITAT. **Nova Agenda Urbana ilustrada**. Brasília: Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), 2020. 194 p. Disponível em: <https://unhabitat.org/pt-pt/the-new-urban-agenda-illustrated>. Acesso em: 12 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Perspetivas da Urbanização Mundial. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/publications/2014-revision-world-urbanization-prospects.html>. Acesso em 20 de agosto de 2024, 2014.

PEPETELA, Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos. **Luandando**. Luanda: Elf Aquitaine Angola, 1990.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. Qual o lugar da natureza na teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre? Algumas reflexões. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.l.], v. 25, n. 19, 2023. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7096>. Acesso em: 1 jul. 2025.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. **Os bakongo de Angola**: etnicidade, religião e parentesco num bairro de Luanda. Rio de Janeiro: Faperj, 2015.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

RODRIGUES, Ana Paula Cascaes. Uma visão sobre os agentes produtores do espaço urbano: o caso de Macapá-AP. **Brazilian Journal of Development Curitiba**, v. 6, n. 2, 2020, p. 8307-8319. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/7038/6177>. Acesso em: 14 abr. 2025.

RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz. A produção da moradia nas grandes cidades: dinâmica e impasses. In: RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz; AZEVEDO, Sérgio de (orgs.). **A crise da moradia nas grandes cidades e da questão da habitação à reforma urbana**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002, p. 221-248.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SOMA, Paulo. **Políticas públicas de urbanismo em Angola**. 2018. Orientador: Paulo Peixoto. 2018. 453f. Tese (Doutoramento em Sociologia) - Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/87615?locale=pt>. Acesso em: 07 fev. 2026.

SEBASTIÃO, Pedro Moniz. **Novas formas residenciais num contexto de transformação socioecológica: o caso das periferias de Luanda**. Orientador: Luís Vicente Baptista. 2016. 133f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Humana e problemas sociais contemporâneos) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em: <https://run.unl.pt/entities/publication/1ab77ac3-17ca-4c06-827b-267c08b29cf4>. Acesso em: 07 fev. 2026.

SOUZA, Angela Maria Gordilho. **Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX**. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SMOLKA, Martim. **O preço da terra e valorização imobiliária: esboço para o enquadramento conceitual da questão**. Rio de Janeiro: Ipea, 1979.

THE ECONOMIST. Boom boom: The oil money may start to trickle down. **The Economist**, [S.l.], 30 jun. 2012. Disponível em: www.economist.com/node/21557811. Acesso em: 23 nov. 2025.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da ciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

U-HABITAT. **Assentamentos informais**. Disponível em: https://habitat3.org/wp-content/uploads/22-Assentamentos-Informais_final.pdf. Acesso em: 20, agost, 2024.

URVOY, Philippe. Informalidade urbana e “espaços de exceção”: as políticas socioespaciais da Ditadura portuguesa. **O Social em Questão**, [S.l.], nº. 42, 2019, p. 57 - 82. Disponível em: https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_42_art_2_Urvoy1.pdf. Acesso em: 8 abril 2024.

VÁZQUEZ, Isabel Maria Fernandes Ribeiro Breda Lacerda. **O processo de suburbanização do grande Porto: a evolução da cidade do Porto e a estruturação territorial dos concelhos periféricos**. 1992. 429f. Dissertação (Mestrado em engenharia civil) - Faculdade de engenharia, Universidade do Porto, Porto, 1992. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/12012>. Acesso em: 07 fev. 2026.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A utilização dos agentes sociais nos estudos da geografia Beltrão (org.). A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. **Contexto**. v. 16, n. 2, 2017, p. 246-249. Disponível em: Acesso em: 23 out. 2024. urbana. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SPOSITO, Marcelo Lopes de; Maria Encarnação.

WORLD BANK GROUP. Em busca do crescimento inclusivo: uma avaliação da pobreza para Angola. **World Bank Group**, [S.l.], 2020, p. 1-32, Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099020924085527061>. Acesso em: 13 mar. 2025.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZIKMUND, William G. **Business research methods**. 5. ed. Fort Worth, TX: Dryden, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A – GUIÃO DE ENTREVISTAS

**Universidade Estadual do Paraná *Campus* de Campo Mourão - Unespar
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento
(PPGSeD)**

Produção do espaço urbano em Luanda/Angola: Abordagem aos bairros informais críticos através do bairro Mayombe

Este guião de entrevista tem como objetivo recolher informações a partir de diferentes agentes: técnicos da Administração municipal, líderes religiosos, membros da sociedade civil e representantes da comissão de moradores. O presente instrumento, pode, em caso de necessidade, ser alterado no campo, desde que justificado!

Os dados fornecidos serão confidenciais, anónimos e serão exclusivamente utilizados para fins de investigação científica, pedimos-lhe, assim que nos responda de forma mais rigorosa possível.

Representantes da Comissão de moradores

Há quanto tempo mora neste bairro?

Há quanto tempo faz parte da direção da comissão dos moradores?

Como foi o processo para o acesso ao terreno neste bairro?

No início do acesso a parcela de terra neste bairro, houve a presença do Estado para regularizar os terrenos?

Em caso de sim a pergunta acerca da presença do Estado, poderia descrever as principais ações concretizadas pelo Estado neste bairro?

Quais têm sido as principais ações da comissão de moradores neste bairro?

Como a comissão avalia a qualidade da infraestrutura básica do bairro?

Quais são os principais desafios enfrentados hoje pela comunidade?

APÊNDICE B – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Universidade Estadual do Paraná *Campus* de Campo Mourão - Unespar
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e
Desenvolvimento(PPGSeD)

Produção do espaço urbano em Luanda/Angola: Abordagem aos bairros informais críticos através do bairro Mayombe

Este questionário tem como objetivo recolher informações quantitativas para a realização de uma pesquisa de mestrado interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento na Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de Campo Mourão. O estudo incide sobre os bairros informais críticos em Luanda.

Os dados fornecidos serão confidenciais, anónimos e serão exclusivamente utilizados para fins de investigação científica, pedimos-lhe que assim, que nos responda de forma mais rigorosa possível.

1. Dados de cateterização pessoal

1.1. Idade _____

1.2 Nível de escolaridade:

- a) Sem alfabetização
- b) Ensino primário
- c) Ensino médio
- d) Ensino superior
- e) Prefiro não dizer

1.3. Quantas pessoas vivem na sua casa:

- a) Apenas uma (1) pessoa
- b) 1 – 3 Pessoas
- c) 3 – 5 Pessoas
- d) 5 – 7 Pessoas
- e) 7 – 9 Pessoas
- f) Outro _____

1.3.1. Quantos trabalham ou vendem em sua casa?

a) _____

1.3.2. Se trabalha, em qual setor?

a) Estado _____, b) privado _____

1.4. Qual é a sua província?

a) _____

1.5.A quanto tempo vive neste bairro?

- a) Menos de 6 meses
- b) 6 meses – 1 Ano
- c) 1 – 2 Anos
- d) 2 – 3 Anos
- e) Mais de 3 anos

1.6.Género:

- a) Masculino
- b) Feminino
- c) Outro

1.7.Estado civil:

- a) Casado
- b) União de fato
- c) Marital
- d) Viúvo
- e) Separado
- f) Solteiro

1.8. Ocupação _____

2. Dados da caracterização da habitação

2.1. A casa onde vive é sua?

a) Sim _____ b) Não _____

2.1.1. Se sim, qual foi a forma que usou para conseguir o terreno?

- a) Ocupação
- b) Compra
- c) Oferta
- d) Aluguel
- e) Cuidador
- f) Outro _____

2.1.2. A casa onde vive está legalizada?

- a) Sim _____ b) Não _____

2.1.3. Se não, existe um processo de legalização em andamento?

- a) _____

2.3. A casa é coberta por:

- a) Palha
- b) Telha/Roselite
- c) Chapa Outro.
- d) Qual? _____

2.3.1. Material da casa

2.4.O que lhe motivou a viver neste bairro?

- a) Familiares/ Amigos
- b) Terrenos baratos
- c) Outro, Qual _____

2.5.Qual é a principal fonte de água que usa?

- a) Tanque
- b) Chafariz
- c) Canalizada
- d) Outro _____

2.6.Existem sistemas funcionais de coleta de lixo

- a) Sim _____; Não _____

2.6.1. Em caso de responder não a pergunta anterior, qual é o tratamento que tem dado ao lixo?

- a) Jogar no contentor
- b) Jogar ao ar livre
- c) Jogar na vala
- d) Enterrar
- e) Queimar

2.7. A casa tem latrina?

- a) Sim _____ b) Não _____

2.8.A casa tem acesso a água potável?

- a) Sim _____ b) Não _____

2.9. A casa tem acesso à energia?

- a) Sim _____ b) Não _____

2.9.1. Se sim, qual é a rede?

- a) Pública _____ c) Privada _____

2.10. Se o Estado disponibilizasse uma casa para pagar um valor de aproximadamente 1.000kz ao mês, pagando por 20 ano, você sairia desse bairro?

- a) Sim _____ b) Não _____

2.11. Tem notado intervenção por parte do Estado para melhorar as condições do bairro?

- a) Sim _____ b) Não _____

2.12. Existe ações colaborativas entre a população e a coordenação dos moradores para melhorar a situação do bairro?

- a) Sim _____ b) Não _____

3. Dados da caracterização social do bairro

3.1. Existe equipamentos coletivo como: unidade hospitalar, posto policial, escola pública, quadra desportiva, creche, igrejas, centro de formação?

- a) Sim _____ b) Não _____

3.2. Existe uma esquadra policial no bairro?

- a) Sim _____ b) Não _____

3.3. Como avalia a segurança do bairro?

- a) Boa ☐
- b) Razoável ☐
- c) Péssima ☐

3.4. Como avalia as condições do bairro

- a) Muito boa ☐
- b) Boa ☐
- c) Razoável ☐
- d) Ruim ☐
- e) Muito ruim ☐

3.5. Qual tem sido o principal meio utilizado para se deslocar?

- a) Transporte público ☐
- b) Transporte individual ☐
- c) Táxis coletivos ☐
- d) Mota ☐
- e) Outros meios ☐

4. Dados da situação urbana do bairro (a ser preenchido pelo pesquisador)**4.13. Em qual setor se verifica maior intervenção do Estado?****4.2. Qual o estado geral das vias e calçadas do bairro?**

- a) Muito boa ☐
- b) Boa ☐
- c) Razoável ☐
- d) Ruim ☐
- e) Muito ruim ☐

4.3. O bairro possui rede de esgoto e drenagem pluvial

- a) Sim _____ b) Não _____

4.4. Como você avalia a qualidade das construções no bairro?

- a) Muito boa ☐
- b) Boa ☐
- c) Razoável ☐
- d) Ruim ☐
- e) Muito ruim ☐

4.5. Existem construções em situações de risco?

- a) Sim _____ Não _____

4.6. Existem programas de apoio social ou ONGs em atividade no bairro?

- a) Sim _____; Não _____

4.7. Como é o acesso dos moradores às oportunidades de emprego?

- a) Muito Bom ☐
- b) Bom ☐
- c) Razoável ☐
- d) Difícil ☐
- e) Muito difícil ☐

4.8. O que mais te incomoda no bairro que você não gostaria que estivesse aqui

- b) _____